

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	44
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	177
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	179
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	181
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	182
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	183
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	184
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	231.006
Preferenciais	84.906
Total	315.912
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	38.282.085	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	198.129	0
1.01.01	Caixa	198.129	0
1.02	Ativos Financeiros	36.270.441	0
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	1.158.444	0
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.158.444	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	482.561	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	482.561	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	11.263.149	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	11.263.149	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	23.366.287	0
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	368.929	0
1.02.04.02	Aplicações no Mercado Aberto	7.463.355	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.798.813	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	10.971.991	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	763.199	0
1.03	Tributos	374.111	0
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	374.111	0
1.04	Outros Ativos	449.842	0
1.04.03	Outros	449.842	0
1.05	Investimentos	404.296	0
1.05.03	Participações em Controladas	404.296	0
1.06	Imobilizado	200.317	0
1.06.01	Imobilizado de Uso	274.033	0
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	96.777	0
1.06.03	Depreciação Acumulada	-170.493	0
1.07	Intangível	384.949	0
1.07.01	Intangíveis	622.905	0
1.07.03	Amortização Acumulada	-237.956	0
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-237.956	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	38.282.085	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	35.122.110	0
2.02.01	Depósitos	22.924.860	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	10.043.492	0
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	1.305.174	0
2.02.03.01	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Créditos, de Débitos e Similares	1.305.174	0
2.02.04	Outras Captações	848.584	0
2.02.04.01	Relações Interfinanceiras	572.263	0
2.02.04.03	Obrigações por Repasses no País - Instituições Oficiais	210.542	0
2.02.04.04	Outros Passivos Financeiros	65.779	0
2.03	Provisões	175.699	0
2.04	Passivos Fiscais	18.924	0
2.05	Outros Passivos	693.400	0
2.05.01	Outros Passivos	693.400	0
2.07	Patrimônio Líquido	2.271.952	0
2.07.01	Capital Social Realizado	1.600.000	0
2.07.03	Reservas de Reavaliação	1.007	0
2.07.04	Reservas de Lucros	787.630	0
2.07.04.01	Reserva Legal	84.749	0
2.07.04.02	Reserva Estatutária	702.881	0
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-96.618	0
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-20.067	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.220.442	0
3.01.01	Operações de Crédito	480.885	0
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliário	722.210	0
3.01.05	Resultados das Aplicações Compulsórias	17.347	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-941.441	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-874.199	0
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-4.081	0
3.02.03	Provisão p/ Perdas Op. Crédito, Ar. Mercantil e Outros Créditos c/ Carac. Conc. Crédito	-63.161	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	279.001	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-204.784	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	72.178	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-136.201	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-97.838	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-22.691	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	9.578	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-52.423	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	22.613	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	74.217	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.946	0
3.06.01	Corrente	-27.994	0
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	-15.229	0
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes	-12.765	0
3.06.02	Diferido	16.048	0
3.06.02.01	Provisão para Imposto de Renda - Valores Diferidos	-332	0
3.06.02.02	Provisão para Contribuição Social - Valores Diferidos	-265	0
3.06.02.03	Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda	9.247	0
3.06.02.04	Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social	7.398	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	62.271	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	62.271	0
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-7.729	0
3.10.01	Participações	-7.729	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	54.542	0
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,17	0
3.99.01.02	PN	0,17	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,17	0
3.99.02.02	PN	0,17	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	54.542	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	11.250	0
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	11.250	0
4.02.01.01	Ganho(Perda) Não realizado em Ativos Fin. Disp. Venda - liq.impostos	11.250	0
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	112	0
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	112	0
4.03.01.01	Ganho(Perda) Não realizado em Ativos Fin. Disp. Venda - liq.impostos-Controladas	112	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	65.904	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	236.163	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	-378.121	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	66.488	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-444.609	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	614.284	0
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-32.973	0
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	-77.217	0
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	-17.483	0
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	-24.154	0
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrend. Mercantil Financeiro	-458.911	0
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	-3.651	0
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Ativos	21.731	0
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	-28	0
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Depósitos	-57.074	0
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	1.150.282	0
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Recursos por Emissões de Títulos	179.818	0
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	17.647	0
6.01.02.14	Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros	-9.879	0
6.01.02.15	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-43.808	0
6.01.02.16	Aumento (Redução) em Provisões	-2.017	0
6.01.02.17	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Diferidas	-5	0
6.01.02.19	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-27.994	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.079.268	0
6.02.01	Aquisição de T.V.M - Disponíveis para Venda	-19.516	0
6.02.02	Alienação/Vencimento/Amortizações T.V.M. - Disponíveis para Venda	3.242.854	0
6.02.03	Vencimento/Amortizações T.V.M. - Mantidos até o Vencimento	97.840	0
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	1.616	0
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	1	0
6.02.06	Aquisição de Imobilizado de Uso	-58.819	0
6.02.07	Aplicações no Intangível	-36.458	0
6.02.08	Aquisição de T.V.M - Mantidos até o Vencimento	-227.483	0
6.02.10	Juros Recebidos	79.207	0
6.02.12	Alienação/Baixa de Outros Investimentos	26	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.200	0
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio Pago	-22.200	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.293.231	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.396.252	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.689.483	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.600.000	0	788.643	-31.429	0	0	2.357.214
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-128.666	0	-128.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.600.000	0	788.643	-31.429	-128.666	0	2.228.548
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-22.500	0	-22.500
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-22.500	0	-22.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.362	54.542	0	65.904
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	54.542	0	54.542
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	11.362	0	0	11.362
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	11.250	0	0	11.250
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas e Controladas	0	0	0	112	0	0	112
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-6	0	6	0	0
5.07	Saldos Finais	1.600.000	0	788.637	-20.067	-96.618	0	2.271.952

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)****Justificativa: Devido a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 não será apresentado o quadro comparativo de 2024.**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	1.237.617	0
7.01.01	Intermediação Financeira	1.220.442	0
7.01.02	Prestação de Serviços	72.178	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-63.161	0
7.01.04	Outras	8.158	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-878.280	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-122.039	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-89.431	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-32.608	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	237.298	0
7.05	Retenções	-25.133	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.133	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	212.165	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.613	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.613	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	234.778	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	234.778	0
7.09.01	Pessoal	126.483	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	97.491	0
7.09.01.02	Benefícios	23.798	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.194	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	52.084	0
7.09.02.01	Federais	48.064	0
7.09.02.02	Estaduais	35	0
7.09.02.03	Municipais	3.985	0
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	1.584	0
7.09.03.01	Aluguéis	1.584	0
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	54.627	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	22.500	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	32.127	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	38.111.468	36.916.911
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.661.499	4.290.352
1.01.01	Caixa	198.163	169.584
1.01.02	Aplicações de Liquidez	7.463.336	4.120.768
1.02	Ativos Financeiros	28.801.175	31.107.743
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	1.158.444	1.218.962
1.02.01.01	Reservas no Banco Central	1.158.444	1.218.962
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	482.547	398.683
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	482.547	398.683
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	11.397.033	14.232.497
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	11.397.033	14.232.497
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	15.763.151	15.257.601
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	365.595	334.193
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	3.844.248	3.638.295
1.02.04.04	Operações de Crédito	11.553.308	11.285.113
1.03	Tributos	372.552	308.518
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	372.552	308.518
1.04	Outros Ativos	658.519	666.415
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	47.468	46.404
1.04.03	Outros	611.051	620.011
1.06	Imobilizado	217.272	163.966
1.06.01	Imobilizado de Uso	288.367	252.051
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	103.202	101.798
1.06.03	Depreciação Acumulada	-174.297	-189.883
1.07	Intangível	400.451	379.917
1.07.01	Intangíveis	643.841	606.130
1.07.03	Amortização Acumulada	-243.390	-226.213
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-243.390	-226.213

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	38.111.468	36.916.911
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	34.157.918	32.884.869
2.02.01	Depósitos	22.675.149	22.842.771
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	9.834.509	8.691.325
2.02.04	Outras Captações	1.648.260	1.350.773
2.02.04.01	Relações Interfinanceiras	132.544	32.521
2.02.04.03	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	210.542	192.895
2.02.04.04	Outros Passivos Financeiros	1.305.174	1.125.357
2.03	Provisões	175.142	164.648
2.04	Passivos Fiscais	41.690	25.835
2.04.01	Passivos Fiscais Correntes	20.909	5.363
2.04.02	Passivos Fiscais Diferidos	20.781	20.472
2.05	Outros Passivos	1.451.318	1.528.011
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	2.285.400	2.313.548
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	2.285.400	2.313.548
2.07.01.01	Capital Social Realizado	1.600.000	1.600.000
2.07.01.04	Reservas de Lucros	745.022	745.025
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-39.555	0
2.07.01.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-20.067	-31.477

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.223.205	1.227.048
3.01.01	Receita com Juros de Similares	1.208.780	1.225.994
3.01.02	Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	14.425	1.054
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-863.385	-880.537
3.02.01	Despesas com Juros de Similares	-863.385	-880.537
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	359.820	346.511
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-171.999	-250.879
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	85.002	78.829
3.04.03	Despesas com Pessoal	-154.038	-125.020
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-93.390	-102.945
3.04.05	Despesas Tributárias	-30.098	-27.890
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	55.854	63.188
3.04.06.01	Resultado de Seguros e Previdência	39.085	39.935
3.04.06.02	Outras Receitas Operacionais - Valor Líq. do ganho de capital	9.023	18.045
3.04.06.03	Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedades para Investimento	7.746	5.208
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-35.329	-137.041
3.04.07.01	Perda Líquida de Impairment em Ativos Financeiros	43.581	-85.538
3.04.07.03	Resultado Líquido com Provisões	-12.571	-5.505
3.04.07.04	Despesas com Serviços e Comissões	-38.799	-38.142
3.04.07.05	Outras Despesas Operacionais	-27.540	-7.856
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	187.821	95.632
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-76.166	-28.008
3.06.01	Corrente	-43.895	-37.486
3.06.02	Diferido	-32.271	9.478
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	111.655	67.624
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	111.655	67.624
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	111.655	67.624
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	1.072	0
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,35344	0,21406
3.99.01.02	PN	0,35344	0,21406
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,35344	0,21406
3.99.02.02	PN	0,35344	0,21406

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	111.655	67.624
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	11.522	7.344
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	11.522	7.344
4.02.01.01	Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Líquido dos Impostos	20.766	14.396
4.02.01.03	Efeito dos Impostos	-9.244	-7.052
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	-112	-264
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-112	-264
4.03.01.01	Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Líquido dos Impostos	-112	-264
4.04	Resultado Abrangente do Período	123.065	74.704
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	123.065	74.704

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	245.626	-418.468
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	-340.493	-516.094
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	111.655	67.623
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-452.148	-583.717
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	586.119	97.626
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.069.719	925.720
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.200	-28.400
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.293.145	478.852
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.396.353	1.814.140
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.689.498	2.292.992

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.600.000	0	745.022	-31.477	0	0	2.313.545	0	2.313.545
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.600.000	0	745.022	-31.477	0	0	2.313.545	0	2.313.545
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-22.500	0	-22.500	0	-22.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.410	111.655	0	123.065	0	123.065
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	111.655	0	111.655	0	111.655
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	11.410	0	0	11.410	0	11.410
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-128.710	0	-128.710	0	-128.710
5.07	Saldos Finais	1.600.000	0	745.022	-20.067	-39.555	0	2.285.400	0	2.285.400

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.600.000	0	526.934	-6.116	0	0	2.120.818	0	2.120.818
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.600.000	0	526.934	-6.116	0	0	2.120.818	0	2.120.818
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-21.600	0	-21.600	0	-21.600
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-21.600	0	-21.600	0	-21.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.080	67.624	0	74.704	0	74.704
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	67.624	0	67.624	0	67.624
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	7.080	0	0	7.080	0	7.080
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	7.080	0	0	7.080	0	7.080
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-15	0	15	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.600.000	0	526.919	964	46.039	0	2.173.922	0	2.173.922

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	1.449.860	1.338.274
7.01.01	Intermediação Financeira	1.223.205	1.227.048
7.01.02	Prestação de Serviços	85.003	78.829
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	43.581	-85.538
7.01.04	Outras	98.071	117.935
7.01.04.01	Operações de Seguros	81.301	95.833
7.01.04.02	Outras	16.770	22.102
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-900.893	-916.094
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-149.525	-144.998
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-80.955	-58.142
7.03.02	Serviços de Terceiros	-26.354	-30.958
7.03.04	Outros	-42.216	-55.898
7.03.04.01	Operações de Seguros	-42.216	-55.898
7.04	Valor Adicionado Bruto	399.442	277.182
7.05	Retenções	-25.892	-25.283
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.892	-25.283
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	373.550	251.899
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	373.550	251.899
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	373.550	251.899
7.09.01	Pessoal	135.562	107.386
7.09.01.01	Remuneração Direta	105.025	80.941
7.09.01.02	Benefícios	25.023	21.006
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.514	5.439
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	124.739	73.532
7.09.02.01	Federais	119.649	68.648
7.09.02.02	Estaduais	36	123
7.09.02.03	Municipais	5.054	4.761
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.594	3.357
7.09.03.01	Aluguéis	1.594	3.357
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	111.655	67.624
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	22.500	19.500
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	89.155	48.124

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º TRIMESTRE DE 2025

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES (SFB), relativos ao período encerrado em 31 de março de 2025, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. COMENTÁRIO ECONÔMICO

No primeiro trimestre de 2025, o cenário econômico foi desafiador tanto globalmente quanto no Brasil. As tensões comerciais aumentaram devido às políticas protecionistas dos EUA, elevando tarifas e gerando incertezas, risco de inflação e desaceleração econômica mundial. No entanto, essa dinâmica pode abrir portas para novas rotas comerciais e mercados.

A economia brasileira desacelerou mais do que o esperado em 2024, com o PIB fechando em 3,4%. Para 2025, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projeta um crescimento menor, de 2,4%, influenciado pela política monetária restritiva e pela redução do estímulo fiscal.

Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a carteira de crédito total no Brasil cresceu 11,1% no primeiro trimestre de 2025, comparado ao ano anterior. Esse aumento foi impulsionado por um crescimento de 12,3% na carteira de crédito para Pessoas Físicas (PF) e de 9,2% para Pessoas Jurídicas (PJ).

A taxa Selic no primeiro trimestre de 2025 passou por duas elevações significativas, saindo de 12,25% no início de janeiro e encerrando março em 14,25% ao ano. Essas decisões foram tomadas em um contexto de inflação acima da meta e um cenário econômico desafiador, tanto no Brasil quanto globalmente, o que levou o Banco Central a adotar uma postura mais agressiva na política monetária. A expectativa do mercado é que a taxa permaneça no patamar de 14,75%.

A inflação (IPCA) acumulada no trimestre foi de 2,04%, e no acumulado de 12 meses, atingiu 5,48%, superando a meta de 4,50% para 2025. Na Grande Vitória, a pressão inflacionária foi ligeiramente maior (+2,41% no trimestre e +5,58% em 12 meses), impulsionada por alimentação e bebidas, transportes e educação.

O comércio exterior capixaba teve um desempenho negativo de 9,6% no trimestre, com quedas nas exportações (-6,4%) e importações (-12,4%), afetado pela redução da demanda global e pela volatilidade cambial. Esse resultado contrasta com o cenário nacional, que registrou alta de 5,64% no comércio exterior.

No primeiro trimestre de 2025, o saldo líquido (admissões menos demissões) de empregos formais foi igual a +8.636 no Espírito Santo, queda expressiva quando comparada com o mesmo período de 2024, que registrou saldo igual a +14.471. Esse comportamento também foi observado no Brasil, que registrou valores iguais a +640.874 e +730.821, respectivamente.

Comentário do Desempenho

Em suma, o primeiro trimestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico complexo, com tensões comerciais globais, crescimento mais lento no Brasil e inflação persistente acima da meta, especialmente na Grande Vitória. O Espírito Santo, por sua vez, sentiu o impacto dessas dinâmicas com uma retração significativa em seu comércio exterior.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

O BANESTES é uma instituição consolidada, com forte compromisso com a sustentabilidade empresarial. Sua atuação é pautada por três pilares essenciais para o mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. Com a bandeira "Crescemos juntos", o banco cumpre sua função econômica e social, apoiando clientes e a sociedade capixaba através da oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a baixo custo, serviços, atendimento e parcerias.

✓ O Lucro Líquido registrado no primeiro trimestre do ano foi de R\$ 55 milhões (-20,1% em 12 meses e -59,0% em 3 meses), que corresponde a R\$ 0,17 por ação, rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio (ROE)¹ de 16,7% e retorno sobre o Ativo Total médio (ROA)² de 0,9%.

✓ O Faturamento³ no trimestre totalizou R\$ 1,4 bilhão (+2,1% em 12 meses e +6,6% em 3 meses). A Margem Financeira Líquida⁴ alcançou R\$ 294 milhões, elevando-se 9,4% contra o mesmo período de 2024. Na mesma comparação, o Resultado Operacional atingiu R\$ 89 milhões com queda de 15,1%; o Índice de Eficiência Operacional⁵ foi de 55,8% e a Eficiência Operacional Ajustada ao Risco⁶ atingiu 65,0%;

✓ Foram destinados aos acionistas R\$ 23 milhões a título de juros sobre capital próprio no primeiro trimestre, o que representa uma distribuição de 41,3% do lucro líquido do período;

✓ O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2,3 bilhões manteve-se no mesmo patamar em doze meses e de 2024. A relação Patrimônio Líquido e Ativo Total foi de 5,9%. O Índice de Basileia alcançou 13,6%, composto integralmente de capital nível I;

✓ O saldo dos Recursos de Terceiros Captados e Administrados⁷ somou R\$ 42,3 bilhões, retraindo 7,0% contra a posição do primeiro trimestre de 2024 e aumento de 4,7% quando comparado a dezembro de 2024, influenciado diretamente pela posição financeira dos recursos captados no mercado aberto (-34,3% em 12 meses e +13,2% em 3 meses). Já os Recursos Aplicados (Ativo Total) registraram R\$ 38,2 bilhões, queda de 10,6% em doze meses e elevação de 3,3% em três meses, decorrente, da liquidação de ativos financeiros em tesouraria (-21,3% em 12 meses

¹ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos patrimônios líquidos de março de 2025 e de março de 2024.

² Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos ativos totais de março de 2025 e de março de 2024.

³ Total das receitas com a intermediação financeira, com a prestação de serviços e tarifas e com prêmios retidos de seguros.

⁴ Refere-se ao Resultado Bruto da Intermediação Financeira.

⁵ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira (excluído provisão para créditos de liquidação duvidosa).

⁶ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira.

⁷ Trata-se do total dos saldos dos depósitos, da captação no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos, obrigações por repasses do país e fundos administrados.

Comentário do Desempenho

e +3,6% em 3 meses). No entanto, vale citar a resiliência do ritmo do crescimento das operações de crédito líquida de provisão para perdas no período (+19,8% em 12 meses e +1,6% em 3 meses);

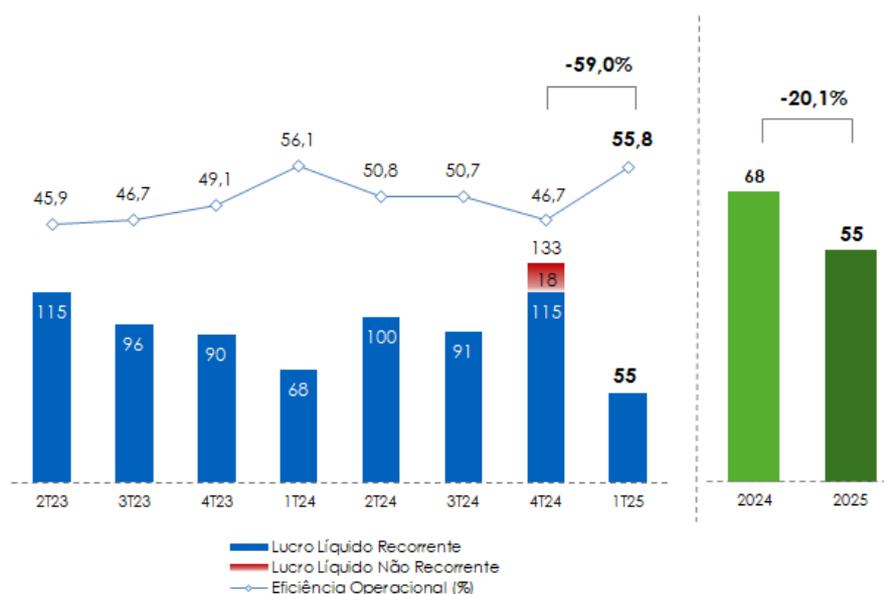
✓ A Carteira de Crédito Ampliada⁸ atingiu o montante de R\$ 15,1 bilhões em março de 2025, superando em 14,8% o mesmo período de 2024 e em 2,8% a posição de dezembro de 2024. A Carteira de Crédito Comercial alcançou R\$ 12,1 bilhões, crescendo 20,8% em doze meses e 3,1% contra a posição de dezembro de 2024. A estratégia da Instituição prioriza carteiras com menor risco, utilizando adequada política de crédito;

✓ A Inadimplência (>90 dias) da Carteira de Crédito Comercial encerrou março de 2025 em 2,1%. A provisão para crédito⁹ gerada nos últimos doze meses representou 1,5% do total da Carteira de Crédito Ampliada;

✓ A nota de *rating* do BANESTES é AA+ (bra) com perspectiva estável concedida pela Fitch Ratings - agência de classificação de risco. Em sua análise, relata uma visão positiva quanto a estrutura de governança corporativa e o sólido perfil financeiro do Banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez;

✓ As Receitas com Serviços, no primeiro trimestre de 2025, atingiram R\$ 90 milhões (+9,4% em 12 meses e -7,1% em 3 meses). O BANESTES manteve relacionamento com 1.421.960 clientes (+2,9% em 12 meses), em que sua base de clientes com pessoa jurídica expandiu 5,6%, enquanto com pessoa física avançou 2,8%. O número de contas correntes cresceu 5,0% em doze meses, atingindo 1.046.696 contas; enquanto o número de contas de poupança somou 652.891 (+0,7% em 12 meses).

3. DESEMPENHO ECONÔMICO



O Lucro Líquido do primeiro trimestre de 2025 foi de R\$ 55 milhões (-20,1% em 12 meses e -59,0% em 3 meses),

⁸ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito BACEN), de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, CDBs – certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs – certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, letras de crédito imobiliário e FIDCs – fundos de investimento em direitos creditórios) e garantias prestadas (avais e fianças).

⁹ Total das despesas com provisões e das reversões das provisões para crédito de liquidação duvidosa conforme conceito da Resolução CMN nº 4.966/2021 e perdas para TVM.

Comentário do Desempenho

influenciado pela elevação das despesas de pessoal (+24,5% em 12 meses e +12,2% em 3 meses) em função dos impactos econômicos gerados pelo PDV – Plano de Desligamento Voluntário; e pelo aumento das outras despesas operacionais (+88,5% em 12 meses e +43,8% em 3 meses), decorrente de descontos concedidos em renegociações e reestruturação de crédito, da operação de cartão de crédito e da angariação e operação de seguros. O contraponto positivo no período, ficou por conta do crescimento das receitas de operações de crédito (+23,1% em 12 meses e +4,9% em 3 meses) e da queda das outras despesas administrativas (-11,3% em 12 meses e +1,1% em 3 meses).

Em suma, o desempenho operacional e a rentabilidade do BANESTES resultaram de fatores internos estratégicos, como a gestão da alocação de ativos financeiros, o foco na expansão da carteira de crédito comercial, o fortalecimento do relacionamento e atendimento aos clientes, o monitoramento e controle do risco de crédito (com reestruturação de ativos), a gestão de investimentos e custos operacionais/administrativos e o posicionamento da operação de seguros.

Apesar de a Margem Financeira Líquida ter crescido 9,4% em comparação com o mesmo período de 2024, o Resultado Operacional registrou uma retração de 15,1% dado os impactos supracitados. Mesmo com essa retração no resultado operacional, o BANESTES demonstra resiliência e boa capacidade de reter a lucratividade em suas operações comerciais.

O Faturamento no primeiro trimestre atingiu R\$ 1,4 bilhão (+2,1% em 12 meses e +6,6% em 3 meses), as receitas de operações de crédito cresceram 23,1% em doze meses e 4,9% em três meses; em contrapartida, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários retraiu 10,6% em doze meses e se recuperou (+9,7%) contra o trimestre anterior. Assim, as receitas com operações de crédito somaram R\$ 481 milhões, enquanto, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 728 milhões. As receitas com serviços e tarifas bancárias encerram o trimestre com R\$ 90 milhões (+9,4% em 12 meses e -7,1% em 3 meses).

O Resultado com Operação de Seguros no primeiro trimestre foi de R\$ 45 milhões (+35,6% em 12 meses e -6,1% em 3 meses), consequência da elevação dos prêmios retidos (+19,6% em 12 meses e +10,1% em 3 meses), da redução dos custos com comercialização de seguros (-43,7% em 12 meses e -45,5% em 3 meses) e da estabilização dos sinistros retidos (-6,3% em 12 meses e +20,3% em 3 meses).

No primeiro trimestre de 2025, o Resultado com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi de R\$ 63 milhões (-5,3% em 12 meses e +25,1% em 3 meses) e o estoque total de provisão foi de R\$ 567 milhões (considerando a alteração das regras de cálculo de provisão conforme a Resolução nº 4.966/2021 do CMN). É importante frisar que o perfil da carteira de crédito exerce influência direta na constituição de provisionamento das concessões, uma vez que o grande montante (R\$ 11,0 bilhões, ou seja, 91,0%) do crédito está direcionado às pessoas físicas e às MPMEs¹⁰ e em modalidades de crédito como consignado, microcrédito e financiamentos imobiliários, que possuem garantias reais e representam menores riscos.

O BANESTES implementa e mantém, de forma contínua, ações e medidas para adequar sua política e processos de concessão de crédito. O objetivo é aprimorar a qualidade das garantias vinculadas às novas operações concedidas,

¹⁰ Micro, pequenas e médias empresas conforme Lei Complementar nº 139/11.

Comentário do Desempenho

bem como fortalecer os processos de reestruturação e recuperação de ativos de crédito, em consonância com as diretrizes de gestão de risco estabelecidas pelo CMN.

As Despesas Administrativas (pessoal e outras) no primeiro trimestre somaram R\$ 250 milhões (+6,6% em 12 meses e +7,3% em 3 meses). As despesas com pessoal atingiram R\$ 146 milhões (+24,5% em 12 meses e +12,2% em 3 meses) influenciados pelos impactos econômicos oriundos do PDV – Plano de Desligamento Voluntário, ocorridos em janeiro de 2025; enquanto, os custos com outras despesas administrativas alcançaram R\$ 104 milhões (-11,3% em 12 meses e +1,1% em 3 meses).

Importante ressaltar que os esforços e projetos atuais visam otimizar as despesas e custos operacionais/administrativos e, ao mesmo tempo, garantir a excelência dos serviços. Nosso foco principal é a satisfação do cliente, sempre em conformidade com as normas regulatórias e buscando a sustentabilidade das operações financeiras e bancárias. O Índice de Cobertura Geral¹¹ no primeiro trimestre foi de 36,1% e a Cobertura Imediata¹² atingiu o patamar de 61,8%.

Diante do supracitado, a eficiência do BANESTES no primeiro trimestre de 2025, melhorou comparado ao mesmo período de 2024, mantendo-se em patamares satisfatórios: o Índice de Eficiência Operacional fixou-se em 55,8% (0,3 p.p. melhor em 12 meses) e o Índice de Eficiência Operacional Ajustado ao Risco em 65,0% (1,7 p.p. melhor em 12 meses).

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

O Patrimônio Líquido do BANESTES alcançou em 31/03/2025, o valor de R\$ 2,3 bilhões, mantendo praticamente estável contra a posição em março de 2024. Foram destinados juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$ 23 milhões, que representa 41,3% do lucro líquido do período. O Índice de Basileia apurado foi de 13,6%. Os indicadores de rentabilidade, ROE e ROA, foram de 16,7% e 0,9%, respectivamente.

Em março de 2025, os Recursos de Terceiros Captados e Administrados somaram R\$ 42,3 bilhões, retraindo 7,0% em relação à posição de 31/03/2024 e crescendo 4,7% na comparação com a posição de 31/12/2024, distribuídos, principalmente em:

- R\$ 12,9 bilhões em depósitos a prazo (-0,8% em 12 meses e -1,7% em 3 meses);
- R\$ 4,6 bilhões em depósitos de poupança (+8,0% em 12 meses e -0,4% em 3 meses);
- R\$ 4,1 bilhões em depósitos judiciais (-8,7% em 12 meses e +1,1% em 3 meses);
- R\$ 1,0 bilhão em depósitos à vista (-10,1% em 12 meses e +3,0% em 3 meses);
- R\$ 9,8 bilhões em captação no mercado aberto (-34,3% em 12 meses e +13,2% em 3 meses);
- R\$ 8,2 bilhões em fundos administrados (+22,1% em 12 meses e +8,4% em 3 meses); e
- R\$ 1,3 bilhão em recursos de aceites e emissão de títulos (+111,9% em 12 meses e +16,0% em 3 meses).

¹¹ Relação entre o total das receitas de serviços e tarifas e o total de despesas administrativas (pessoal e outras).

¹² Relação entre o total das receitas de serviços e tarifas e o total de despesas com pessoal.

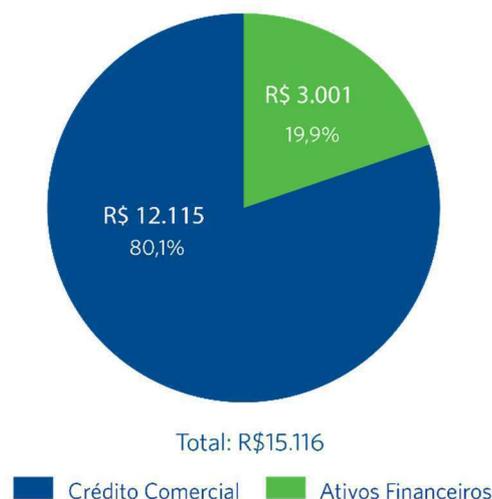
Comentário do Desempenho

Os Recursos Aplicados (Total do Ativo) contabilizaram o saldo de R\$ 38,2 bilhões no primeiro trimestre, retração de 10,6% contra a posição do mesmo período de 2024 e acréscimo de 3,3% sobre a posição de dezembro de 2024, composto, principalmente, por:

- R\$ 7,7 bilhões em caixa e agregados de caixa¹³, incremento de 234,1% em doze meses e 78,6% em três meses, O BANESTES direciona esses recursos à carteira de ativos constituídos com maior rentabilidade;
- R\$ 15,7 bilhões em títulos e valores mobiliários, reduções de 41,5% em doze meses e de 14,0% em três meses. Em cumprimento ao disposto no artigo 8º da circular nº 3.068/2001 do BCB, o BANESTES declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”; e
- R\$ 11,0 bilhões em operações de crédito líquida de provisão para perdas, crescimentos de 19,8% em doze meses e 1,6% em três meses.

A Carteira de Crédito Ampliada registrou o saldo de R\$ 15,1 bilhões, avanço de 14,8% em relação à posição do primeiro trimestre de 2024 e 2,8% em relação à posição de dezembro de 2024. A Carteira de Crédito Comercial atingiu R\$ 12,1 bilhões (+20,8% em 12 meses e +3,1% em 3 meses). As operações realizadas com pessoas físicas totalizaram R\$ 8,4 bilhões (69,1%) expandindo 21,2% em doze meses e 4,1% em três meses; enquanto, as operações realizadas com pessoas jurídicas somaram R\$ 3,7 bilhões (30,9%), acréscimo de 20,2% em doze meses e 0,8% em três meses. Da carteira de pessoa jurídica, 70,8% são concessões às empresas de porte micro, pequenas e médias (+25,4% em 12 meses e +5,1% em 3 meses) e 29,2% às grandes empresas (+9,1% em 12 meses e -8,1% em 3 meses).

Carteira de Crédito Ampliada - R\$ Milhões

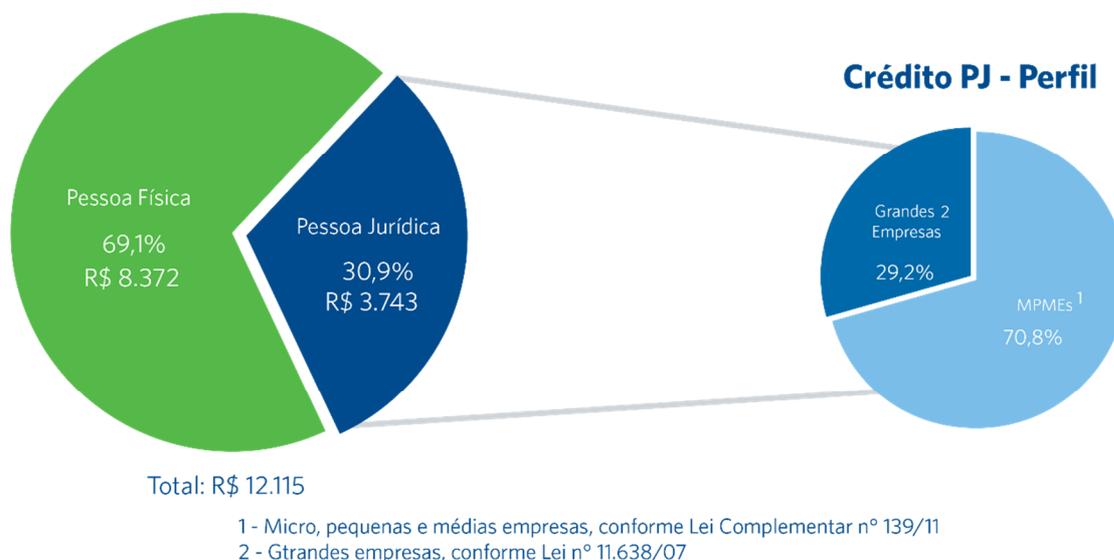


O BANESTES adota critérios rigorosos de segurança e de avaliação dos processos de concessão de crédito, de forma a manter o equilíbrio entre a expansão da carteira e a inadimplência.

¹³ Refere-se à posição em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez – posição bancada.

Comentário do Desempenho

Crédito Comercial - Perfil - R\$ Milhões



5. ESTÁGIOS, INADIMPLÊNCIA E REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDA

No primeiro trimestre de 2025, em consonância com a Resolução 4.966 do CMN foram contabilizados em estoque de provisão para Carteira de Crédito Comercial o valor de R\$ 567 milhões, posicionados nos seguintes estágios operacionais: 32,9% no estágio 1; 5,0% no estágio 2; e 62,1% no estágio 3.

Estágios de Risco de Crédito



O Índice de Inadimplência (> 90 dias) da carteira de crédito comercial ficou em 2,1%. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento de pessoa física atingiram 1,5%, e no segmento corporativo, 3,4%. Consoante com sua estratégia e atento ao cenário econômico, o BANESTES aplica toda sua cautela, método e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira.

A recuperação de créditos transferidos para prejuízo alcançou R\$ 17 milhões no primeiro trimestre de 2025, sendo o melhor resultado para este período na série histórica. O BANESTES continua com as ações do Feirão Zera Dívidas em 2025 e constantemente vem atuando no aperfeiçoamento da política de concessão de crédito, a fim de buscar o equilíbrio entre a ampliação do crédito e o controle da inadimplência, sempre dentro dos parâmetros aceitáveis de

Comentário do Desempenho

tolerância a risco.

6. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS

Os Impostos, as Contribuições e os Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no primeiro trimestre de 2025 somaram R\$ 98 milhões (+10,8% em 12 meses). Desse montante, R\$ 74 milhões (+13,2% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas pela Instituição, e R\$ 24 milhões referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos (+4,0% comparado ao mesmo trimestre de 2024).

7. RECONHECIMENTOS

O BANESTES alcançou a classificação máxima A+ no programa Receita Sintonia da Receita Federal do Brasil, um selo de excelência que atesta o elevado padrão de conformidade tributária da Instituição. Essa conquista reflete o compromisso do Banco com a rigorosa observância das obrigações fiscais, evidenciando a transparência e a responsabilidade que guiam sua gestão.

Esse reconhecimento da Receita Federal, que visa fomentar as melhores práticas tributárias, valida o trabalho diligente do BANESTES e seu comprometimento em manter a excelência em todas as suas práticas de gestão.

8. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES reforçou seu compromisso com a sustentabilidade, integrando-a como pilar cultural. Para isso, contratou uma consultoria especializada em ESG para implementar uma jornada completa, que inclui diagnóstico, planejamento estratégico, execução de planos táticos e engajamento interno.

O BANESTES promove o desenvolvimento sustentável equilibrando aspectos sociais, ambientais e climáticos. Em linha com esse compromisso, o Banco participa do Projeto Triciclo, em parceria com a Ambipar. Este projeto incentiva a economia circular e o descarte correto de recicláveis através das Retorna *Machines* e as convertem em pontos Triciclo ou *vouchers*, que podem ser trocados por benefícios. No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES instalou máquinas em órgãos públicos importantes do Espírito Santo, como o Tribunal de Contas do Estado, a Defensoria Pública do Espírito Santo e o Fórum de Serra (Tribunal de Justiça do Espírito Santo).

Com foco na saúde integral e na cultura do cuidado, promoveu diversas ações de bem-estar no primeiro trimestre de 2025, através do Programa Cuidar 360º. Na área de saúde emocional, foram realizados 154 atendimentos individuais pela equipe multidisciplinar, resultando no retorno ao trabalho de 10 colaboradores afastados. A Escola das Emoções capacitou 40 coordenadores em habilidades interpessoais e a palestra sobre vícios e compulsões alcançou 452 colaboradores. Em celebração ao Mês da Mulher, 233 pessoas participaram de uma palestra sobre violência contra a mulher. Para o desenvolvimento de lideranças humanizadas, foram publicadas quinzenalmente 6 Pílulas Psicoeducativas e 95 vagas foram oferecidas na Capacitação em Saúde Emocional para Líderes, em parceria com a Mental Pró.

O investimento no desenvolvimento profissional também foi destaque, com a ampliação do número de colaboradores

Comentário do Desempenho

certificados pela ANBIMA, totalizando 1.194 certificações. Foi lançado o Programa Altitude de Desenvolvimento de Lideranças e distribuídas 300 licenças para cursos na plataforma Alura. O voluntariado corporativo iniciou com uma ação no Asilo de Idosos de Vitória, envolvendo 77 moradores. Uma nova política de apoio a colaboradores com deficiência (PcD) foi implementada, facilitando a aquisição de tecnologias assistivas. A parceria com a *Affetic Baby* continuou a oferecer suporte a novos pais e mães.

O BANESTES investe em inovação e parcerias estratégicas para acelerar sua transformação digital. Um exemplo é o Programa Inov.AI, que capacita talentos internos em tecnologia *Low-Code*, resultando em mais de 24 soluções em produção e uma média de 700 usuários ativos mensais, aumentando a agilidade no desenvolvimento de aplicações. Além disso, a parceria com a plataforma WIS aprimora o desenvolvimento e a inovação dos colaboradores, alinhando-se à nossa busca contínua por aprimoramento e novas competências.

O Banco também avança na adoção de Inteligência Artificial (IA) generativa para otimizar a eficiência operacional e o desenvolvimento interno. A iniciativa "Sab.IA", um assistente inteligente para colaboradores, otimiza o atendimento e a busca por informações. Para impulsionar ainda mais a sua evolução e garantir que atenda às necessidades dos usuários, realizou um *hackathon* que gerou *insights* para seu aprimoramento. A integração do Sab.IA com o repositório de documentos melhora a gestão interna, promovendo uma integração automática e centralizada de informações. A utilização do Google *Gemini* complementa esse esforço, aumentando a produtividade e a eficiência.

O BANESTES está construindo um Ecossistema de *Data & Analytics* robusto, finalizando a atualização das especificações técnicas e mapeando as demandas de negócio. Essas ações reforçam o compromisso com a modernização de *Business Intelligence*, *Analytics* e IA, promovendo decisões baseadas em dados.

Essas iniciativas digitais visam melhorar a experiência do cliente, impulsionar a melhoria contínua de soluções e desenvolver novos produtos e serviços, além de ampliar o acesso remoto e conveniente aos serviços bancários, reduzindo despesas operacionais e promovendo a sustentabilidade.

A plataforma digital Bizi, exclusiva do BANESTES para servidores públicos, continua crescendo. Desde o lançamento, o Bizi já originou R\$ 29 milhões em empréstimos digitais. Agora, o BANESTES foca em expandir a base de convênios de crédito consignado do Bizi para alcançar mais servidores públicos em todo o Brasil.

O BANESTES prioriza a comunicação, tanto interna quanto externa. Internamente, o Banco garante o fluxo de informações aos colaboradores através da *Intranet*, que é constantemente atualizada, e do compartilhamento diário via e-mail e aplicativos de mensagens corporativos. Há também uma página exclusiva em redes sociais onde colaboradores e a equipe de comunicação compartilham o dia a dia do banco.

Externamente, o BANESTES mantém uma forte presença nas redes sociais oficiais, com postagens diárias e atendimento ao cliente, registrando 2.551 interações monitoradas no período, majoritariamente positivas. Além disso, no primeiro trimestre de 2025, o Banco teve expressiva visibilidade na mídia, atendendo a 49 demandas da imprensa e conquistando 509 inserções espontâneas, sendo 488 delas com impacto positivo para a Instituição.

O BANESTES conta com 758 pontos de atendimento, incluindo agências e postos (151 unidades), postos de

Comentário do Desempenho

atendimento eletrônico (278 unidades) e correspondentes (329 unidades). No primeiro trimestre de 2025, os canais digitais foram predominantes, com o aplicativo registrando mais de 48 milhões de transações (+33,4% em relação ao mesmo período do ano anterior) e sendo o principal canal de interação, com mais de 55 milhões de transações totais (financeiras e de consulta). No total, os canais digitais, incluindo o *Internet Banking*, impulsionaram mais de 19 milhões de transações financeiras, representando um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No primeiro trimestre de 2025, os cartões BANESTES faturaram R\$ 1,3 bilhão, um aumento de 4,3% em relação ao primeiro trimestre de 2024. Para melhorar a experiência do cliente, o BANESTES adicionou novas funções ao aplicativo, como a opção de pagar com Banescard Visa via *Google Pay*, a consulta de pontos a expirar no Programa Fidelidade e o aprimoramento das notificações de limite do Banescard Visa.

O BANESTES expandiu o serviço de Pix na Arrecadação e na Cobrança Bancária, atendendo a mais de 90,0% das prefeituras do Espírito Santo, além de autarquias municipais e o Governo Estadual. Essa iniciativa resultou em um aumento de 40,0% na volumetria de documentos recebidos, gerando mais receita e maior satisfação dos clientes. O Banco também prospectou clientes em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com destaque para São José do Rio Preto/SP.

No ano de 2024, por meio do PRONAMPE¹⁴, o BANESTES realizou aproximadamente 2.500 operações, totalizando aproximadamente R\$ 115 milhões em apoio financeiro para micro e pequenas empresas capixabas, incluindo profissionais liberais. Para o primeiro trimestre de 2025, foram emprestados, aproximadamente, R\$ 51 milhões em 940 operações. Atualmente a carteira ativa do BANESTES de Capital de Giro e Crédito Investimento somam R\$ 2,9 bilhões com 12.900 contratos ativos.

No contexto do crédito com recursos de repasse, o BANESTES continua disponibilizando novas linhas vinculadas aos programas do BNDES, como o FINAME Materiais Industrializados. Por meio dessa linha, os clientes poderão contar com uma opção de financiamento de notas fiscais emitidas há até 12 meses, para mais de 2.500 itens com prazo de até 84 meses e sem a incidência de IOF.

No âmbito da publicidade, a campanha "BANESTES Tá ON", iniciada no final de 2024 e mantida durante o primeiro trimestre de 2025, divulgou os benefícios de ser cliente BANESTES e as funcionalidades do aplicativo por meio de materiais gráficos e audiovisuais, veiculados em televisão, rádio, mídia exterior e plataformas digitais, além das redes sociais do Banco.

O BANESTES tem implementado uma estratégia de comunicação e marketing focada na promoção de produtos e no fortalecimento da marca. As ações de divulgação incluíram o Bizi (crédito consignado para servidores em outros estados), seguros da BANESTES Seguros ("Vai Tranquilo"), a retomada do "Feirão Zera Dívida" e o reforço da campanha de Microcrédito. O Banco também investiu no crédito rural para impulsionar o agronegócio capixaba.

Para fortalecer a marca, o BANESTES utilizou parcerias e lançou a campanha "Banescard Visa – 3 anos". Em 2025 patrocinou 21 projetos sociais, esportivos e culturais no Espírito Santo, como o Carnaval de Vitória, Jesus Vida Verão

¹⁴ Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Comentário do Desempenho

e o Programa Verão em Guarapari, que juntos alcançaram aproximadamente 1,2 milhão de pessoas.

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES direcionou investimentos para patrocínios com retorno comercial e visibilidade da marca. Destacaram-se o Programa de Formação de Agentes de Crédito (Microcrédito BANESTES), o Encontro da Magistratura Capixaba e o seminário do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento.

Além disso, o Banco apoiou projetos culturais via Lei *Rouanet*, como o festival "PCD: Pinta, Canta e Dança", que visa dar visibilidade a pessoas com deficiência na cultura. Foram realizadas ações através de outras leis de incentivo, como o Fundo da Infância e Adolescência, destacando o apoio à Casa de Acolhida e Educação Infantil – Creche Alegria. Essa iniciativa teve grande impacto social e está alinhada aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na área esportiva, o BANESTES manteve no primeiro trimestre de 2025 a parceria oficial de patrocínio com a Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo – Campeonato Capixaba 2025. O Banco alcançou mais uma vez as metas estabelecidas, com retorno de mídia espontânea e em ações de relacionamento com públicos estratégicos, o que garantiu excelente retorno sobre o investimento.

Por fim, o BANESTES investiu na melhoria da identidade visual e infraestrutura de diversas agências e instalações, como a BANESTES Loteria e agências em diferentes municípios, visando oferecer um ambiente mais moderno e acolhedor.

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES repassou cerca de R\$ 21 milhões ao seu acionista controlador, o Estado do Espírito Santo, sob a forma de juros sobre capital próprio. Esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

9. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES prioriza a gestão de riscos ao implementar controles para identificar, avaliar e mitigar riscos inerentes às suas atividades. Essa gestão é centralizada em uma diretoria específica, que se reporta diretamente à Presidência. A estrutura conta com áreas dedicadas à gestão e avaliação dos riscos de crédito, mercado e liquidez, além de outras áreas como a gestão da continuidade dos negócios e a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD-FTP). O objetivo dessa organização é otimizar o capital dos acionistas, buscando a melhor relação risco/retorno.

Considerando as exigências da Resolução CMN nº 4.557, que normatiza a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos. Para isso, o Diretor de Riscos e Controle é o responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial.

Além disso, possui o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração acerca dos níveis de apetite por riscos, das políticas e das estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados, bem como a prática de três linhas, com papéis e responsabilidades definidos nos processos de controles internos e riscos operacionais, sendo prática institucional a disseminação

Comentário do Desempenho

corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e *compliance*, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na *intranet* para formação e conscientização dos seus colaboradores.

Conta com comitês, procedimentos normatizados e controles internos, de acordo com a legislação brasileira e demais diretrizes de órgãos, que regulam sobre a PLD-FTP e o combate à corrupção. Sobre esse tema, implantou o Programa de Integridade BANESTES, adotando ações, procedimentos e controles para prevenção à corrupção e combate à prática de atos ilícitos e/ou de improbidade na condução dos processos e negócios no âmbito de atuação do BANESTES, contando inclusive com canal de denúncias no *site* da instituição. Além disso, possui um canal interno de comunicação com a área de PLD-FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br.

A Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração é responsável por avaliar os processos corporativos com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos, os controles e a governança corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha e contribuindo para a geração de valor para o SFB.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático, é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos. Nessa avaliação, é realizado um monitoramento da concentração de exposições e da inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente.

O BANESTES apresenta seu “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3” disponível, em seu *site*, na seção Relações com Investidores, Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos (www.banestes.com.br/ri). Dessa forma, o Banco assegura transparência ao mercado e ao público em geral.

O SFB demonstra seu compromisso com a proteção de dados através de um Programa de Proteção de Dados, que inclui medidas como a adequação da infraestrutura à LGPD e a Análise de Riscos de Privacidade com uma nova plataforma para mapeamento e classificação de dados. Os contratos são constantemente revisados e atualizados com cláusulas protetivas para mitigar riscos relacionados ao uso não autorizado de dados pessoais. O plano de comunicação garante a divulgação de políticas e procedimentos relacionados à privacidade e um canal oficial (protecaodedados@banestes.com.br) está disponível para assuntos relacionados à LGPD.

Adicionalmente, o SFB implementou um novo contrato para serviços gerenciados de segurança, que abrange serviços de proteção, monitoramento de vulnerabilidades, resposta a incidentes e consultoria, com o objetivo de fortalecer a segurança cibernética e da informação. Essa iniciativa inclui atualizações tecnológicas e a incorporação de novos serviços para aumentar a proteção do ambiente cibernético da Instituição.

10. EMPRESAS CONTROLADAS

A BANESTES Seguros (BANSEG) está entre as 20 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o anuário Finanças Mais – edição 2024, do jornal “Estado de São Paulo”, quando se trata de vida e previdência, e na categoria ramos

Comentário do Desempenho

gerais, a seguradora encontra-se entre as 50 maiores do país, conforme anuário Valor 1000 do jornal Valor Econômico. A empresa é líder no mercado capixaba e foi reconhecida no Recall de Marcas 2024. Seus produtos são comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com mais de 400 corretoras de seguros.

No primeiro trimestre de 2025, a BANSEG atingiu R\$ 7 milhões de lucro líquido, garantindo um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 17,1%. Esse resultado representa 13,1% do resultado consolidado do SFB. O prêmio ganho total apresentou um aumento de 7,9% em relação ao mesmo período de 2024, destacando o crescimento de 15,7% da carteira de pessoas, evidenciando seu desempenho contínuo e garantindo sua solidez.

A BANSEG investe em inovação e tecnologia para aprimorar o atendimento e a proteção dos segurados. A empresa está implementando um novo sistema de gestão de seguros, previsto para o primeiro trimestre de 2026, visando maior eficiência e a ampliação da oferta de produtos e parcerias. Novos produtos de Vida e Habitacional serão lançados no segundo trimestre de 2025 para impulsionar o crescimento. A alta administração monitora rigorosamente as despesas administrativas, seguindo boas práticas de governança. A BANSEG também valoriza seus talentos por meio de seleção interna, promoções por meritocracia e investimento em desenvolvimento de lideranças. Por fim, a seguradora atua ativamente em ações de ESG, através do Comitê de Sustentabilidade, com planos para mitigar riscos de sustentabilidade.

A BANESTES Corretora registrou um crescimento significativo no volume de produção de seguros nos primeiros três meses de 2025. Os seguros de acidentes pessoais se destacaram com um aumento de 142,0% em relação ao mesmo período de 2024, atingindo R\$ 9 milhões.

Apesar de uma leve queda de 2,3% em seguros novos de automóveis (chegando a R\$ 2 milhões), os seguros residenciais alcançaram quase R\$ 2 milhões e os empresariais R\$ 657 mil. O produto prestamista também apresentou bons resultados, com R\$ 498 mil para pessoas físicas (+2,9%) e um expressivo crescimento de 362% para pessoas jurídicas, totalizando R\$ 5 milhões.

Nos planos de previdência, os pagamentos mensais foram de R\$ 676 mil, e a carteira encerrou o trimestre em R\$ 886 milhões, um crescimento de 27,0%. A parceria com a Embracon gerou R\$ 35 milhões em produção, um aumento de 134,0%. A nova parceria com a Odontoprev, iniciada em 2024, contribuiu com R\$ 19 mil em vendas de planos odontológicos.

A BANESTES DTVM, especializada em gestão de ativos e administração de recursos de terceiros, oferece diversos produtos de investimento, como fundos de renda fixa, multimercados, ações, e o FII Banestes Recebíveis Imobiliários (BCRI11), que possui mais de 43 mil cotistas. No primeiro trimestre de 2025, a DTVM focou na captação de recursos, encerrando o período com R\$ 8,7 bilhões sob gestão e um lucro líquido de R\$ 4 milhões, 12,2% superior ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado representa uma participação no lucro consolidado do BANESTES de 8,1%. Considerando também a BANESTES Corretora, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 16 milhões.

A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional, com estrutura mínima para organização interna antes de iniciar as operações. Ela será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A Loteria opera em

Comentário do Desempenho

compartilhamento operacional com o BANESTES, utilizando áreas de apoio como contabilidade, controladoria, auditoria, infraestrutura, jurídico e TI. Suas atividades são desempenhadas por funcionários do BANESTES alocados na sede ou em grupos de trabalho específicos, já que a Loteria não possui quadro de funcionários próprio.

11. GUIDANCE

O *Guidance*¹⁵ BANESTES contém declarações prospectivas as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em expectativas e premissas da Administração e em informações disponíveis no mercado até a presente data.

INDICADORES	GUIDANCE 2025	
	Projeção (%)	1º Trimestre Real (%)
Carteira de Crédito Ampliada ¹	6 – 10	14,8
Depósito Total ²	5 – 9	-1,4
Provisão de Crédito/Carteira de Crédito Ampliada ³	1,9 – 2,3	1,5
Margem Financeira Líquida ⁴	3 – 7	9,4
Despesas Operacionais ⁵	10 – 14	6,6
Serviços e Seguridade ⁶	6 – 10	16,8

¹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito Bacen), de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, CDBs - certificado de depósitos bancários, letras financeiras, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, FIDCs - fundo de investimento em direitos creditórios e CRIs - certificado de recebíveis imobiliários) e garantias prestadas (fianças e avais).

² Trata-se do total dos saldos de depósitos à vista, poupança, a prazo, interfinanceiros e outros depósitos.

³ Trata-se da relação do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Resolução nº 4.966/2021 do CMN) e TVM privado nos últimos 12 meses e o saldo da carteira de crédito ampliada.

⁴ Trata-se do total da receita da intermediação financeira descontado as despesas da intermediação financeira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

⁵ Trata-se do total das despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

⁶ Trata-se do total das receitas com serviços e tarifas, de prêmios retidos, variações das provisões técnicas, sinistros retidos, despesas de comercialização de seguros e resultado líquido de resseguro.

Obs.: As variações estão baseadas em 12 meses.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro trimestre de 2025.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2025.

¹⁵ As informações não são objeto de auditoria.

Comentário do Desempenho

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 1º TRIMESTRE DE 2025

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2025, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1. CONTEXTO ECONÔMICO

No primeiro trimestre de 2025, o cenário econômico foi desafiador tanto globalmente quanto no Brasil. As tensões comerciais aumentaram devido às políticas protecionistas dos EUA, elevando tarifas e gerando incertezas, risco de inflação e desaceleração econômica mundial. No entanto, essa dinâmica pode abrir portas para novas rotas comerciais e mercados.

A economia brasileira desacelerou mais do que o esperado em 2024, com o PIB fechando em 3,4%. Para 2025, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) projeta um crescimento menor, de 2,4%, influenciado pela política monetária restritiva e pela redução do estímulo fiscal.

Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a carteira de crédito total no Brasil cresceu 11,1% no primeiro trimestre de 2025, comparado ao ano anterior. Esse aumento foi impulsionado por um crescimento de 12,3% na carteira de crédito para Pessoas Físicas (PF) e de 9,2% para Pessoas Jurídicas (PJ).

A taxa Selic no primeiro trimestre de 2025 passou por duas elevações significativas, saindo de 12,25% no início de janeiro e encerrando março em 14,25% ao ano. Essas decisões foram tomadas em um contexto de inflação acima da meta e um cenário econômico desafiador, tanto no Brasil quanto globalmente, o que levou o Banco Central a adotar uma postura mais agressiva na política monetária. A expectativa do mercado é que a taxa permaneça no patamar de 14,75%.

A inflação (IPCA) acumulada no trimestre foi de 2,04%, e no acumulado de 12 meses, atingiu 5,48%, superando a meta de 4,50% para 2025. Na Grande Vitória, a pressão inflacionária foi ligeiramente maior (+2,41% no trimestre e +5,58% em 12 meses), impulsionada por alimentação e bebidas, transportes e educação.

O comércio exterior capixaba teve um desempenho negativo de 9,6% no trimestre, com quedas nas exportações (-6,4%) e importações (-12,4%), afetado pela redução da demanda global e pela volatilidade cambial. Esse resultado contrasta com o cenário nacional, que registrou alta de 5,64% no comércio exterior.

No primeiro trimestre de 2025, o saldo líquido (admissões menos demissões) de empregos formais foi igual a +8.636 no Espírito Santo, queda expressiva quando comparada com o mesmo período de 2024, que registrou saldo igual a +14.471. Esse comportamento também foi observado no Brasil, que registrou valores iguais a +640.874 e +730.821,

Comentário do Desempenho

respectivamente.

Em suma, o primeiro trimestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico complexo, com tensões comerciais globais, crescimento mais lento no Brasil e inflação persistente acima da meta, especialmente na Grande Vitória. O Espírito Santo, por sua vez, sentiu o impacto dessas dinâmicas com uma retração significativa em seu comércio exterior.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

O BANESTES é uma instituição consolidada, com forte compromisso com a sustentabilidade empresarial. Sua atuação é pautada por três pilares essenciais para o mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. Com a bandeira "Crescemos Juntos", o Banco cumpre sua função econômica e social, apoiando clientes e a sociedade capixaba através da oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a baixo custo, serviços, atendimento e parcerias.

- ✓ Lucro Líquido atingiu R\$ 112 milhões no primeiro trimestre (+65,1% em 12 meses e -4,5% em 3 meses), correspondendo a R\$ 0,35 por ação. O faturamento¹ atingiu R\$ 1,3 bilhão mantendo-se estável (+0,1%) contra o primeiro trimestre de 2024 e avançou 6,7% comparado ao trimestre anterior; em que as receitas com empréstimos e recebíveis avançaram (+21,3% em 12 meses e +4,9% em 3 meses) reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes² (+20,8% em 12 meses e +3,0% em 3 meses); já as receitas ligadas a Tesouraria retraíram (-10,6% em 12 meses) sob efeito direto da liquidação da posição financeira dos recursos em caixa (-21,3% em 12 meses). O resultado de seguros e previdência também recuou no período (-2,1% em 12 meses e -30,7% em 3 meses). Com o comportamento de queda, as despesas financeiras no trimestre somaram R\$ 863 milhões (-1,9% em 12 meses), destaque para a retração dos custos com instituições financeiras (-25,5% em 12 meses) reflexo do menor fluxo de recursos em operações compromissadas entre bancos. Importante registrar a elevação dos custos com depósitos de clientes (+19,0% em 12 meses e +10,0% em 3 meses) sob viés da alta da taxa de juros/Selic, mesmo avesso à queda do saldo de depósitos de clientes no período (-1,1% em 12 meses e -0,7% em 3 meses). As perdas com *impairment* no trimestre registraram um resultado positivo de R\$ 44 milhões. Outros itens que impactaram o resultado do trimestre foram: i) a recuperação do resultado com serviços e comissões (+13,6% em 12 meses); e ii) aumento dos custos administrativos - pessoal e outras despesas (+8,5% em 12 meses) motivado pelo impacto econômico do PDV - Plano de Desligamento Voluntário; o qual foi atenuado pelo recuo das outras despesas administrativas (-9,3% em 12 meses). Em suma, a eficiência operacional³ no trimestre foi de 55,6% e a eficiência operacional ajustada ao risco⁴ atingiu 50,7%;
- ✓ O patrimônio líquido registrado no primeiro trimestre de 2025 foi de R\$ 2,3 bilhões, 5,1% superior ao mesmo período de 2024 e -1,2% contra a posição do quarto trimestre de 2024. O índice de Basileia alcançou 13,6% composto integralmente

¹ Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

² Trata-se do total do saldo bruto de empréstimos e recebíveis.

³ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁴ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

Comentário do Desempenho

de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE)⁵ foi de 21,2% e o retorno sobre o ativo (ROA)⁶ foi de 1,2%. A reserva de lucros (R\$ 789 milhões) avançou 49,7% na comparação com o primeiro trimestre de 2024. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio o montante de R\$ 23 milhões;

- ✓ Os ativos no primeiro trimestre de 2025 atingiram R\$ 38,1 bilhões, queda 10,6% contra o mesmo período de 2024 e avanço de 3,2% contra o quarto trimestre de 2024. Houve retração da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (-41,5% em 12 meses e -13,9% em 3 meses) em face a liquidação dos ativos financeiros congruente a estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados e a migração desses recursos para o caixa da Companhia. Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa atingiram R\$ 7,7 bilhões (+234,1% em 12 meses e +78,6% em 3 meses). Os recursos em empréstimos e recebíveis mantiveram forte crescimento (+21,6% em 12 meses e +2,4% em 3 meses), reflexos das safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada da economia local, principalmente no setor de varejo e de serviços. O BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade às garantias adquiridas nas novas concessões e o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e recuperação de créditos em prejuízo;
- ✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 12,1 bilhões crescentes 20,8% contra o primeiro trimestre de 2024 e 3,0% contra o quarto trimestre de 2024. O segmento pessoa física totalizou R\$ 8,4 bilhões (+21,2% em 12 meses e +4,1% em 3 meses); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 3,7 bilhões (+20,2% em 12 meses e +0,8% em 3 meses). Da carteira de clientes corporativos, 70,8% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e 29,2% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades: crédito imobiliário (+24,1% em 12 meses e +3,4% em 3 meses), crédito pessoal (+15,8% em 12 meses e +3,9% em 3 meses), crédito rural (+57,6% em 12 meses e +8,8% em 3 meses) e crédito comercial (+22,6% em 12 meses e +2,2% em 3 meses). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada⁷, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 15,1 bilhões (+14,7% em 12 meses e +2,8% em 3 meses);
- ✓ O Índice de Inadimplência (> 90 dias) da carteira de crédito comercial ficou em 2,1% no trimestre. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento de pessoa física atingiram 1,5%, e no segmento corporativo, 3,4%. O saldo em *impairment* totalizou R\$ 562 milhões (+7,1% em 12 meses e +18,6% em 3 meses), posicionados nos seguintes estágios operacionais: 33,2% no estágio 1; 5,0% no estágio 2; e 61,8% no estágio 3. Consoante com sua estratégia e atento ao cenário econômico, o BANESTES aplica toda sua cautela, método e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira;
- ✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 22,7 bilhões no trimestre, quedas 1,1% contra o mesmo período de 2024 e 0,7% contra o quarto trimestre de 2024. Os recursos de depósitos a prazo puxaram essa queda (-2,8% em 12 meses e -1,0% em 3 meses), enquanto, os recursos em poupança expandiram de forma mais branda (+8,0% em 12 meses e -0,4% em 3 meses). Já os recursos de depósitos à vista retraíram (-10,1% em 12 meses) reflexo da necessidade de caixa das empresas

⁵ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de março de 2025 e março de 2024.

⁶ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de março de 2025 e março de 2024.

⁷ Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, CDBs - certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs - certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FDICs - fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

Comentário do Desempenho

e do governo/prefeituras. Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 1,3 bilhão (+111,9% em 12 meses e +16,0% em 3 meses). Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 10,2 bilhões (-33,4% em 12 meses), função direta da posição/recursos em caixa da Companhia. No trimestre, o BANESTES gerenciou 1.047 mil contas correntes (+5,0% em 12 meses) e 653 mil contas de poupança (+0,7% em 12 meses), relacionando-se com 1.422 mil clientes (+2,9% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram o saldo de R\$ 8,2 bilhões com pujante crescimento no período (+22,1% em 12 meses e +8,4% em 3 meses), decorrente da estratégia de expansão comercial do Banco;

- ✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 247 milhões, elevação de 8,5% contra o mesmo período de 2024 e -12,2% contra o trimestre anterior, decorrente, em suma, dos efeitos econômicos do Plano de Desligamento Voluntário - PDV contabilizados no período. Os itens de despesas administrativas que impactam a atividade bancária, apresentaram o seguinte comportamento: publicidade, promoções e propaganda comercial (-22,6% em 12 meses e +96,1% em 3 meses), serviços técnicos especializados (-18,0% em 12 meses e -17,3% em 3 meses) e processamento de dados (-15,2% em 12 meses e +33,5% em 3 meses). Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral⁸ atingiu 34,4%;
- ✓ O resultado de serviços e comissões no trimestre registrou 46 milhões, avanço de 13,6% contra o primeiro trimestre de 2024 e -4,8% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 85 milhões (+7,8% em 12 meses e -4,7% em 3 meses) impactado preponderantemente pelas receitas geradas da operação de cartões de crédito/débito; a contraponto de um crescimento de despesas de serviços em menor intensidade (+1,7% em 12 meses e -4,6% em 3 meses) influenciado pela queda das despesas com correspondente bancário (-8,4% em 12 meses e -6,0% em 3 meses), com serviços sistema financeiro (-23,4% em 12 meses e -12,0% em 3 meses) e com comercialização de planos de seguros e previdência (-43,7% em 12 meses e -45,5% em 3 meses). Os canais digitais foram predominantes, com o aplicativo registrando mais de 48 milhões de transações (+33,4% em relação ao mesmo período do ano anterior) e sendo o principal canal de interação, com mais de 55 milhões de transações totais (financeiras e de consulta). No total, os canais digitais, incluindo o *Internet Banking*, impulsionaram mais de 19 milhões de transações financeiras, representando um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior;
- ✓ Os Impostos, as Contribuições e os Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no primeiro trimestre de 2025 somaram R\$ 98 milhões (+10,8% em 12 meses). Desse montante, R\$ 74 milhões (+13,2% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas pela Instituição, e R\$ 24 milhões referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos (+4,0% comparado ao mesmo trimestre de 2024); e
- ✓ A nota de rating do BANESTES é AA+(bra) com perspectiva estável concedida pela Fitch Rating - agência de classificação de risco. Em sua análise, relata uma visão positiva quanto a estrutura de governança corporativa e o sólido perfil financeiro do banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez.

⁸Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

Comentário do Desempenho

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES reforçou seu compromisso com a sustentabilidade, integrando-a como pilar cultural. Para isso, contratou uma consultoria especializada em ESG para implementar uma jornada completa, que inclui diagnóstico, planejamento estratégico, execução de planos táticos e engajamento interno.

O BANESTES promove o desenvolvimento sustentável equilibrando aspectos sociais, ambientais e climáticos. Em linha com esse compromisso, o Banco participa do Projeto Triciclo, em parceria com a Ambipar. Este projeto incentiva a economia circular e o descarte correto de recicláveis através das Retorna *Machines* e as convertem em pontos Triciclo ou *vouchers*, que podem ser trocados por benefícios. No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES instalou máquinas em órgãos públicos importantes do Espírito Santo, como o Tribunal de Contas do Estado, a Defensoria Pública do Espírito Santo e o Fórum de Serra (Tribunal de Justiça do Espírito Santo).

Com foco na saúde integral e na cultura do cuidado, promoveu diversas ações de bem-estar no primeiro trimestre de 2025, através do Programa Cuidar 360º. Na área de saúde emocional, foram realizados 154 atendimentos individuais pela equipe multidisciplinar, resultando no retorno ao trabalho de 10 colaboradores afastados. A Escola das Emoções capacitou 40 coordenadores em habilidades interpessoais e a palestra sobre vícios e compulsões alcançou 452 colaboradores. Em celebração ao Mês da Mulher, 233 pessoas participaram de uma palestra sobre violência contra a mulher. Para o desenvolvimento de lideranças humanizadas, foram publicadas quinzenalmente 6 Pílulas Psicoeducativas e 95 vagas foram oferecidas na Capacitação em Saúde Emocional para Líderes, em parceria com a Mental Pró.

O investimento no desenvolvimento profissional também foi destaque, com a ampliação do número de colaboradores certificados pela ANBIMA, totalizando 1.194 certificações. Foi lançado o Programa Altitude de Desenvolvimento de Lideranças e distribuídas 300 licenças para cursos na plataforma Alura. O voluntariado corporativo iniciou com uma ação no Asilo de Idosos de Vitória, envolvendo 77 moradores. Uma nova política de apoio a colaboradores com deficiência (PcD) foi implementada, facilitando a aquisição de tecnologias assistivas. A parceria com a *Affetic Baby* continuou a oferecer suporte a novos pais e mães.

O BANESTES investe em inovação e parcerias estratégicas para acelerar sua transformação digital. Um exemplo é o Programa Inov.AI, que capacita talentos internos em tecnologia *Low-Code*, resultando em mais de 24 soluções em produção e uma média de 700 usuários ativos mensais, aumentando a agilidade no desenvolvimento de aplicações. Além disso, a parceria com a plataforma WIS aprimora o desenvolvimento e a inovação dos colaboradores, alinhando-se à nossa busca contínua por aprimoramento e novas competências.

O Banco também avança na adoção de Inteligência Artificial (IA) generativa para otimizar a eficiência operacional e o desenvolvimento interno. A iniciativa "Sab.IA", um assistente inteligente para colaboradores, otimiza o atendimento e a busca por informações. Para impulsionar ainda mais a sua evolução e garantir que atenda às necessidades dos usuários, realizou um *hackathon* que gerou *insights* para seu aprimoramento. A integração do Sab.IA com o repositório de documentos melhora a gestão interna, promovendo uma integração automática e centralizada de informações. A utilização do Google *Gemini* complementa esse esforço, aumentando a produtividade e a eficiência.

Comentário do Desempenho

O BANESTES está construindo um Ecossistema de *Data & Analytics* robusto, finalizando a atualização das especificações técnicas e mapeando as demandas de negócio. Essas ações reforçam o compromisso com a modernização de *Business Intelligence, Analytics* e IA, promovendo decisões baseadas em dados.

Essas iniciativas digitais visam melhorar a experiência do cliente, impulsionar a melhoria contínua de soluções e desenvolver novos produtos e serviços, além de ampliar o acesso remoto e conveniente aos serviços bancários, reduzindo despesas operacionais e promovendo a sustentabilidade.

A plataforma digital Bizi, exclusiva do BANESTES para servidores públicos, continua crescendo. Desde o lançamento, o Bizi já originou R\$ 29 milhões em empréstimos digitais. Agora, o BANESTES foca em expandir a base de convênios de crédito consignado do Bizi para alcançar mais servidores públicos em todo o Brasil.

O BANESTES prioriza a comunicação, tanto interna quanto externa. Internamente, o Banco garante o fluxo de informações aos colaboradores através da *Intranet*, que é constantemente atualizada, e do compartilhamento diário via e-mail e aplicativos de mensagens corporativos. Há também uma página exclusiva em redes sociais onde colaboradores e a equipe de comunicação compartilham o dia a dia do banco.

Externamente, o BANESTES mantém uma forte presença nas redes sociais oficiais, com postagens diárias e atendimento ao cliente, registrando 2.551 interações monitoradas no período, majoritariamente positivas. Além disso, no primeiro trimestre de 2025, o Banco teve expressiva visibilidade na mídia, atendendo a 49 demandas da imprensa e conquistando 509 inserções espontâneas, sendo 488 delas com impacto positivo para a Instituição.

O BANESTES conta com 758 pontos de atendimento, incluindo agências e postos (151 unidades), postos de atendimento eletrônico (278 unidades) e correspondentes (329 unidades). No primeiro trimestre de 2025, os canais digitais foram predominantes, com o aplicativo registrando mais de 48 milhões de transações (+33,4% em relação ao mesmo período do ano anterior) e sendo o principal canal de interação, com mais de 55 milhões de transações totais (financeiras e de consulta). No total, os canais digitais, incluindo o *Internet Banking*, impulsionaram mais de 19 milhões de transações financeiras, representando um crescimento de 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No primeiro trimestre de 2025, os cartões BANESTES faturaram R\$ 1,3 bilhão, um aumento de 4,3% em relação ao primeiro trimestre de 2024. Para melhorar a experiência do cliente, o BANESTES adicionou novas funções ao aplicativo, como a opção de pagar com Banescard Visa via *Google Pay*, a consulta de pontos a expirar no Programa Fidelidade e o aprimoramento das notificações de limite do Banescard Visa.

O BANESTES expandiu o serviço de Pix na Arrecadação e na Cobrança Bancária, atendendo a mais de 90,0% das prefeituras do Espírito Santo, além de autarquias municipais e o Governo Estadual. Essa iniciativa resultou em um aumento de 40,0% na volumetria de documentos recebidos, gerando mais receita e maior satisfação dos clientes. O Banco também prospectou clientes em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, com destaque para São José do Rio Preto/SP.

Comentário do Desempenho

No ano de 2024, por meio do PRONAMPE⁹, o BANESTES realizou aproximadamente 2.500 operações, totalizando aproximadamente R\$ 115 milhões em apoio financeiro para micro e pequenas empresas capixabas, incluindo profissionais liberais. Para o primeiro trimestre de 2025, foram emprestados, aproximadamente, R\$ 51 milhões em 940 operações. Atualmente a carteira ativa do BANESTES de Capital de Giro e Crédito Investimento somam R\$ 2,9 bilhões com 12.900 contratos ativos.

No contexto do crédito com recursos de repasse, o BANESTES continua disponibilizando novas linhas vinculadas aos programas do BNDES, como o FINAME Materiais Industrializados. Por meio dessa linha, os clientes poderão contar com uma opção de financiamento de notas fiscais emitidas há até 12 meses, para mais de 2.500 itens com prazo de até 84 meses e sem a incidência de IOF.

No âmbito da publicidade, a campanha "BANESTES Tá ON", iniciada no final de 2024 e mantida durante o primeiro trimestre de 2025, divulgou os benefícios de ser cliente BANESTES e as funcionalidades do aplicativo por meio de materiais gráficos e audiovisuais, veiculados em televisão, rádio, mídia exterior e plataformas digitais, além das redes sociais do Banco.

O BANESTES tem implementado uma estratégia de comunicação e marketing focada na promoção de produtos e no fortalecimento da marca. As ações de divulgação incluíram o Bizi (crédito consignado para servidores em outros estados), seguros da BANESTES Seguros ("Vai Tranquilo"), a retomada do "Feirão Zera Dívida" e o reforço da campanha de Microcrédito. O Banco também investiu no crédito rural para impulsionar o agronegócio capixaba.

Para fortalecer a marca, o BANESTES utilizou parcerias e lançou a campanha "Banescard Visa - 3 anos". Em 2025 patrocinou 21 projetos sociais, esportivos e culturais no Espírito Santo, como o Carnaval de Vitória, Jesus Vida Verão e o Programa Verão em Guarapari, que juntos alcançaram aproximadamente 1,2 milhão de pessoas.

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES direcionou investimentos para patrocínios com retorno comercial e visibilidade da marca. Destacaram-se o Programa de Formação de Agentes de Crédito (Microcrédito BANESTES), o Encontro da Magistratura Capixaba e o seminário do Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento.

Além disso, o Banco apoiou projetos culturais via Lei *Rouanet*, como o festival "PCD: Pinta, Canta e Dança", que visa dar visibilidade a pessoas com deficiência na cultura. Foram realizadas ações através de outras leis de incentivo, como o Fundo da Infância e Adolescência, destacando o apoio à Casa de Acolhida e Educação Infantil - Creche Alegria. Essa iniciativa teve grande impacto social e está alinhada aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na área esportiva, o BANESTES manteve no primeiro trimestre de 2025 a parceria oficial de patrocínio com a Federação de Futebol do Estado do Espírito Santo - Campeonato Capixaba 2025. O Banco alcançou mais uma vez as metas estabelecidas, com retorno de mídia espontânea e em ações de relacionamento com públicos estratégicos, o que garantiu excelente retorno sobre o investimento.

⁹ Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Comentário do Desempenho

Por fim, o BANESTES investiu na melhoria da identidade visual e infraestrutura de diversas agências e instalações, como a BANESTES Loteria e agências em diferentes municípios, visando oferecer um ambiente mais moderno e acolhedor.

No primeiro trimestre de 2025, o BANESTES repassou cerca de R\$ 21 milhões ao seu acionista controlador, o Estado do Espírito Santo, sob a forma de juros sobre capital próprio. Esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES prioriza a gestão de riscos ao implementar controles para identificar, avaliar e mitigar riscos inerentes às suas atividades. Essa gestão é centralizada em uma diretoria específica, que se reporta diretamente à Presidência. A estrutura conta com áreas dedicadas à gestão e avaliação dos riscos de crédito, mercado e liquidez, além de outras áreas como a gestão da continuidade dos negócios e a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa (PLD-FTP). O objetivo dessa organização é otimizar o capital dos acionistas, buscando a melhor relação risco/retorno.

Considerando as exigências da Resolução CMN nº 4.557, que normatiza a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos. Para isso, o Diretor de Riscos e Controle é o responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial.

Além disso, possui o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração acerca dos níveis de apetite por riscos, das políticas e das estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados, bem como a prática de três linhas, com papéis e responsabilidades definidos nos processos de controles internos e riscos operacionais, sendo prática institucional a disseminação corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e *compliance*, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na *intranet* para formação e conscientização dos seus colaboradores.

Conta com comitês, procedimentos normatizados e controles internos, de acordo com a legislação brasileira e demais diretrizes de órgãos, que regulam sobre a PLD-FTP e o combate à corrupção. Sobre esse tema, implantou o Programa de Integridade BANESTES, adotando ações, procedimentos e controles para prevenção à corrupção e combate à prática de atos ilícitos e/ou de improbidade na condução dos processos e negócios no âmbito de atuação do BANESTES, contando inclusive com canal de denúncias no *site* da instituição. Além disso, possui um canal interno de comunicação com a área de PLD-FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br.

A Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração é responsável por avaliar os processos corporativos com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos, os controles e a governança corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha e contribuindo para a geração de valor para o SFB.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático, é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos. Nessa avaliação, é realizado um

Comentário do Desempenho

monitoramento da concentração de exposições e da inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente.

O BANESTES apresenta seu “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3” disponível, em seu [site](#), na seção Relações com Investidores, Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos (www.banestes.com.br/ri). Dessa forma, o Banco assegura transparência ao mercado e ao público em geral.

O SFB demonstra seu compromisso com a proteção de dados através de um Programa de Proteção de Dados, que inclui medidas como a adequação da infraestrutura à LGPD e a Análise de Riscos de Privacidade com uma nova plataforma para mapeamento e classificação de dados. Os contratos são constantemente revisados e atualizados com cláusulas protetivas para mitigar riscos relacionados ao uso não autorizado de dados pessoais. O plano de comunicação garante a divulgação de políticas e procedimentos relacionados à privacidade e um canal oficial (protecaodedados@banestes.com.br) está disponível para assuntos relacionados à LGPD.

Adicionalmente, o SFB implementou um novo contrato para serviços gerenciados de segurança, que abrange serviços de proteção, monitoramento de vulnerabilidades, resposta a incidentes e consultoria, com o objetivo de fortalecer a segurança cibernética e da informação. Essa iniciativa inclui atualizações tecnológicas e a incorporação de novos serviços para aumentar a proteção do ambiente cibernético da Instituição.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

A BANESTES Seguros (BANSEG) está entre as 20 maiores seguradoras do Brasil, de acordo com o anuário Finanças Mais – edição 2024, do jornal “Estado de São Paulo”, quando se trata de vida e previdência, e na categoria ramos gerais, a seguradora encontra-se entre as 50 maiores do país, conforme anuário Valor 1000 do jornal Valor Econômico. A empresa é líder no mercado capixaba e foi reconhecida no Recall de Marcas 2024. Seus produtos são comercializados na rede de agências BANESTES e em parceria com mais de 400 corretoras de seguros.

No primeiro trimestre de 2025, a BANSEG atingiu R\$ 7 milhões de lucro líquido, garantindo um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 17,1%. Esse resultado representa 13,1% do resultado consolidado do SFB. O prêmio ganho total apresentou um aumento de 7,9% em relação ao mesmo período de 2024, destacando o crescimento de 15,7% da carteira de pessoas, evidenciando seu desempenho contínuo e garantindo sua solidez.

A BANSEG investe em inovação e tecnologia para aprimorar o atendimento e a proteção dos segurados. A empresa está implementando um novo sistema de gestão de seguros, previsto para o primeiro trimestre de 2026, visando maior eficiência e a ampliação da oferta de produtos e parcerias. Novos produtos de Vida e Habitacional serão lançados no segundo trimestre de 2025 para impulsionar o crescimento. A alta administração monitora rigorosamente as despesas administrativas, seguindo boas práticas de governança. A BANSEG também valoriza seus talentos por meio de seleção interna, promoções por meritocracia e investimento em desenvolvimento de lideranças. Por fim, a seguradora atua

Comentário do Desempenho

ativamente em ações de ESG, através do Comitê de Sustentabilidade, com planos para mitigar riscos de sustentabilidade.

A BANESTES Corretora registrou um crescimento significativo no volume de produção de seguros nos primeiros três meses de 2025. Os seguros de acidentes pessoais se destacaram com um aumento de 142,0% em relação ao mesmo período de 2024, atingindo R\$ 9 milhões.

Apesar de uma leve queda de 2,3% em seguros novos de automóveis (chegando a R\$ 2 milhões), os seguros residenciais alcançaram quase R\$ 2 milhões e os empresariais R\$ 657 mil. O produto prestamista também apresentou bons resultados, com R\$ 498 mil para pessoas físicas (+2,9%) e um expressivo crescimento de 362% para pessoas jurídicas, totalizando R\$ 5 milhões.

Nos planos de previdência, os pagamentos mensais foram de R\$ 676 mil, e a carteira encerrou o trimestre em R\$ 886 milhões, um crescimento de 27,0%. A parceria com a Embracon gerou R\$ 35 milhões em produção, um aumento de 134,0%. A nova parceria com a Odontoprev, iniciada em 2024, contribuiu com R\$ 19 mil em vendas de planos odontológicos.

A BANESTES DTVM, especializada em gestão de ativos e administração de recursos de terceiros, oferece diversos produtos de investimento, como fundos de renda fixa, multimercados, ações, e o FII Banestes Recebíveis Imobiliários (BCRI11), que possui mais de 43 mil cotistas. No primeiro trimestre de 2025, a DTVM focou na captação de recursos, encerrando o período com R\$ 8,7 bilhões sob gestão e um lucro líquido de R\$ 4 milhões, 12,2% superior ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado representa uma participação no lucro consolidado do BANESTES de 8,1%. Considerando também a BANESTES Corretora, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 16 milhões.

A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional, com estrutura mínima para organização interna antes de iniciar as operações. Ela será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A Loteria opera em compartilhamento operacional com o BANESTES, utilizando áreas de apoio como contabilidade, controladoria, auditoria, infraestrutura, jurídico e TI. Suas atividades são desempenhadas por funcionários do BANESTES alocados na sede ou em grupos de trabalho específicos, já que a Loteria não possui quadro de funcionários próprio.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro trimestre de 2025.

Comentário do Desempenho

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2025 Em milhares de reais

ATIVO	Notas	BANESTES MÚLTIPLO	BANESTES CONSOLIDADO
Disponibilidades	3.b e 4	198.129	198.163
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado		482.561	482.547
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	482.561	482.547
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas		11.263.149	11.402.555
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	11.263.149	11.402.555
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas		24.524.731	24.611.078
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.c e 5	7.832.284	7.832.265
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	3.798.813	3.847.427
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7.a	1.158.444	1.158.444
Relações Interfinanceiras	3.f, 7.b e 9	122.419	122.419
Operações de Crédito	3.c, 3.p, 8 e 9	10.971.991	10.971.991
Outros Créditos c/ Características de Concessão de Crédito	8.a e 10.a	576.515	576.515
Outros Ativos Financeiros	10.a	64.265	102.017
Ativos Fiscais Diferidos de Imp. e Contribuições	21.b	374.111	381.893
Outros Ativos	10.b	338.869	375.233
Outros Valores e Bens	11	110.973	153.778
Investimentos	3.k e 12	404.296	-
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas		404.296	-
Imobilizado	3.l e 14	200.317	207.858
Imobilizado de uso		370.810	382.102
Depreciação e Redução ao Valor Recuperável	3.l, 3.n, 14 e 15	(170.493)	(174.244)
Intangível	3.m e 15	384.949	400.451
Intangível		622.905	643.841
Amortização e Redução ao Valor Recuperável	3.m, 3.n, 14 e 15	(237.956)	(243.390)
TOTAL DO ATIVO		38.282.085	38.213.556

Notas Explicativas

PASSIVO	Notas	BANESTES MÚLTIPLO	BANESTES CONSOLIDADO
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		35.129.849	34.803.698
Depósitos	3.o, 16.a e 16.b	22.924.860	22.807.692
Captações no Mercado Aberto	3.o e 16.a	10.043.492	9.834.509
Rec. Ac. Camb. Letr. Imob., Hip. e de Créd., Deb. e Similares	3.o, 16.a e 16.b	1.305.174	1.305.174
Relações Interfinanceiras		572.263	572.263
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	3.o, 16.a e 17.a	210.542	210.542
Outros Passivos Financeiros	22.a	65.779	65.779
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	22.a	7.739	7.739
Provisões para Contingências	23	167.960	175.142
Outros Passivos	22.b	693.400	941.983
Obrigações Fiscais Diferidas	21.b.2	18.924	20.781
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.d e 24	2.271.952	2.271.952
Capital		1.600.000	1.600.000
Reservas de Reavaliação		1.008	1.008
Reservas de Lucros		787.629	787.629
Outros Resultados Abrangentes	6.d	(20.067)	(20.067)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.067)	(20.067)
Lucros Acumulados		(96.618)	(96.618)
Lucros Acumulados do período		32.048	32.048
Adoção inicial 4966	2.b.2	(128.666)	(128.666)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.282.085	38.213.556

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	BANESTES MÚLTIPLO	BANESTES CONSOLIDADO
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.220.442	1.226.151
Operações de Crédito	3.c, 3.p e 8.f	480.885	480.885
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 5.d e 6.f	722.210	727.919
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.f e 7.c	17.347	17.347
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(878.280)	(869.115)
Operações de Captação no Mercado	3.o e 16.c	(874.199)	(865.034)
Operações de Empréstimos e Repasses	3.o e 17.b	(4.081)	(4.081)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		342.162	357.036
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8.g	(63.161)	(63.162)
Operações de Títulos e Valores Mobiliários		(16)	(17)
Operações de Crédito		(62.910)	(62.910)
Outros Créditos		(235)	(235)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		279.001	293.874
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(203.813)	(204.811)
Receitas de Prestação de Serviços	28.b	31.373	49.316
Rendas de Tarifas Bancárias	28.b	40.805	40.798
Prêmios Retidos		-	102.490
Variação das Provisões Técnicas		-	(10.072)
Sinistros Retidos		-	(43.951)
Despesas de Comercialização de Seguros		-	(3.640)
Resultado Líquido de Resseguro	28.i	-	(170)
Despesas de Pessoal	28.d	(136.201)	(145.791)
Outras Despesas Administrativas	28.e	(97.838)	(103.916)
Despesas Tributárias	28.f	(22.691)	(30.098)
Resultado de Participações em Controladas	12	22.613	-
Outras Receitas Operacionais	28.c	9.129	10.465
Provisão para Contingência	28.g	(9.165)	(14.479)
Outras Despesas Operacionais	28.g	(41.838)	(55.763)
RESULTADO OPERACIONAL		75.188	89.063
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28.h	(971)	(784)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		74.217	88.279
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.s e 21.a	(11.946)	(25.568)
Provisão para Imposto de Renda- Vlrs.Correntes		(15.229)	(25.763)
Provisão para Imposto de Renda- Vlrs.Diferidos		(332)	(180)
Provisão para Contribuição Social- Vlrs.Correntes		(12.765)	(18.132)
Provisão para Contribuição Social- Vlrs.Diferidos		(265)	(174)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda		9.247	10.520
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social		7.398	8.161
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(7.729)	(8.169)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE		54.542	54.542
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	24.d	22.500	
Nº de Ações		315.912.860	
Lucro Líquido por lote de mil Ações		0,17	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025
Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO E CONSOLIDADO
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	54.542
Outros Resultados Abrangentes	
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	11.362
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	20.567
(Ganho) Perda Transferido ao Resultado por Alienação	-
Efeito dos Impostos	(9.205)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquido de Impostos	11.362
RESULTADO ABRANGENTE DO TRIMESTRE	65.904

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
BANESTES MÚLTIPLO E CONSOLIDADO**

Eventos	Capital Realizado Atualizado	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		De Imóveis de Uso Próprio	Legal	Estatutária	Próprios	De Controladas		
Saldos em 31/12/2024	1.600.000	1.014	84.748	702.881	(24.462)	(6.967)	-	2.357.214
Efeitos da Adoção Inicial - Resolução N.º 4.966/2021							(128.666)	(128.666)
Saldos em 01/01/2025	1.600.000	1.014	84.748	702.881	(24.462)	(6.967)	(128.666)	2.228.548
Ajustes de Avaliação Patrimonial - TVM - Disponível para Venda					11.250	112		11.362
Realização de Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos		(6)					6	-
Lucro Líquido do Trimestre							54.542	54.542
Destinações:								-
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,07 por lote de mil ações)							(22.500)	(22.500)
Saldos em 31/03/2025	1.600.000	1.008	84.748	702.881	(13.212)	(6.855)	(96.618)	2.271.952
Mutações do Trimestre	-	(6)	-	-	11.250	112	32.048	43.404

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025
 Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO	BANESTES CONSOLIDADO
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes da Tributação s/ o Lucro Ajustado	(378.121)	(345.767)
Lucro antes da Tributação s/ o Lucro	66.488	80.110
Ajustes ao Lucro antes da Tributação s/ o Lucro:	(444.609)	(425.877)
Ajuste ao Valor de Mercado/Receita de Juros - TVM - Negociação	(14.223)	(17.291)
Ajuste Receita de Juros de TVM - Disponíveis para Venda	(395.868)	(400.792)
Ajuste Receita de Juros de TVM - Mantidos até o Vencimento	(105.357)	(106.794)
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	63.161	63.162
Depreciações e Amortizações - Imobilizado e Intangível	25.133	25.892
Ajuste de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	7.587	12.549
Ajuste de Provisão - Outras	(4.203)	(4.547)
Resultado de Participação em Controladas	(22.613)	-
Despesa Financeira com Contratos de Arrendamento	1.774	1.944
Varição de Ativos e Obrigações	614.284	580.532
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(32.973)	(32.973)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(77.217)	(77.105)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(17.483)	(17.483)
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(24.154)	(24.154)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrend. Mercantil Financeiro	(458.911)	(458.911)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	(3.651)	(86.690)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	21.731	92.329
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(28)	(6.214)
Aumento (Redução) em Depósitos	(57.074)	(67.597)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	1.150.282	1.143.184
Aumento (Redução) em Recursos por Emissão de Títulos	179.818	179.817
Aumento (Redução) em Obrigações por Repasses	17.647	113.676
Aumento (Redução) em Provisões Técnicas de Seguros	-	15.411
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros	(9.879)	(1.797)
Aumento (Redução) em Provisões	(2.017)	5.177
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Diferidas	(5)	(45)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	(43.808)	(152.198)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(27.994)	(43.895)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	236.163	234.765
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de TVM - Negociação	-	(34)
Aquisição de TVM - Disponíveis para Venda	(19.516)	(46.153)
Alienação/Vencimento/Amortizações TVM - Disponíveis para Venda	3.242.854	3.271.154
Aquisição de TVM - Mantidos até o Vencimento	(227.483)	(227.483)
Vencimento/Amortizações TVM - Mantidos até o Vencimento	97.840	97.840
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	1.616	1.616
Alienação/Baixa de Outros Investimentos	26	26
Alienação de imobilizado de uso	1	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(58.819)	(59.042)
Aplicações no Intangível	(36.458)	(37.728)
Juros Recebidos	79.207	80.385
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	3.079.268	3.080.581
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(22.200)	(22.200)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamentos	(22.200)	(22.200)
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.293.231	3.293.146
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4.396.252	4.396.352
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	7.689.483	7.689.498

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025 Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO	BANESTES CONSOLIDADO
RECEITAS	1.237.617	1.365.322
Intermediação Financeira	1.220.442	1.226.151
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	72.178	90.114
Provisão p/ Perdas Op. Crédito, Ar. Mercantil e Outros Créditos c/ Carac. Conc. Crédito	(63.161)	(63.162)
Operações com Seguros e Resseguros	-	102.538
Outras	8.158	9.681
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(878.280)	(869.115)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(122.124)	(204.553)
Materiais, Energia e Outros	(89.516)	(110.663)
Serviços de Terceiros	(32.608)	(36.009)
Operações com Seguros e Resseguros	-	(57.881)
VALOR ADICIONADO BRUTO	237.213	291.654
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E BAIXA POR IMPAIRMENT	(25.133)	(25.892)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	212.080	265.762
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	22.613	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	22.613	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	234.693	265.762
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	234.693	265.762
PESSOAL	126.483	135.484
Remuneração Direta	97.491	104.947
Benefícios	23.798	25.023
F.G.T.S	5.194	5.514
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	52.084	74.142
Federais	48.063	69.052
Estaduais	35	35
Municipais	3.986	5.055
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	1.584	1.594
Aluguéis	1.584	1.594
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	54.542	54.542
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	22.500	22.500
Lucros Retidos do Período	32.042	32.042

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista. Organizado sob a forma de banco múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, investimento e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. atua também nos segmentos financeiros de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria a BANESTES Loteria S.A. que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas companhias e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BANESTES foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para causas judiciais, passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados, provisões técnicas, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil do Cosif - Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil, conforme permitido pelo artigo 77 da

Notas Explicativas

Resolução CMN n.º 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às Demonstrações Financeiras consolidadas no padrão contábil internacional - IFRS.

a. Base para consolidação

Em conjunto com as Demonstrações Financeiras do BANESTES, estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas, contemplando ainda as disposições contidas nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que requerem a eliminação dos saldos e transações entre as empresas incluídas na consolidação. Na consolidação das Demonstrações Financeiras, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, conforme relacionado na Nota 13.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas e fundo de investimento exclusivo.

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação
			31/03/2025
Entidades Financeiras no País			
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100,00%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País			
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100,00%
Entidades Não Financeiras no País			
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg. Prev. e Capitalização	Integral	99,99%
BANESTES Loteria S.A.(*)	Casa Lotérica	Integral	100,00%
Fundos de Investimentos			
BANESTES Fic Meza I FI em Cotas de FI em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Fundos de Investimentos	Integral	100,00%

(*) A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

b. Adoção de Novas Normas e Interpretações

I - Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021 e Resolução BCB 352 de 23 de dezembro de 2023.

A partir de 01 de janeiro de 2025 o BANESTES adotou a Resolução n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional e normas complementares. A Resolução nº 4.966/21 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento contábil de relações de proteção e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção da Resolução nº 4.966/21 foram efetuadas de acordo com as disposições transitórias da norma, e considerou a dispensa da apresentação dos valores comparativos para os períodos do ano de 2025 relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 352 do BACEN.

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção da norma foram reconhecidas em lucros acumulados no dia 01 de janeiro de 2025. Desta forma, as informações apresentadas no exercício de 2024 estão de acordo com as normas anteriores e, portanto, as notas explicativas abaixo são necessárias para entendimento das diferenças relativas às informações do mesmo período de 2025.

b1. Classificação de Ativos Financeiros na Adoção da Resolução CMN 4.966/21 (Em R\$ Mil):

Banestes Múltiplo					
Classificação Resolução 3.068/2.682	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Adoção da 4.966 (1)	Saldo em 01/01/2025	Classificação 4.966
ATIVO	33.947.692	-	(226.529)	33.721.163	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456.848	-	(167)	4.456.681	Mensurados ao Custo Amortizado
Ativos Financeiros para Negociação	-	398.734	-	398.734	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.204.663	(111.404)	(528)	14.092.731	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.900.746	(287.330)	(680)	3.612.736	Mensurados ao Custo Amortizado
Operações de crédito	11.385.435	-	(225.154)	11.160.281	Mensurados ao Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	-	-	-	-	Mensurados ao Custo Amortizado
PASSIVO	37	-	7.466	7.503	
Provisão para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	37	-	7.466	7.503	Mensurados ao Custo Amortizado

Banestes Consolidado					
Classificação Resolução 3.068/2.682	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Adoção da 4.966 (1)	Saldo em 01/01/2025	Classificação 4.966
ATIVO	34.129.649	-	(226.570)	33.903.079	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456.898	-	(207)	4.456.691	Mensurados ao Custo Amortizado
Ativos Financeiros para Negociação	90.988	307.696	-	398.684	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.246.788	(20.366)	(528)	14.225.894	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.947.923	(287.330)	(680)	3.659.913	Mensurados ao Custo Amortizado
Operações de crédito	11.385.435	-	(225.154)	11.160.281	Mensurados ao Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	1.617	-	(1)	1.616	Mensurados ao Custo Amortizado
PASSIVO	37	-	7.466	7.503	
Provisão para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	37	-	7.466	7.503	Mensurados ao Custo Amortizado

(1) Substancialmente representados por análises de *impairment* na abordagem de perda esperada (anteriormente apurados com base na perda incorrida).

b2. Conciliação do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025 após adoção da Resolução CMN nº 4.966/21:

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banestes Múltiplo e Consolidado
Patrimônio Líquido antes dos ajustes da 4.966 - 31/12/2024	2.357.214
Perdas esperadas de operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito (1)	(225.154)
Perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	(7.466)
Perdas esperadas de títulos e valores mobiliários (1)	(1.208)
Perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	(207)
Perdas esperadas de outros ativos financeiros	(1)
Reclassificação de ativos financeiros	102
Efeito Fiscal	105.268
Total	(128.666)
Patrimônio Líquido após os ajustes da 4.966 - 01/01/2025	2.228.548

(1) Substancialmente representados por análises de *impairment* na abordagem de perda esperada (anteriormente apurados com base na perda incorrida).

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2024, antes dos ajustes da resolução 4.966/21, o Patrimônio Líquido do BANESTES totalizava R\$ 2.357.214. Após a adoção da resolução, foi reduzido um valor de R\$ 128.666. Este valor é composto por constituição de provisões no montante de R\$ 232.620 de perdas esperadas de operações de crédito, outros ativos com características de concessão de crédito, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar, R\$ 1.208 de perdas esperadas de títulos e valores mobiliários, R\$ 207 de perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez, bem como de Reclassificação de ativos financeiros com impacto positivo de R\$ 103 e Efeito Fiscal no montante de R\$ 105.268. O Patrimônio Líquido do BANESTES em 01 de janeiro de 2025 totalizava R\$ 2.228.548.

II - Efeitos da adoção inicial da Lei n.º 14.467 de 16 de novembro de 2022

Lei n.º 14.467 de 16 de novembro de 2022, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições Financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Instituição estima o saldo contábil de crédito tributário no montante de R\$ 105.251 como impactos esperados da Lei n.º 14.467 nas suas Demonstrações Financeiras.

III - Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021.

A partir de 01 de janeiro de 2025 o BANESTES adotou a Resolução n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma estabelece que as instituições mencionadas devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil.

a. Transição

Conforme permitido pela norma, no momento da transição, o BANESTES optou por aplicar a abordagem retrospectiva aos contratos de arrendamento em que o Banco é arrendatário, cujos efeitos foram aplicados em 1 de janeiro de 2025.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção inicial causaram impactos na rubrica de Ativo Imobilizado do balanço patrimonial, pelo reconhecimento dos ativos de direito de uso, e na rubrica de Passivos de Arrendamento, também do balanço patrimonial, pelo reconhecimento das obrigações de pagamentos futuros relacionados aos contratos de arrendamento.

b. Efeitos da adoção inicial

Contratos de arrendamento anteriormente classificados como "Aluguéis".

Na adoção da norma, o BANESTES reconheceu os passivos de arrendamento relacionados a contratos que haviam sido

Notas Explicativas

classificados anteriormente como “aluguéis”, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados com a utilização de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.

Além disso, para esses mesmos contratos, o BANESTES reconheceu na adoção inicial da norma, o ativo de direito de uso pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento correspondente, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Os valores de Passivos de arrendamento e Ativos de direito de uso reconhecidos, por classe de ativo subjacente, são apresentados abaixo:

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	01/01/2025	01/01/2025
Passivos de Arrendamento	74.718	77.113
Ativos de Arrendamento	74.718	77.113
Imóveis	68.363	69.504
Veículos	3.351	4.605
Equipamentos	3.004	3.004

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais a seguir discriminadas foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Sistema Financeiro BANESTES (“SFB”).

- a. **Apuração de Resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência.
- b. **Caixa e Equivalentes de Caixa** - São representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.
- c. **Ativos e Passivos Financeiros** - A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sistema Financeiro BANESTES se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

As operações de crédito são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito, já os depósitos de clientes são reconhecidos quando os recursos dos clientes são transferidos.

Notas Explicativas

- Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais dos fluxos de caixas (analisados por meio da aplicação do teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos instrumentos.

Os Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo preço de transação, no caso de operações de crédito sem componente de financiamento significativo ou pelo valor justo, nos demais casos.

No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros classificados nas categorias **Custo Amortizado** ou **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes**, o valor apurado, deve ser ajustado da seguinte forma:

a) no caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento.

b) no caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os gastos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento, devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

É vedado o reconhecimento de ativo e passivo financeiros ou grupo de ativos e passivos financeiros com base em valor líquido, inclusive quando geridos em conjunto.

c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

- **Avaliação do modelo de negócio**

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

Os instrumentos podem ser mensurados ao VJR caso isso elimine e reduza significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento. Em 31/03/2025 o BANESTES não designou instrumentos financeiros ao VJR.

Passivos financeiros, com exceção daqueles relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR. A mensuração em VJR ocorre quando os passivos são mantidos para negociação ou quando se aplica a designação ao valor justo.

- **Teste de SPPJ**

Como um segundo passo do processo de classificação, os termos contratuais dos ativos financeiros são avaliados para verificar se os fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros). "Principal", para o referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal). Os elementos mais significativos dos juros são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco

Notas Explicativas

de crédito.

Para aplicar o teste de SPPJ, fatores relevantes são considerados, como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pelo qual a taxa de juros é definida.

Conquanto, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados (VJR).

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro que evidenciem fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro é o valor inicial pelo qual ele é mensurado no momento do reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos do principal e ajustado pela amortização acumulada, calculada utilizando o método da taxa efetiva de juros, de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera o *impairment* de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Cuida-se que esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Notas Explicativas

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado do *impairment*, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.d.

4. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de março de 2025, o BANESTES não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial não são reclassificados, exceto em circunstâncias excepcionais, como a aquisição, venda ou encerramento de uma linha de negócios. Nesses casos, a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação após a mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito raras.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Notas Explicativas

O BANESTES não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos períodos apresentados.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

A provisão de perdas esperadas (PE) é registrada para todos os ativos financeiros, com exceção de instrumentos patrimoniais, ativos financeiros classificados como VJR e mensurados no nível 1 da hierarquia do valor justo e instrumentos financeiros derivativos, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito não utilizados e créditos a liberar não canceláveis, de acordo com a Resolução CMN 4.966/21. Nessa seção, todas essas operações serão denominadas como “ativos financeiros”.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

Como política do BANESTES, ao final de cada período de divulgação das demonstrações financeiras é avaliado se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de a inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Baseado no processo acima, os ativos financeiros são distribuídos em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: no reconhecimento inicial dos instrumentos é reconhecida uma provisão baseada em PE de 12 meses, sendo mantida essa situação até que o ativo financeiro apresente aumento significativo em seu risco de crédito. Esse estágio também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um ativo financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, é registrada uma provisão para a vida do instrumento (PE Vida). O Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação (inadimplentes). É registrada uma provisão para a vida do instrumento (PE Vida).

d.2. Cálculo das perdas esperadas

As Perdas Esperadas são calculadas para mensurar a insuficiência de caixa esperada. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa

Notas Explicativas

que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

(i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

(ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.

(iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

(i) Estágio 1: A provisão de PE de 12 meses é calculada com base na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.

(ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, é reconhecida uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.

(iii) Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o BANESTES reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.

(iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, também é estimada a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

A concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito e cheque especial são produtos em que o BANESTES possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. A Instituição não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, em vez disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa da Instituição em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação de aumento significativo do risco de crédito em limites concedidos é realizada em conjunto com a avaliação

Notas Explicativas

do risco do produto subjacente a esse limite. Um exemplo é a avaliação do risco de exposição em cartão de crédito para análise do risco em limites de cartão de crédito.

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o BANESTES utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O BANESTES conduziu análises históricas para identificar as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas esperadas em cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. É considerado que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolios* - LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, utilizam-se classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumento financeiro. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O BANESTES pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o BANESTES considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

e. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível II: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a interpolação de dados de mercado observáveis e técnicas de interpolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nível III: Registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31/03/2025 o Sistema Financeiro BANESTES não possuía instrumentos financeiros classificados nesse nível.

f. Relações Interfinanceiras - Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção da Administração de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Seguros e Resseguros de Danos e Pessoas - Os prêmios de seguro e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão das apólices e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência de risco, através da constituição das provisões para prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios

de transferência de risco de seguro do CPC 11.

A Seguradora encerrou em 31/12/2023 a sua operação de resseguro, junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, para

Notas Explicativas

os seguros do grupo de pessoas.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pela resseguradora. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

h. Provisões Técnicas - Seguros - As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP n.º 432/2021, e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP n.º 648/2021 e alterações posteriores. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, bem como avaliadas por auditoria contábil.

i. Teste de Adequação de Passivos (TAP) - Conforme requerido pelo CPC 11, em cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste de adequação dos passivos para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras é regulamentado através da Resolução CNSP n.º 432/2021 e pela Circular SUSEP n.º 648/2021 e alterações posteriores, avaliando na data-base, as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguros.

A Seguradora avalia a adequação de suas Provisões Técnicas, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro vigentes na data-base de suas Demonstrações Financeiras através do TAP. Este teste é elaborado considerando os valores contábeis segregados pelos passivos dos sinistros já ocorridos e a ocorrer. Nesta segregação, a segmentação obedece a valores já registrados na contabilidade, bem como valores a registrar, com base em faturas de contratos reconhecidos pela contabilidade através de suas emissões e com vigência após a data-base do cálculo. Os valores de prêmios contabilizados para riscos a viger, bem como dos prêmios projetados para os riscos não registrados são deduzidos das despesas de comercialização diferidas, dos ativos intangíveis e dos tributos inerentes ao valor retido. Considerando as similaridades dos riscos expostos, a Seguradora optou por segmentar seus contratos nas seguintes classificações: 1) Danos; 2) Pessoas.

O estudo do TAP considera bases atuariais, premissas atuais e a estimativa considerada mais adequada e prudente de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e acessórias para liquidação de sinistros.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para a data-base de 31/12/2024, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

Notas Explicativas

j. Despesas antecipadas - São contabilizadas as aplicações de recursos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços contratados ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado do período a que se referem, no decorrer da vigência dos respectivos contratos.

k. Investimentos - Os Investimentos em Sociedades Controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 12). Os demais investimentos são avaliados pelo valor de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995 e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

l. Imobilizado de Uso - O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se o prazo de vida útil dos bens. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	31/03/2025
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos

Os Imóveis de Uso Próprio, Terrenos e Edificações foram reavaliados com data-base de 31/10/2005 e a partir dessa data as Edificações passaram a ser depreciadas com base no prazo remanescente de vida útil dos imóveis indicados no Laudo de Avaliação.

m. Intangível - O Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento, menos amortização acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável. Está composto basicamente por *softwares* e é amortizado pelo método linear, ao longo da sua vida útil ou de acordo com os prazos contratuais.

A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo Sistema Financeiro BANESTES é de 10 anos ou de acordo com a vigência dos contratos de direito de uso.

n. Valor de Recuperação de Ativos - Impairment - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa (UGC), exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

Em relação ao ativo imobilizado, o valor recuperável da unidade geradora de caixa, composta pelo saldo contábil dos ativos registrados nas contas de sistema de processamento de dados e sistemas de comunicação, é obtido por meio do valor justo líquido da despesa de alienação e comparado ao seu valor contábil. No primeiro trimestre de 2025, não

Notas Explicativas

foram encontrados indícios de perda do valor recuperável destes bens. Os demais itens do ativo imobilizado, ainda que sujeitos ao teste de *impairment*, são inventariados anualmente e caso não sejam localizados, a perda é registrada em outras despesas operacionais.

Os itens do ativo intangível, *softwares* adquiridos de terceiros, desenvolvidos internamente e licenças de direito de uso, por serem adquiridos/desenvolvidos com o objetivo de atender às necessidades do Banco e adequar o ambiente tecnológico ao modelo de negócios da Instituição, não possuem ativos semelhantes no mercado inviabilizando a estimativa do seu valor justo líquido da despesa de venda e a obtenção do seu valor em uso torna-se inviável devido ao custo de implementação de métrica que permita o seu cálculo. Portanto, para esses ativos, é feita somente a verificação do seu uso total ou parcial pela Instituição.

No primeiro trimestre de 2025, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos *softwares* registrados no patrimônio da Instituição.

o. Depósitos a Prazo, de Poupança, Interfinanceiros e Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário, de Letras de Crédito de Agronegócio e Obrigações por Repasses - As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pelas contas de despesas a apropriar e as operações pós-fixadas pelo valor presente, atualizadas pela taxa de juros e variação monetária, "pró-rata" dia, até a data do Balanço. Os compromissos de recompra ou compra de títulos de renda fixa, a preço fixo, estão integralmente lastreados pela carteira própria e por compromisso de revenda ou venda.

p. Apropriação das Rendas de Operações de Crédito, das Despesas de Depósitos, de Letras de Crédito Imobiliário e de Agronegócio e Obrigações por Repasses - As operações ativas e passivas contratadas com encargos prefixados são contabilizadas pelo montante pactuado (principal e encargos), sendo que a contrapartida do montante dos encargos é registrada nas contas retificadoras de "rendas e despesas a apropriar". Os rendimentos e os encargos escriturados nas contas retificadoras são apropriados mensalmente às respectivas contas de receitas e despesas efetivas, em razão da fluência dos prazos das operações.

As operações ativas e passivas com rendimentos/encargos postecipados são contabilizadas pelo valor inicial nas contas que registram os direitos e obrigações. Mensalmente, são escriturados nessas contas os juros e os ajustes do principal das operações decorrentes da variação da unidade de correção, a crédito e a débito das respectivas contas de receitas e de despesas efetivas.

q. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução n.º 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional.

- **Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Notas Explicativas

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes e Provisões** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, empregados, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas causas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As expectativas de perdas para as causas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

- **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

r. Benefícios a Empregados - Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do BANESTES relacionados a complemento de aposentadoria são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CVM n.º 110/2022 (Nota 25).

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (*PBO - Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedido anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajustes de avaliação atuarial, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

s. Tributos - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social - Setor Bancário	20,00%
Contribuição Social - Setores Segurador e Distribuidor	15,00%
Contribuição Social - Setor de Corretagens	9,00%
Cofins	4,00%
Cofins - Setor de Corretagens	7,60%
PIS	0,65%
PIS - Setor de Corretagens	1,65%
ISS	Até 5,00%

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei n.º 12.973/2014.

t. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes - A Resolução BCB n.º 2/2020, em seu artigo 34º, estabelece que devem ser evidenciados em notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. De acordo com a norma, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e, II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 28.k.

u. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços - As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o Sistema Financeiro BANESTES fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a Instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Disponibilidades	198.129	198.163
Aplicações Interfinanceira de Liquidez (*)	7.463.355	7.463.336
Aplicações Voluntárias no Banco Central	27.999	27.999
Total	7.689.483	7.689.498

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

Notas Explicativas

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Composição

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Aplicações no Mercado Aberto	7.463.355	7.463.336
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	7.463.355	7.463.336
Letras Financeiras do Tesouro	1.883.361	1.883.317
Letras do Tesouro Nacional	1.821.917	1.821.917
Notas do Tesouro Nacional	3.758.077	3.758.102
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	368.929	368.929
Total	7.832.284	7.832.265

b. Prazo de vencimento

	Banestes Múltiplo						
	31/03/2025						
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	7.463.355	-	-	-	-	7.463.355
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	-	7.463.355	-	-	-	-	7.463.355
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.883.361	-	-	-	-	1.883.361
Letras do Tesouro Nacional	-	1.821.917	-	-	-	-	1.821.917
Notas do Tesouro Nacional	-	3.758.077	-	-	-	-	3.758.077
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	369.102	-	-	-	369.102
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas	-	-	237.701	-	-	-	237.701
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas - Vinc. Créd. Rural	-	-	131.401	-	-	-	131.401
Total bruto	-	7.463.355	369.102	-	-	-	7.832.457
Provisão para perdas esperadas							(173)
Total líquido							7.832.284

	Banestes Consolidado						
	31/03/2025						
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	7.463.355	25	-	-	-	7.463.380
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	-	7.463.355	25	-	-	-	7.463.380
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.883.361	-	-	-	-	1.883.361
Letras do Tesouro Nacional	-	1.821.917	-	-	-	-	1.821.917
Notas do Tesouro Nacional	-	3.758.077	25	-	-	-	3.758.102
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	369.102	-	-	-	369.102
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas	-	-	237.701	-	-	-	237.701
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas - Vinc. Créd. Rural	-	-	131.401	-	-	-	131.401
Total bruto	-	7.463.355	369.127	-	-	-	7.832.482
Provisão para perdas esperadas							(217)
Total líquido							7.832.265

c. Valor justo por níveis

	Banestes Múltiplo			
	31/03/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo		
		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Aplicações no Mercado Aberto	7.463.355	7.580.290	7.580.290	-
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	7.463.355	7.580.290	7.580.290	-
Aplicações em Dep. Interfinanc.	369.102	370.348	-	370.348
Total	7.832.457	7.950.638	7.580.290	370.348

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado			
	31/03/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo		
Total Valor Justo		Nível 1	Nível 2	
Aplicações no Mercado Aberto	7.463.336	7.580.319	7.580.319	-
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	7.463.336	7.580.319	7.580.319	-
Aplicações em Dep. Interfinanc.	369.102	370.348	-	370.348
Total	7.832.438	7.950.667	7.580.319	370.348

d. Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banestes Múltiplo e Consolidado
	31/03/2025
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	182.721
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.897
Rendas de Aplicações Voluntárias no Banco Central	4.554
Total	199.172

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Classificação por categoria e vencimento

	Banestes Múltiplo				
	31/03/2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor justo por meio do resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos	-	14.578	206.154	261.829	482.561
Total	-	14.578	206.154	261.829	482.561
VJORA - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	76.739	749.325	74.216	900.280
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	-	607.063	9.756.235	10.363.298
Total	-	76.739	1.356.388	9.830.451	11.263.578
Provisão para perdas esperadas					(429)
Total - VJORA Líquido					11.263.149
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	224.130	368.582	-	592.712
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	82.955	822.846	117.773	1.023.574
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	1.677.892	505.424	-	2.183.316
Total	-	1.984.977	1.696.852	117.773	3.799.602
Provisão para perdas esperadas					(789)
Total - Custo Amortizado Líquido					3.798.813
Total bruto da carteira de títulos e valores mobiliários					15.545.741
Total de provisão para perdas esperadas					(1.218)
Total líquido da carteira de títulos e valores mobiliários					15.544.523

Notas Explicativas

	BANESTES Consolidado				
	31/03/2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos	-	14.578	300.245	167.724	482.547
Total	-	14.578	300.245	167.724	482.547
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Aplicações em Cotas de Fundos	63.568	-	-	-	63.568
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	76.739	749.325	74.216	900.280
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	-	638.591	9.800.545	10.439.136
Total	63.568	76.739	1.387.916	9.874.761	11.402.984
(-) Provisão para Perdas Esperadas					(429)
Total - VJORA Líquido					11.402.555
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	224.130	368.582	-	592.712
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	82.955	822.846	117.773	1.023.574
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	1.677.892	505.424	48.614	2.231.930
Total	-	1.984.977	1.696.852	166.387	3.848.216
(-) Provisão para Perdas Esperadas					(789)
Total - Custo Amortizado Líquido					3.847.427
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					15.733.747
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(1.218)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					15.732.529

b. Composição do saldo por estágio de risco

	Banestes Múltiplo		
	31/03/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Total
VJORA - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	876.831	23.449	900.280
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	10.363.298	-	10.363.298
Total	11.240.129	23.449	11.263.578
Provisão para perdas esperadas	(412)	(17)	(429)
Total - VJORA Líquido	11.239.717	23.432	11.263.149
Custo Amortizado			
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	592.712	-	592.712
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	1.023.574	-	1.023.574
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	2.183.316	-	2.183.316
Total	3.799.602	-	3.799.602
Provisão para perdas esperadas	(789)	-	(789)
Total - Custo Amortizado Líquido	3.798.813	-	3.798.813
Total líquido da carteira de títulos e valores mobiliários			15.061.962

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado		
	31/03/2025		
	Estágio 1	Estágio 2	Total
VJORA - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Aplicações em Cotas de Fundos	63.568	-	63.568
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	876.831	23.449	900.280
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	10.439.136	-	10.439.136
Total	11.379.535	23.449	11.402.984
Provisão para perdas esperadas	(412)	(17)	(429)
Total - VJORA Líquido	11.379.123	23.432	11.402.555
Custo Amortizado			
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	592.712	-	592.712
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	1.023.574	-	1.023.574
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	2.231.930	-	2.231.930
Total	3.848.216	-	3.848.216
Provisão para perdas esperadas	(789)	-	(789)
Total - Custo Amortizado Líquido	3.847.427	-	3.847.427
Total líquido da carteira de títulos e valores mobiliários			15.249.982

c. Valor justo por níveis

	Banestes Múltiplo				
	31/03/2025				
	Valor contábil	Valor justo			Total valor justo
Nível 1		Nível 2	Nível 3		
VJR - Valor justo por meio do resultado	482.561	-	482.561	-	482.561
Aplicações em Cotas de Fundos	482.561	-	482.561	-	482.561
VJORA - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.263.578	11.259.802	3.777	-	11.263.579
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	900.280	896.503	3.777	-	900.280
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	10.363.298	10.363.299	-	-	10.363.299
Custo Amortizado	3.799.602	2.727.627	1.027.695	-	3.755.322
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	592.712	-	607.348	-	607.348
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	1.023.574	662.452	365.700	-	1.028.152
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	2.183.316	2.065.175	54.647	-	2.119.822
Total	15.545.741	13.987.429	1.514.033	-	15.501.462

	Banestes Consolidado				
	31/03/2025				
	Valor contábil	Valor justo			Total valor justo
Nível 1		Nível 2	Nível 3		
VJR - Valor justo por meio do resultado	482.547	-	482.547	-	482.547
Aplicações em Cotas de Fundos	482.547	-	482.547	-	482.547
VJORA - Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11.402.984	11.335.639	67.345	-	11.402.984
Aplicações em Cotas de Fundos	63.568	-	63.568	-	63.568
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	900.280	896.503	3.777	-	900.280
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	10.439.136	10.439.136	-	-	10.439.136
Custo Amortizado	3.848.216	2.776.241	1.027.695	-	3.803.936
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	592.712	-	607.348	-	607.348
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	1.023.574	662.452	365.700	-	1.028.152
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	2.231.930	2.113.789	54.647	-	2.168.436
Total	15.733.747	14.111.880	1.577.587	-	15.689.467

Notas Explicativas

d. Ganhos e Perdas não Realizados

Os valores relativos a Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria Disponível para Venda - Próprios e de Controladas, contabilizados no Patrimônio Líquido, foram os seguintes:

Ajuste a Valor de Mercado Títulos Disponíveis para Venda	Saldo Anterior	Ganhos no Período	Perdas no Período	Impostos no Período	PDD VJORA	Saldo em 31/03/2025
		Não Realizado				
Próprios	(24.462)	(95.954)	115.980	(9.205)	429	(13.212)
De Controladas	(6.967)	447	(335)	-	-	(6.855)
Total	(31.429)	(95.507)	115.645	(9.205)	429	(20.067)

e. Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No trimestre findo em 31/03/2025 não ocorreram reclassificações nas categorias de Títulos e Valores Mobiliários.

f. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	508.197	512.313
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	14.391	15.984
Lucros com Títulos de Renda Fixa	579	579
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(129)	(129)
Total	523.038	528.747

7. DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a. Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	Forma de Remuneração	31/03/2025
Depósitos no Banco Central do Brasil		
Depósitos à Vista e outros Recursos	Sem Remuneração	112.771
Depósitos de Poupança	Índice Poupança	923.261
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	94.413
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	27.999
Total		1.158.444

b. Relações Interfinanceiras

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	Forma de Remuneração	31/03/2025
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		
Sistema Financeiro da Habitação		
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice Poupança	3.930
SFH - Fundo de Compens. das Variações Salariais	TR + Juros	108.461
Provisão para Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.976
Total		122.419

Notas Explicativas

c. Resultado das Aplicações Compulsórias

	Banestes Múltiplo e Consolidado 31/03/2025
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	17.347
Total	17.347

8. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS

a. Vencimento e Direcionamento dos Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado				
	31/03/2025				
	Prestações Vencidas	Prestações a Vencer			Total
	A partir de 1 dia	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Cartões	63.992	624.311	262	-	688.565
Comercial	46.989	1.419.011	1.658.364	276.832	3.401.196
Imobiliário	1.472	135.392	395.183	2.390.055	2.922.102
Industrial	-	1.052	3.740	407	5.199
Pessoal - Consignado	7.584	631.619	1.360.569	1.512.094	3.511.866
Pessoal - Não Consignado	7.516	154.242	164.528	25.950	352.236
Reestruturação	16.113	77.392	130.543	68.337	292.385
Rural	5.839	470.364	329.169	136.172	941.544
Total	149.505	3.513.383	4.042.358	4.409.847	12.115.093
Provisão para perdas esperadas					(566.587)
Total Líquido					11.548.506

b. Reconciliação do Saldo Contábil Bruto de Operações de Crédito por Estágio de Risco

Estágio 1	Banestes Múltiplo						
	31/03/2025						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	557.817	(43.089)	(3.508)	656	5	16.790	528.671
Comercial	2.515.769	(403.589)	(12.978)	238	44.183	203.514	2.347.137
Imobiliário	2.775.936	(26.914)	(15.637)	10.396	-	96.844	2.840.625
Industrial	5.096	(3.299)	-	-	-	103	1.900
Pessoal - Consignado	3.307.366	(22.280)	(3.905)	2.246	-	160.740	3.444.167
Pessoal - Não Consignado	284.369	(35.585)	(768)	305	-	18.464	266.785
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	770.676	(78.860)	-	467	-	87.077	779.360
Total	10.217.029	(613.616)	(36.796)	14.308	44.188	583.532	10.208.645

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	95.140	(656)	(9.370)	43.089	355	(465)	128.093
Comercial	616.179	(238)	(44.324)	403.589	835	(50.691)	925.350
Imobiliário	37.745	(10.396)	(11.875)	26.914	1.156	(679)	42.865
Industrial	-	-	-	3.299	-	-	3.299
Pessoal - Consignado	17.418	(2.246)	(10.627)	22.280	915	(737)	27.003
Pessoal - Não Consignado	47.071	(305)	(5.305)	35.585	103	(6.011)	71.138
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	91.178	(467)	(2.497)	78.860	414	(10.244)	157.244
Total	904.731	(14.308)	(83.998)	613.616	3.778	(68.827)	1.354.992

Notas Explicativas

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	31.072	(5)	(355)	3.508	9.370	(11.789)	31.801
Comercial	195.572	(44.183)	(835)	12.978	44.324	(79.147)	128.709
Imobiliário	14.414	-	(1.156)	15.637	11.875	(2.158)	38.612
Industrial	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal - Consignado	49.296	-	(915)	3.905	10.627	(22.217)	40.696
Pessoal - Não Consignado	13.648	-	(103)	768	5.305	(5.305)	14.313
Reestruturação	326.386	-	-	-	-	(34.001)	292.385
Rural	3.493	-	(414)	-	2.497	(636)	4.940
Total	633.881	(44.188)	(3.778)	36.796	83.998	(155.253)	551.456

c. Reconciliação do Saldo de Perdas Esperadas de Operações de Crédito por Estágio de Risco

Estágio 1	Banestes Múltiplo						
	31/03/2025						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	5.814	(6.467)	(15.306)	32	-	20.267	4.340
Comercial	53.987	(10.581)	(6.310)	13	766	8.742	46.617
Imobiliário	28.761	(1.189)	(4.926)	193	-	2.842	25.681
Industrial	56	-	-	-	-	(27)	29
Pessoal - Consignado	91.815	(164)	(3.277)	75	-	7.095	95.544
Rural	19.112	(3.792)	-	16	-	(858)	14.478
Total	199.545	(22.193)	(29.819)	329	766	38.061	186.689

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	2.520	(32)	(49.525)	6.467	43	43.324	2.797
Comercial	11.477	(13)	(28.250)	10.581	15	22.971	16.781
Imobiliário	1.442	(193)	(3.741)	1.189	23	2.935	1.655
Pessoal - Consignado	117	(75)	(8.819)	164	6	8.834	227
Rural	4.700	(16)	(1.527)	3.792	24	(347)	6.626
Total	20.256	(329)	(91.862)	22.193	111	77.717	28.086

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	28.404	-	(43)	15.306	49.525	(79.911)	13.281
Comercial	93.188	(766)	(15)	6.310	28.250	(15.417)	111.550
Imobiliário	5.775	-	(23)	4.926	3.741	(2.042)	12.377
Pessoal - Consignado	45.361	-	(6)	3.277	8.819	(21.093)	36.358
Reestruturação	200.275	-	-	-	-	(25.671)	174.604
Rural	2.569	-	(24)	-	1.527	(430)	3.642
Total	375.572	(766)	(111)	29.819	91.862	(144.564)	351.812

d. Concentração dos Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	31/03/2025	
	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	1.005.647	8,3
50 Seguintes Maiores Devedores	1.280.972	10,6
100 Seguintes Maiores Devedores	981.521	8,1
Demais Devedores	8.846.953	73,0
Total da Carteira	12.115.093	100,0

Notas Explicativas

e. Operações de crédito reestruturadas

	Banestes Múltiplo e Consolidado 31/03/2025
Saldo inicial	326.386
Reestruturação/Liquidação/Amortização	(34.001)
Saldo final	292.385
Provisão para perdas esperadas	(174.604)
Total de operações de crédito reestruturadas líquido de perdas esperadas	117.781
Percentual de perda esperada sobre operações de crédito reestruturadas	59,72%
Percentual de operações de crédito reestruturadas em relação ao total da carteira de crédito (bruto)	2,41%
Percentual de operações de crédito reestruturadas em relação ao total da carteira de crédito (líquido)	1,02%

f. Rendas de operações de crédito

	Banestes Múltiplo e Consolidado 31/03/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	498
Rendas de Empréstimos	348.506
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.060
Rendas de Financiamentos	10.189
Rendas de Financiamentos a Exportação	7.063
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Livres	60
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Obrigatórias	5.159
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Direcionado de LCA	12.183
Rendas de Financiamentos Rurais - Fontes Públicas	4.763
Rendas de Financiamentos de Empreend. Imobiliários	71.124
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	16.954
Rendas de Outras Operações com Característica de Crédito	326
Total	480.885

g. Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Concessão de Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado 31/03/2025
Saldo Inicial da Prov. p/ Perdas da Carteira de Créditos	(595.373)
Efeito Líquido no Resultado	(62.910)
Transferência para Prejuízo (Contas de Compensação)	91.696
Saldo Final da Prov. p/ Perdas da Carteira de Créditos	(566.587)

9. CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Os financiamentos imobiliários no montante de R\$ 2.911.084 são efetuados de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). As operações são garantidas por hipoteca em 1º grau ou por alienação fiduciária dos imóveis financiados e contam com seguros que cobrem riscos de morte e invalidez permanente do devedor e danos físicos do imóvel financiado. As apropriações das receitas são efetuadas de acordo com a periodicidade de capitalização prevista contratualmente.

Esse montante encontra-se segregado da seguinte forma:

Notas Explicativas

- a. Operações contratadas de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, totalizam um montante de R\$ 2.205.654;
- b. As operações contratadas no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI, totalizam um montante de R\$ 705.430.

As liquidações antecipadas e os saldos remanescentes ao término do prazo contratual na Carteira de Crédito Imobiliário, cobertas pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), estão apresentados sob o título de Créditos Vinculados - SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, na rubrica Relações Interfinanceiras, e montam R\$ 108.461. Em 31 de março de 2025 encontra-se provisionado o valor de R\$ 11.714, com objetivo de cobrir perdas decorrentes de contratos que poderiam ser inabilitados pelo administrador do FCVS.

Os créditos junto ao FCVS assumidos pela União (Lei n.º 10.150/2000) serão convertidos em títulos federais com retorno no prazo de 30 (trinta) anos, sempre contados a partir de 01/01/1997, com pagamento mensal de juros (6,17% a.a., para contratos com recursos próprios, e 3,12% a.a., com recursos do FGTS) a partir de 01/01/2005, e pagamento de principal a partir de 01/01/2009, com prestações calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC.

10. OUTROS ATIVOS

a. Outros Ativos Financeiros

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Circulante	632.939	670.691
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamento	571.753	571.753
Rendas a Receber	64.265	3.361
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito	2.739	2.739
Provisão para Perdas de Outros Ativos Financeiros	(5.818)	(5.818)
Prêmios de Seguros a Receber	-	70.714
Créditos de Operações de Resseguros	-	27.942
Não Circulante	7.841	7.841
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito	8.279	8.279
Provisão para Perdas de Outros Ativos Financeiros	(438)	(438)

Notas Explicativas

b. Outros Ativos (Não Financeiros)

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Circulante	124.582	144.930
(-) Provisão p/Perdas Cred.s/Dir.Cred.Or..Ações Jud.	-	(1)
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.149	4.971
Devedores por Depósitos em Garantia:	10.254	10.254
* Para Interposição de Recursos Trabalhistas	8.069	8.069
* Outros Depósitos Judiciais	2.185	2.185
Impostos e Contribuições a Compensar:	439	655
* Antecipações de IRPJ não Compensados no Próprio Exercício	-	1
* Outros Impostos e Contribuições a Compensar	439	654
Pagamentos a Ressarcir	10.688	33.612
Participações pagas Antecipadamente	93	93
Títulos e Créd. a Receber - sem Carac. Conc. Crédito	6.259	-
Devedores Diversos - País	73.677	73.677
Provisão para Outros Créd. s/ Caract. de Concessão de Crédito	(2.637)	-
Outros	21.660	21.669
Não Circulante	214.287	230.303
Direitos Creditórios Oriundos de Ações Judiciais - Precatórios	-	1.627
Devedores por Depósitos em Garantia:	181.681	191.876
* Para Interposição de Recursos Fiscais: (1)	92.830	100.486
INSS - Diversas NFLD	53.046	60.170
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91	36.602	36.601
Outros Depósitos para Interposição Fiscal	3.182	3.715
* Para Interposição de Recursos Trabalhistas	37.821	37.913
* Outros Depósitos Judiciais	51.030	53.477
Impostos e Contribuições a Compensar:	11.626	11.875
* Antecipações de IRPJ não Compensados no Próprio Exercício	6.796	6.796
* Antecipações de CSLL não Compensados no Próprio Exercício	4.813	4.813
* Créditos Oriundos de Decisões Transitadas em Julgado (2)	-	249
* Outros Impostos e Contribuições a Compensar	17	17
Pagamentos a Ressarcir	-	323
Títulos e Créd. a Receber - sem Carac. Conc. Crédito	-	6.259
Devedores Diversos - País	20.980	20.980
Provisão para Outros Créditos s/ Caract. de Concessão de Crédito	-	(2.637)

(1) Vide descrição de Processos Judiciais na Nota Explicativa n.º 23;

(2) Está registrado em Impostos e Contribuições a Compensar no Ativo Não Circulante, no BANESTES Consolidado, o valor de R\$ 249, relativo ao saldo do crédito ainda não homologado pela Receita Federal, oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.os 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.º 2.445/1988 e 2.449/1988, foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/70 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 24/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ e o BANESTES Múltiplo já utilizou todo o crédito;

Estão registrados também, em Impostos e Contribuições a Compensar no Ativo Não Circulante, valores gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovidas pelas Leis n.º 7.787/1989 (art.7º), n.º 7.849/1989 (art.1º) e n.º 8.147/1990 (art.1º), no BANESTES Consolidado no valor de R\$ 1.627, cujo processo no mérito transitou em julgado, e atualmente aguarda-se o pagamento do precatório cadastrado em nome da BANESTES DTVM.

Notas Explicativas

11. OUTROS VALORES E BENS

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Circulante	41.757	83.641
Outros Valores e Bens	13.468	29.585
Material em Estoque	1.875	2.920
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	11.593	26.665
Veículos	139	15.211
Imoveis Habitacionais	8.507	8.507
Outros Imóveis	2.947	2.947
Despesas Antecipadas	28.289	28.564
Custos de Aquisição Diferidos	-	25.492
Não Circulante	69.216	70.137
Outros Valores e Bens	30.216	30.496
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	30.216	30.496
Veículos	-	20
Imoveis Habitacionais	3.852	3.853
Outros Imóveis	26.816	26.815
Outros Investimentos	17	-
Outros	14	291
(Prov. p/ Desvalorização de Ativos Não Fin. Mant. p/ Venda - Recebidos)	(483)	(483)
Despesas Antecipadas	39.000	39.000
Custos de Aquisição Diferidos	-	641

12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS

	Banestes Múltiplo
	31/03/2025
Saldo no início do período	381.598
Resultado de Participações em Controladas	22.613
Ajuste T.V.M. no Patrimônio Líquido das Controladas	112
Ajuste Adoção Inicial Res. 4.966 no Patrimônio Líquido das Controladas	(27)
Saldo no fim do período	404.296

Principais dados relativos às sociedades controladas:

	BANESTES Seguros S.A.	BANESTES Distrib. de Títulos e Val. Mobiliários S.A.	BANESTES Adm. Cor.de Seg., Prev. e Capitaliz. Ltda.	BANESTES Loteria S.A.	Fundo BANESTES FIC MEZA	Total
Capital Realizado Atualizado						
31 de março de 2025	186.327	150.462	33.000	1.000	90.950	461.739
Patrimônio Líquido Ajustado						
31 de março de 2025	213.532	190.029	93.070	736	94.105	591.472
Quantidade Ações Ordinárias/Cotas possuídas (mil)						
31 de março de 2025	1.436	1.832	33.000	1.000	91	37.359
Percentual de Participação						
31 de março de 2025	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-
Lucro Líquido acumulado em						
31 de março de 2025	7.161	15.716	11.281	(215)	3.068	37.011
Saldo das Operações em Controladas						
Ativos (Passivos)						
31 de março de 2025	(64.191)	(86.793)	(112.744)	(834)	(94.105)	(358.667)
Receitas (Despesas) acumuladas em						
31 de março de 2025	(1.813)	(2.122)	(2.604)	(13)	-	(6.552)
Resultado da Equivalência Patrimonial						
31 de março de 2025	7.161	15.716	-	(264)	-	22.613
Valor Contábil dos Investimentos						
31 de março de 2025	213.532	190.029	-	736	-	404.297



Notas Explicativas

O BANESTES participa indiretamente da BANESTES Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda por meio de sua controlada BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que detém 99,9990% de suas cotas.

As Demonstrações Financeiras das sociedades controladas são auditadas periodicamente pelos mesmos auditores independentes do BANESTES S.A..

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações do BANESTES Múltiplo com o controlador e com as sociedades controladas:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no primeiro trimestre de 2025 foram distribuídos Juros sobre o Capital Próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 20.535.

Transação	31/03/2025	31/03/2025
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	53.814	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.938)	-
BANESTES Seguros S.A	53.691	-
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	7.061	-
Depósitos à Vista (2):	(51.450)	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(47.864)	-
BANESTES Seguros S.A	(3.413)	-
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	(5)	-
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda	(168)	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.540.170)	(178.398)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.426.589)	(175.266)
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda	(112.742)	(3.103)
BANESTES Loteria S.A	(839)	(29)
Obrigações por Operações Compromissadas (2):	(208.983)	(6.033)
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	(94.043)	(2.702)
BANESTES Seguros S.A	(114.940)	(3.331)
Demais Transações (3):	17.236	2.943
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	(243)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	110.505	3.640
BANESTES Seguros S.A	471	1.518
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	194	580
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda	166	499
BANESTES Loteria S.A	5	16
Fundo BANESTES FIC MEZA	(94.105)	(3.067)
Total	(5.729.553)	(181.488)

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o BANESTES, o Controlador e as sociedades e fundo controlados.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelas empresas controladas e pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco;

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança, convênio de cooperação técnica e resultado com imóveis entre o BANESTES e as empresas do conglomerado e o Controlador e são cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.

Notas Explicativas

b. Remuneração do Pessoal - Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	Banestes Múltiplo			
	31/03/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remunerações pagas	288	991	83	78
Participação nos resultados	31	77	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Totais:	319	1.068	83	78

Benefícios	Banestes Consolidado			
	31/03/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remunerações Pagas	407	1.989	218	78
Participação nos resultados	43	150	-	-
Benefícios pós-emprego	-	59	-	-
Totais:	450	2.198	218	78

c. Novo modelo de Remuneração Variável:

O programa de remuneração variável do Banco BANESTES foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O novo modelo de “Remuneração Variável” implantado a partir de janeiro de 2023 e atualizado em abril de 2024, com pagamento no ano de 2025, obedece às seguintes diretrizes:

- a) a “Remuneração Variável” dos membros do Conselho de Administração da Sociedade será devida de acordo com o alcance das metas estabelecidas para os Diretores estatutários, observada a média dos resultados dos Diretores e mesma proporção de 30% sobre esta média;
- b) O pagamento da “Remuneração Variável” dos Diretores da Sociedade e dos Administradores das empresas subsidiárias e controlada será composto por:
 - I. Parcela denominada “Participação nos Lucros ou Resultados - PLR”, estabelecendo que essa participação obedecerá aos mesmos critérios fixados para os empregados da Sociedade na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT nacional dos bancários;

Notas Explicativas

II. “Parcela de Atingimento de Metas Individuais - PAMI”, estabelecidas pelo CONSE em Contrato de Gestão para cada Diretor, cujo valor pode variar de zero até o limite de 4 (quatro) vezes os Honorários Mensais; e o valor da parcela proporcional ao atingimento de metas individuais da “Remuneração Variável” dos Diretores (PAMI) será correspondente ao nível de atingimento das Metas estabelecidas no Contrato de Gestão, sendo:

- até 80% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela zerada (PAMI = 0);
- acima de 115% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela igual a 4,0 Honorários Mensais (PAMI = 4,0 Honorários Mensais);
- entre 80,01% e 115% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela (PAMI) entre 0 e 4,0 Honorários Mensais proporcionalmente, conforme a seguinte fórmula:

$$PAMI = \frac{AMI\% - 80\%}{35,01\%} \% \times 4,0HM$$

Onde:

PAMI = Parcela de Atingimento de Metas Individuais de cada Diretor;

AMI%= Percentual de Atingimento de Metas Individuais de cada Diretor;

HM = Honorários Mensais.

c) Pagamento: o pagamento da “Remuneração Variável” dos administradores será realizado com 50% em espécie e 50% em instrumento baseado em ações, fazendo a conversão deste montante em quantidade de ações, tendo por base o valor da ação de mercado BEES3 do BANESTES no primeiro dia útil do exercício de referência, considerando que a variação do valor da ação no decorrer do exercício já será fruto da administração em curso; do valor referenciado em instrumento baseado em ações, 5% serão pagos juntamente com os 50% pagos em espécie e revertidos para reais pelo valor da ação de mercado BEES3 no último dia útil do exercício de referência. Sendo assim, 55% do valor a receber como “Remuneração Variável” pelos Diretores da Sociedade e das empresas subsidiárias e controlada serão pagos no exercício seguinte ao de apuração (referência); os 45% restantes do valor referenciado em instrumento baseado em ações serão diferidos para pagamento em 3 (três) parcelas iguais de 15%, sendo cada uma delas paga em um dos três anos seguintes; as parcelas diferidas terão a quantidade de ações revertida em reais utilizando o valor da ação de mercado BEES3 da ação no último dia útil do ano anterior ao de pagamento; o pagamento será sempre realizado após a divulgação dos resultados da companhia no ano findo, da distribuição de dividendos aos acionistas e pagamento da “PLR” e “REV” dos colaboradores, e será sempre efetuado anualmente em uma única data.

d. Participação Acionária:

O Estado e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam as seguintes participações acionárias no BANESTES:

Notas Explicativas

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais	
	31/03/2025		31/03/2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Espírito Santo	213.626.129	92,48	78.167.400	92,06
Conselho de Administração e Diretoria	227.200	0,09	347.900	0,41
Total	213.853.329	92,57	78.515.300	92,47

14. IMOBILIZADO DE USO

	Banestes Múltiplo							
	31/03/2025							
	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipam. de Processamento de Dados	Equipam. de Comunicação, Segurança e Transporte	Direitos de Uso	Outros Imobilizados de Uso	Total
Custo de Aquisição								
01/01/2025	3.516	54.814	32.703	118.231	20.761	74.718	8.029	312.772
Aquisições	-	2.026	3.891	30.733	-	22.059	110	58.819
Alienações / Baixas	-	(617)	-	(164)	-	-	-	(781)
Transferências	-	-	(421)	414	7	-	-	-
Saldo Final	3.516	56.223	36.173	149.214	20.768	96.777	8.139	370.810
Depreciação								
Saldo em 01/01/2025	(2.135)	(32.085)	(18.506)	(89.345)	(14.643)	-	(6.323)	(163.037)
Depreciação do Período	(13)	(1.255)	(376)	(2.053)	(321)	(4.115)	(103)	(8.236)
Baixas / Alienações	-	617	-	163	-	-	-	780
Saldo Final	(2.148)	(32.723)	(18.882)	(91.235)	(14.964)	(4.115)	(6.426)	(170.493)
Saldo Líquido Final	1.368	23.500	17.291	57.979	5.804	92.662	1.713	200.317
Saldo Líquido em 01/01/2025	1.381	22.729	14.197	28.886	6.118	74.718	1.706	149.735

	Banestes Consolidado							
	31/03/2025							
	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipam. de Processamento de Dados	Equipam. de Comunicação, Segurança e Transporte	Direitos de Uso	Outros Imobilizados de Uso	Total
Custo de Aquisição								
01/01/2025	4.049	56.073	33.447	120.262	20.992	80.989	8.029	323.841
Aquisições	-	2.026	3.960	30.733	-	22.213	110	59.042
Alienações / Baixas	-	(617)	-	(164)	-	-	-	(781)
Transferências	-	-	(421)	414	7	-	-	-
Saldo Final	4.049	57.482	36.986	151.245	20.999	103.202	8.139	382.102
Depreciação								
Saldo em 01/01/2025	(2.407)	(32.634)	(19.010)	(90.361)	(14.759)	(815)	(6.323)	(166.309)
Depreciação do Período	(17)	(1.289)	(389)	(2.137)	(329)	(4.451)	(103)	(8.715)
Baixas / Alienações	-	617	-	163	-	-	-	780
Saldo Final	(2.424)	(33.306)	(19.399)	(92.335)	(15.088)	(5.266)	(6.426)	(174.244)
Saldo Líquido Final	1.625	24.176	17.587	58.910	5.911	97.936	1.713	207.858
Saldo Líquido em 01/01/2025	1.642	23.439	14.437	29.901	6.233	80.174	1.706	157.532

Notas Explicativas

15. INTANGÍVEL

	Banestes Múltiplo				
	31/03/2025				
	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 01/01/2025	210.311	12.127	278.055	85.954	586.447
Aquisições	2.113	-	25.352	8.993	36.458
Transferências	9.739	-	-	(9.739)	-
Saldo Final	222.163	12.127	303.407	85.208	622.905
Amortização					
Saldo em 01/01/2025	(106.543)	(7.933)	(106.583)	-	(221.059)
Amortização do Período	(3.798)	(219)	(12.880)	-	(16.897)
Saldo Final	(110.341)	(8.152)	(119.463)	-	(237.956)
Saldo Líquido Final	111.822	3.975	183.944	85.208	384.949
Saldo Líquido em 01/01/2025	103.768	4.194	171.472	85.954	365.388

	Banestes Consolidado				
	31/03/2025				
	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 01/01/2025	214.350	12.127	293.682	85.954	606.113
Aquisições	2.135	-	26.600	8.993	37.728
Transferências	9.739	-	-	(9.739)	-
Saldo Final	226.224	12.127	320.282	85.208	643.841
Amortização					
Saldo em 01/01/2025	(110.230)	(7.933)	(108.050)	-	(226.213)
Amortização do Período	(3.922)	(219)	(13.036)	-	(17.177)
Saldo Final	(114.152)	(8.152)	(121.086)	-	(243.390)
Saldo Líquido Final	112.072	3.975	199.196	85.208	400.451
Saldo Líquido em 01/01/2025	104.120	4.194	185.632	85.954	379.900

(*) São ativos intangíveis em desenvolvimento.

16. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, DE LETRAS DE CRÉDITO DE AGRONEGÓCIO E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a. Depósitos e Captações

	Banestes Múltiplo						
	31/03/2025						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	9.738.982	1.832.707	10.802.368	550.803	22.924.860	-	-
Depósitos - A Prazo	-	1.700.164	10.802.368	550.803	13.053.335	2,00%	100,00%
Depósitos - Interfinanceiros	-	132.543	-	-	132.543	14,15%	100,00%
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.096.685	-	-	-	4.096.685	1,17%	1,30%
Depósitos - Poupança	4.625.652	-	-	-	4.625.652	1,14%	1,34%
Depósitos - À Vista	1.016.645	-	-	-	1.016.645	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	-	185.916	24.324	302	210.542	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	10.043.492	-	-	10.043.492	11,32%	14,15%
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	529.616	775.558	-	1.305.174	80,00%	97,00%
Total	9.738.982	12.591.731	11.602.250	551.105	34.484.068		

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado						
	31/03/2025						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	9.735.395	1.831.868	10.689.626	550.803	22.807.692		
Depósitos - A Prazo	-	1.699.325	10.689.626	550.803	12.939.754	2,00%	100,00%
Depósitos - Interfinanceiros	-	132.543	-	-	132.543	14,15%	100,00%
Depósitos - Judiciais E Extrajudiciais	4.096.685	-	-	-	4.096.685	1,17%	1,30%
Depósitos - Poupança	4.625.652	-	-	-	4.625.652	1,14%	1,34%
Depósitos - À Vista	1.013.058	-	-	-	1.013.058	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	-	185.916	24.324	302	210.542	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.834.509	-	-	9.834.509	11,32%	14,15%
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	529.616	775.558	-	1.305.174	80,00%	97,00%
Total	9.735.395	12.381.909	11.489.508	551.105	34.157.917		

(*) Taxas mínimas e máximas na nota 17.

b. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo				
	31/03/2025				
	Valor contábil	Valor justo			Total valor justo
Nível 1		Nível 2	Nível 3		
Depósitos - A Prazo	13.053.335	-	12.661.027	-	12.661.027
Depósitos - Interfinanceiros	132.543	-	132.507	-	132.507
Obrigações por Operações Compromissadas	10.043.492	-	10.030.514	-	10.030.514
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.305.174	-	1.300.264	-	1.300.264
Total	24.534.544	-	24.124.312	-	24.124.312

	Banestes Consolidado				
	31/03/2025				
	Valor contábil	Valor justo			Total valor justo
Nível 1		Nível 2	Nível 3		
Depósitos - A Prazo	12.939.754	-	12.547.099	-	12.547.099
Depósitos - Interfinanceiros	132.543	-	132.507	-	132.507
Obrigações por Operações Compromissadas	9.834.509	-	9.824.139	-	9.824.139
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.305.174	-	1.300.264	-	1.300.264
Total	24.211.980	-	23.804.009	-	23.804.009

c. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Despesas de Depósitos de Poupança	(84.484)	(84.484)
Despesas de Depósitos Interfinanceiros	(2.843)	(2.843)
Despesas de Depósitos a Prazo	(335.345)	(332.213)
Despesas de Depósitos Judiciais	(106.423)	(106.423)
Despesas de Depósitos Especiais	(157)	(157)
Despesas de Operações Compromissadas	(307.188)	(301.155)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(15.141)	(15.141)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	(16.582)	(16.582)
Despesas de Contrib. ao Fundo Garantidor de Crédito	(6.036)	(6.036)
Total	(874.199)	(865.034)

Notas Explicativas

17. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados junto a instituições oficiais e outras instituições, os quais são repassados a clientes, fomentando o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

a. Obrigações por Repasses

Instituição	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	Linha	31/03/2025		
		Recursos Captados	Taxa mínima	Taxa máxima
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	Automático/FINAME	7.681	1,00%	16,01%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	FUNCAFÉ	202.861	7,00%	8,00%
Total		210.542		

b. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

	Banestes Múltiplo e Consolidado
	31/03/2025
Despesas de Repasses - FINAME	(183)
Despesas de Repasses - Outras Instituições Oficiais	(3.898)
Total	(4.081)

18. ATIVOS VINCULADOS PARA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

Para a garantia das Provisões Técnicas, a Controlada BANESTES Seguros S.A. manteve os seguintes ativos:

	Banestes Consolidado
	31/12/2025
Provisões Técnicas	163.058
Direitos Creditórios	(57.297)
Ativos de Resseguro - Redutores	(279)
Total a ser Coberto das Provisões Técnicas Líquido dos Ativos Redutores (A)	105.482
Necessidade de Ativos Líquidos (B)	13.005
Ativos Garantidores	
Títulos de Renda Fixa - Públicos	239.392
Total (C)	239.392
Excedente de Garantia (C-A-B)	120.905

19. PRÊMIOS GANHOS, SINISTRALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE RAMOS

Grupos de Ramos	Banestes Consolidado		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidades (%)	Comercialização (%)
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Automóvel	39.144	70,15	20,55
Pessoas (1)	51.522	31,90	21,70
Patrimonial (2)	1.778	3,12	45,80
Total	92.444	47,54	21,68

(1) Pessoas inclui Vida em Grupo, Acidentes Pessoais e Prestamista;

(2) Patrimonial inclui Incêndio, Compreensivo Residencial, Condomínio e Empresarial, Riscos de Engenharia e Riscos Diversos.

Notas Explicativas

20.COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Banestes Consolidado				
	31/03/2025				
	Auto	Pessoas	Patrimonial	Vida Individual	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	82.549	10.849	3.516	3.874	100.788
Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.729	223	34	44	2.030
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	32.523	14.274	111	7	46.915
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	3.065	9.320	47	67	12.499
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	215	78	5	-	298
Provisão Complementar de Cobertura (PCC)	479	32	17	-	528
Total das Provisões em 31/03/2025	120.560	34.776	3.730	3.992	163.058
Ativos de Resseguro - Redutores	-	279	-	-	279
Ativos de Resseguro Redutores do PSL	-	174	-	-	174
Ativos de Resseguro Redutores do IBNR	-	105	-	-	105
Ativos de Resseguro Redutores em 31/03/2025	-	279	-	-	279
Custos de Aquisição Diferidos em 31/03/2025	-	26.133	-	-	26.133

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2025		31/03/2025	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Tributação s/ o Lucro e Participações	74.217	74.217	88.279	88.279
Encargos de Imp. Renda e Contr. Soc. às Aliq.Vigentes (Nota 3.s)	(18.554)	(14.843)	(22.070)	(17.656)
Ajustes aos Encargos de Imp. Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	5.625	4.500	5.625	4.500
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.653	4.522	8.467	6.214
Adições (Exclusões) de Caráter Permanente	33	49	(8.516)	(3.346)
Adições (Exclusões) de Caráter Temporário	(8.744)	(6.996)	(10.160)	(7.847)
Total dos Valores Devidos	(15.987)	(12.768)	(26.654)	(18.135)
Realização da Reserva de Reavaliação	3	3	3	3
Incentivos Fiscais	755	-	888	-
Despesa de Imp. Renda e Contr. Social - Valores Correntes	(15.229)	(12.765)	(25.763)	(18.132)
Despesa de Imp. Renda e Contr. Social - Valores Diferidos	(332)	(265)	(180)	(174)
Ativo Fiscal Diferido	9.247	7.398	10.520	8.161
Total da Despesa c/ Imp. Renda e Contr. Social	(6.314)	(5.632)	(15.423)	(10.145)

A alíquota efetiva de IR e CS é de 16,10% para o período findo em 31/03/2025.

Notas Explicativas

b. Tributos Diferidos

b.1 Saldo de Créditos Tributários e sua movimentação:

	Banestes Múltiplo			
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	154.696	129.983	(116.584)	168.095
Ações Trabalhistas	28.519	1.964	(539)	29.944
Ações Cíveis	26.849	1.894	(972)	27.771
Contingências Fiscais	17.517	266	(6)	17.777
Outras Contingências	13.823	5.789	(1.724)	17.888
Total de Adições Temporárias	241.404	139.896	(119.825)	261.475
Total Créditos Tributários Refletidos no Resultado	241.404	139.896	(119.825)	261.475
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	-	101.825	-	101.825
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	20.055	954	(10.198)	10.811
Total Créditos Tributários Refletidos no Pat. Líquido	20.055	102.779	(10.198)	112.636
Total Geral dos Créditos Tributários	261.459	242.675	(130.023)	374.111
Total Geral dos Créditos Tributários Ativos	261.459	242.675	(130.023)	374.111

	Banestes Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	154.696	130.002	(116.587)	168.111
Ações Trabalhistas	28.552	1.985	(539)	29.998
Ações Cíveis	27.308	1.965	(1.035)	28.238
Contingências Fiscais	17.691	5.959	(3.773)	19.877
Outras Contingências	14.315	7.697	(3.550)	18.462
Total de Adições Temporárias	242.562	147.608	(125.484)	264.686
Total Créditos Tributários Refletidos no Resultado	242.562	147.608	(125.484)	264.686
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	-	101.825	-	101.825
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	24.700	7.295	(16.613)	15.382
Total Créditos Tributários Refletidos no Pat. Líquido	24.700	109.120	(16.613)	117.207
Total Geral dos Créditos Tributários	267.262	256.728	(142.097)	381.893
Total Geral dos Créditos Tributários Ativos	267.262	256.728	(142.097)	381.893

b.2 Saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação:

	Banestes Múltiplo			
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias	18.184	597	-	18.781
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	39	-	(39)	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)	-	(6)	(701)
Total Geral dos Débitos Tributários	17.528	597	(45)	18.080

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado			
	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias	20.284	608	(254)	20.638
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	39	-	(39)	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)	-	(6)	(701)
Total Geral dos Débitos Tributários	19.628	608	(299)	19.937

A ativação/manutenção do crédito tributário está fundamentada em estudos técnicos demonstrativos da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos.

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. O BANESTES S.A. utilizou a alíquota de 25% para IRPJ e 20% para CSLL. A BANESTES Seguros e a Banestes DTVM aplicaram as alíquotas de IRPJ (25%) e de CSLL (15%) e a Banestes Corretora as alíquotas de 25% e 9% para IRPJ e CSLL, respectivamente.

b.3 Expectativa de Realização do Crédito Tributário e Crédito Tributário a Valor Presente:

	Banestes Múltiplo		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2025	12.716	10.173	22.889
2026	41.527	33.222	74.749
2027	33.595	26.876	60.471
2028	28.332	22.665	50.997
2029	22.657	18.125	40.782
2030 a 2034	69.013	55.210	124.223
Total	207.840	166.271	374.111
Valor Presente (*)	156.496	125.197	281.693

	Banestes Consolidado		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2025	12.716	10.173	22.889
2026	41.527	33.222	74.749
2027	38.459	29.793	68.252
2028	28.332	22.666	50.998
2029	22.657	18.125	40.782
2030 a 2034	69.013	55.210	124.223
Total	212.704	169.189	381.893
Valor Presente (*)	160.482	127.588	288.070

(*) No cálculo do valor presente, foi adotada a taxa média de captação ao ano, utilizada pelo Banco para estudo de viabilidade técnica, de realização de Crédito Tributário.

(*) Conforme art. 6º da Lei 14.467/2022, alterado pela Lei 15.078/2024, o saldo existente em 31/12/2024 da Provisão de Devedores Duvidosos será realizado à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês de período de apuração, a partir de janeiro de 2026.

Notas Explicativas

22. OUTROS PASSIVOS

a. Outros Passivos Financeiros e Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	31/03/2025	
Circulante	70.633	
Obrigações por Transações de Pagamento	33	
Credores por Recursos a Liberar	58.146	
Receitas a Apropriar	4.790	
Provisão para Compromisso de crédito	7.664	
Não Circulante	2.885	
Credores por Recursos a Liberar	2.810	
Provisão para Crédito a Liberar	47	
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (*)	28	

(*) O saldo destas Garantias Financeiras Prestadas é de R\$ 1.816. As contra-garantias estão representadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos favorecidos e/ou garantia real de bens.

b. Outros Passivos (Não Financeiros)

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2025		31/03/2025	
Circulante	599.568		820.082	
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	90.310		90.310	
Sociais e Estatutárias	11.237		11.718	
Fiscais e Previdenciárias	51.179		66.126	
Passivo de Arrendamento	20.951		22.404	
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.035		2.035	
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	26.989		29.184	
Obrigações por Convênios Oficiais	39.853		39.853	
Salários e Vencimentos - Res. n.º 5.058 - CMN	119.411		119.411	
Provisão para Pagamentos a Efetuar	109.220		141.056	
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	13.040		13.040	
Credores Diversos - País	115.343		120.163	
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-		3.320	
Provisões Técnicas	-		161.451	
Outros	-		11	
Não Circulante	93.832		121.901	
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	22.852		29.208	
Passivo de Arrendamento	69.609		73.625	
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-		11.515	
Credores Diversos - País	-		4.575	
Provisões Técnicas	-		1.607	
Outros	1.371		1.371	

23. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E RISCOS FISCAIS

O BANESTES e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas provisões são apresentadas a seguir:

Natureza	Banestes Múltiplo					Banestes Consolidado				
	31/03/2025					31/03/2025				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.378	59.665	38.914	433	162.390	63.517	60.807	39.890	433	164.647
Constituições/Atualizações	4.365	4.211	589	325	9.490	4.417	4.354	5.708	325	14.804
Pagamentos/Reversões	(1.198)	(2.159)	(11)	(552)	(3.920)	(1.198)	(2.251)	(308)	(552)	(4.309)
Saldo Atual	66.545	61.717	39.492	206	167.960	66.736	62.910	45.290	206	175.142

A Administração do BANESTES entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos

Notas Explicativas

respectivos processos judiciais.

Processos Trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando obter indenizações, de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução nº 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 72,69% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31/03/2025, o BANESTES possuía provisão trabalhista de R\$ 66.545 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 65.736 (BANESTES Consolidado), sendo que encontrava-se registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 42.530 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 42.622 (BANESTES Consolidado) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.360 (BANESTES Múltiplo e Consolidado).

Processos Cíveis - São demandas que tem por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere a pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada, dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

Processos Fiscais - O Sistema Financeiro BANESTES discute judicialmente e administrativamente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e caso aplicável o respectivo depósito judicial:

Natureza - Fiscal	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2025		31/03/2025	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	10.157	53.046	15.397	60.170
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	26.467	36.602	26.467	36.601
Honorários - Diversas Ações	2.868	3.182	3.426	-
Outros	-	-	-	3.715
Total	39.492	92.830	45.290	100.486

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o

Notas Explicativas

IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como "autor" ou "réu" e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 9.555 (BANESTES Múltiplo) e R\$ 9.651 (BANESTES Consolidado).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 261.812 BANESTES Múltiplo e R\$ 305.761 BANESTES Consolidado, sendo que as mais relevantes representam R\$ 39.556 BANESTES Múltiplo e Consolidado.

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo perfazem um montante de R\$ 14.381 BANESTES Múltiplo e R\$ 14.753 BANESTES Consolidado, referentes a questionamentos judiciais e administrativos de cunho tributário.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Reserva de Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Em 31/10/2005 foram reavaliados os imóveis registrados no Ativo Permanente, no desdobramento de subgrupo "Imóveis de Uso", Terrenos e Edificações. A realização dessa Reserva de Reavaliação no primeiro trimestre de 2025 por depreciação, foi de R\$ 11 e IRPJ e CSLL R\$ 5.

c. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/1976, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

Notas Explicativas

c.1 Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/1976 exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do período para a reserva legal.

c.2 Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do capital social, conforme estabelecido no estatuto social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do capital social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.
- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do capital social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

d.1 Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976, como dividendo obrigatório.

Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, o BANESTES optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos Dividendos Obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

Base de Cálculo:	31/03/2025
Lucro Líquido do período	54.542
Reserva Legal	(2.727)
Realização de Reserva de Reavaliação Transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados	6
Base de Cálculo	51.821
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Obrigatórios do período	22.500
Juros sobre o Capital Próprio	22.500

d.2 Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no trimestre findo em 31/03/2025 no montante de R\$ 22.500, com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 165, exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 22.335, foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2026.

Notas Explicativas

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes ao primeiro trimestre de 2025:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Total Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos do Período	22.500	(165)	22.335	0,071222172

d.3 Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 26/04/2024 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 17 de dezembro de 2024, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o Exercício de 2025. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1 Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017.

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2025, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES Múltiplo R\$ 3.561 e BANESTES Consolidado R\$ 3.747. Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Conforme os termos do Acordo Coletivo de Trabalho - 2024/2026, o percentual máximo de contribuição das patrocinadoras, relativo aos participantes ativos vinculados aos Planos II e III, será elevado de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento). Para dar efetividade a essa elevação, a Fundação BANESTES está providenciando as adequações necessárias nos regulamentos dos referidos Planos, a fim de viabilizar a implementação desse novo percentual máximo de contribuição, e, conforme parecer do atuário, as alterações não afetam os direitos adquiridos dos Participantes e Assistidos, nem terão impactos financeiros negativos para os mesmos.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (deficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

O exercício encerrado em 31/12/2024 apresentou resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

25.2 Assistência à Saúde - O BANESTES também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados

Notas Explicativas

do Sistema Financeiro BANESTES - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.

No primeiro trimestre de 2025, a contribuição mensal da patrocinadora equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu ao BANESTES Múltiplo R\$ 2.122 e BANESTES Consolidado R\$ 2.181.

25.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados - O BANESTES e suas empresas controladas oferecem também aos seus empregados outros benefícios, tais como seguro de vida, acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram no primeiro trimestre de 2025 para o BANESTES Múltiplo R\$ 7.712 e BANESTES Consolidado R\$ 7.961.

26. LIMITES OPERACIONAIS

a. Índice de Basileia - Representa a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme Resoluções n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, demonstrando a solvência da empresa. O Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Consolidado Prudencial.

A apuração dos limites operacionais é efetuada de forma consolidada na qual o BANESTES é a Instituição líder.

Na tabela a seguir informamos os principais indicadores do BANESTES Consolidado Prudencial em 31/03/2025. Todos os indicadores foram calculados em conformidade com as normas em vigor.

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	31/03/2025	
Patrimônio Líquido Ajustado	2.271.952	
(-) Redução Ajustes Prudenciais	426.385	
Ativos Intangíveis	385.479	
Investimentos significativos em assemelhadas	35.205	
Créditos tributários de diferença temporária	5.701	
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	96.497	
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	1.942.064	
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.246.941	
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.067.647	
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWampad)	1.084	
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	518	
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.316.190	
Margem sobre o PR considerando IRRBB ¹ e ACP ²	361.821	
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	13,57%	
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	77.043	

1) IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

2) ACP - Adicional de Capital Principal.

Notas Explicativas

Observação: Segundo a Resolução CMN n.º 4.958/2021 o fator F para requerimento mínimo de PR é igual a 0,0800, a partir da data-base de janeiro de 2019.

BANESTES Consolidado Prudencial - Composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

b. Índice de Imobilização - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.957/2021, o Índice de Imobilização em relação ao Patrimônio de Referência em 31/03/2025 para o Consolidado Prudencial é de 24,38%, estando em conformidade com o máximo permitido pelo Banco Central do Brasil que é de 50%.

27. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

O BANESTES possui uma Diretoria de Gestão de Riscos e Controles e unidades específicas para a gestão dos riscos operacional, de crédito, de mercado e IRRBB, de liquidez, social, ambiental e climática, do gerenciamento de capital e Basileia, devidamente segregadas das unidades de negócios. Essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição e conta ainda com comitês específicos que analisam e deliberam acerca das matérias ligadas à gestão de risco, submetendo-as ao Colegiado de Diretoria e ao Conselho de Administração.

Para mais informações a respeito do gerenciamento de riscos e de capital do BANESTES, acesse o nosso Relatório de Gerenciamento de Riscos na seção Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos em <https://ri.banestes.com.br/governanca-corporativa/gerenciamento-de-riscos>.

Análise de Sensibilidade

Procurando estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e gestão de risco, o BANESTES realiza as suas operações dentro dos limites operacionais, no qual cada operação que é realizada pela Instituição, dependendo dos objetivos, pode ser classificada da seguinte forma, de acordo com a Resolução n.º 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, e com a Resolução BCB n.º 111/2021, do Banco Central do Brasil, que se baseia nos conceitos de carteira definidos pelo Acordo de Basileia:

- Carteira de negociação (*Trading*);
- Carteira bancária (*Banking*).

Atrelado a essas classificações, o BANESTES realiza a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) e na carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

A exposição ao risco de mercado do conglomerado e de suas empresas subsidiárias é avaliada continuamente,

Notas Explicativas

segregada e/ou conjuntamente, visando a mantê-la em níveis considerados aceitáveis.

Quadro de Análise de Sensibilidade

Para a construção dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as condições existentes em 31/03/2025.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa prefixada de juros	(888)	(21.659)	(42.399)
Índices de Preços	(341)	(7.394)	(12.918)
Moedas	(4)	(99)	(197)
Fundos	(4.333)	(108.329)	(216.659)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

A carteira considerada na análise de sensibilidade, sujeita ao risco de mercado, incluindo posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) e na carteira bancária (*Banking*), é composta por títulos públicos, títulos privados, moedas estrangeiras e fundos de investimento.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O gerenciamento de capital do BANESTES engloba todas as Instituições que fazem parte do conglomerado prudencial, abrangendo o BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e a BANESTES DTVM - BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A estrutura de gerenciamento de capital é composta pelos seguintes itens:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de 03 anos;
- Plano de contingência de capital;
- Avaliação da adequação do capital; e
- Relatórios gerenciais tempestivos.

O BANESTES adota o modelo Padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (*Risk Weighted Assets*), que prevê metodologia de cálculo para requerimento de capital regulatório para

Notas Explicativas

os riscos de Crédito, Mercado, Operacional e serviços de pagamentos, definidas pelo órgão regulador nacional.

O requerimento mínimo de PR para fazer face aos riscos é composto por:

- a) o valor da parcela de Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, sendo composta pelo somatório das parcelas de risco de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD), operacional (RWAOPAD) e de serviços de pagamento (RWAsp), multiplicado pelo fator "F", com o valor de 8%;
- b) o valor de PR mantido para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB).

O gerenciamento de riscos e de capital é de responsabilidade de cada um dos colaboradores, sendo que as políticas e metodologias estão descritas em normas internas e são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo compatíveis com a natureza das operações e complexidade dos serviços e produtos oferecidos pela Instituição. É de responsabilidade do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital - COGIC propor recomendações ao Conselho de Administração sobre as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na Declaração de Apetite por Riscos - RAS.

Além disto, cada Instituição do Conglomerado Prudencial é responsável pelo gerenciamento de seu capital, devendo repassar à Gerência de Análise de Riscos Integrados - GERIS as informações referentes aos riscos para consolidação e divulgação nos relatórios de acordo com as políticas internas do BANESTES. Tais relatórios contemplam, no mínimo, as seguintes informações:

- a) valor apurado de PR;
- b) valores apurados das parcelas de RWA e IRRBB;
- c) informações analíticas relativas aos riscos de crédito, de mercado e operacional;
- d) informações das projeções e acompanhamento do orçamento;
- e) informações e análises dos testes de estresse;
- f) informações e análises de cálculo de validação (*backtesting*).

A GERIS - Gerência de Análises de Riscos Integrados efetua o monitoramento mensal dos indicadores conforme Plano de Capital, além de produzir relatórios gerenciais tempestivos para envio ao COLED, COGIC e CONSE versando sobre eventuais deficiências da estrutura de gerenciamento de capital, ações para corrigi-las, e adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos.

Notas Explicativas

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

O Plano de Contingência de Capital deve ser executado quando o Índice de Basileia - IB não estiver em conformidade com a tolerância ao risco indicada na RAS mediante acionamento do Colegiado da Diretoria - COLED do BANESTES e Conselho de Administração - CONSE, para adoção de medidas visando o aumento do capital mantido pela Instituição e/ou redução dos riscos, no qual essa decisão deve levar em consideração as condições de mercado e outras variáveis que julgarem necessárias.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Acordo de Compensação Financeira - O BANESTES tem celebrado com certas contrapartes acordos de compensação ao amparo da Resolução n.º 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional. Tais acordos estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações bancárias vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos acordos de compensação é feito na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O BANESTES possuía em 31/03/2025 o valor de R\$ 131.401 em instrumentos vinculados ao acordo de compensação com o Sicoob.

b. Receitas de Prestação de Serviços

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Receitas de Prestação de Serviços	31.373	49.316
Administração de Fundos de Investimento	-	6.735
Rendas de Garantias Prestadas	24	24
Receitas de Corretagens de Câmbio	59	59
Anuidade de Cartões	4.048	4.048
Outras Tarifas de Cartões	53	53
Tarifa de Intercâmbio	15.318	15.318
Credenciamento	23	23
Tarifas de Arranjo	7	7
Pix	551	551
Outros Serviços Relac. a Transações de Pagamento	23	23
Cobrança	3.981	3.857
Serviços de Custódia	206	206
Rendas de Serviços Prestados a Ligadas	2.508	-
Receita com comissões em comercialização e serviços de seguros, previdência e capitalização	-	11.358
Outros Serviços	4.572	7.054
Rendas de Tarifas Bancárias	40.805	40.798
Pacote de Serviços- Pessoas Físicas	22.058	22.058
Tarifas de Serviços Prioritários	2.776	2.776
Tarifas de Serviços Diferenciados	219	219
Tarifas de Serviços Especiais	630	630
Pacote de Serviços- Pessoas Jurídicas	5.822	5.822
Outras Rendas de Tarifas Bancárias	9.300	9.293
Total de Receita de Prestação de Serviços e de Rendas de Tarifas Bancárias	72.178	90.114

O valor líquido das rendas de Cartões frente aos programas de fidelidade é de R\$ 19.016.

Notas Explicativas

c. Outras Receitas Operacionais

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Reversão de Provisão Fiscais	-	225
Atualização Monetária de Dep. Judiciais	2.620	2.741
Outras Receitas de Operações de Seguros	-	182
Variações Cambiais Ativas	176	176
Variações Monetárias Ativas	-	17
Recuperação de Encargos e Despesas	681	681
Reversão de Provisões Recursos Humanos	1.246	1.589
Reversão de Provisão - Outras	2.815	2.815
Reversão de Provisão - Cont. Cível	1.578	1.683
Direito de Balcão	-	113
Outras Rendas Operacionais	13	243
Total	9.129	10.465

d. Despesas de Pessoal

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Honorários - Conselheiros (Adm. e Fiscal) e Diretoria	(1.362)	(2.614)
Proventos	(84.531)	(89.896)
Benefícios	(17.501)	(18.479)
Encargos Sociais	(28.325)	(29.918)
Treinamento	(613)	(616)
Remuneração de Estagiários	(3.869)	(4.268)
Total	(136.201)	(145.791)

e. Outras Despesas Administrativas

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Depreciação e Amortização	(25.133)	(25.892)
Serviços de Terceiros	(8.232)	(10.683)
Serviços Técnicos Especializados	(17.093)	(17.915)
Processamento de Dados	(13.052)	(13.291)
Aluguéis	(1.584)	(1.594)
Manutenção e Conservação de Bens	(4.943)	(5.023)
Serviços de Vigilância e Segurança	(6.029)	(6.119)
Transporte	(2.656)	(2.701)
Comunicações	(4.168)	(4.229)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.254)	(1.292)
Propaganda e Publicidade	(4.745)	(4.989)
Promoções e Relações Públicas	(3.003)	(3.054)
Água, Energia e Gás	(1.738)	(1.801)
Contribuições a Entidades Associativas	(1.077)	(1.087)
Material	(433)	(448)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(884)	(891)
Viagem no País	(255)	(306)
Publicações	(225)	(433)
Contribuições Filantrópicas	(181)	(181)
Seguros	(108)	(89)
Outras	(1.045)	(1.898)
Total	(97.838)	(103.916)

Notas Explicativas

f. Despesas Tributárias

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Contribuição a COFINS	(16.059)	(21.393)
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(3.578)	(4.638)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.610)	(3.606)
IPTU/ITBI	(407)	(408)
Outras	(37)	(53)
Total	(22.691)	(30.098)

g. Provisões para Contingências e Outras Despesas Operacionais

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Provisões para Contingências	(9.165)	(14.479)
Contingências Fiscais	(589)	(5.708)
Contingências Trabalhistas	(4.365)	(4.417)
Contingências Cíveis	(4.211)	(4.354)
Outras Despesas Operacionais	(41.838)	(55.763)
Despesa Financeira em Arrendamento	(1.774)	(1.944)
Despesas Operacionais com Cartão de Crédito	(16.762)	(16.762)
Despesas com Angariações de Seguros	-	(6.920)
Ressarcimento de Custos	(1.440)	(1.440)
Banco 24 Horas - Tecnologia Bancária	(1.575)	(1.575)
Despesas c/ Serviços Associados a Trans. Pagamento	(182)	(182)
Operações de Crédito - Desc. Conced. em Renegociações	(3.618)	(3.618)
Tarifas Diversas	(3.799)	(3.810)
Demais Despesas com Operações de Seguros	-	(4.956)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(2)
Variações Monetárias Passivas	(1.808)	(1.808)
Despesas de Repasse - Custo de Apólices	-	(361)
Despesas com Inspeção de Riscos	-	(262)
Portabilidade - Ressarc. Custo de Originação	(656)	(656)
Despesas com Processos Cíveis	(33)	(34)
Despesas de Cobrança - Seguros	-	(11)
Despesas com Processos Recursos Humanos	(2)	(2)
Encargos Sociais - INSS - Proc. Trabalhistas	(276)	(276)
Outras Despesas Operacionais	(9.911)	(11.144)
Total de Provisão para Contingências e Outras Despesas Operacionais	(51.003)	(70.242)

h. Resultado Não Operacional

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	31/03/2025	31/03/2025
Receitas não Operacionais	449	637
Reversão de Provisões não Operac. - Outras	259	259
Rendas de Aluguéis	95	95
Outras Rendas não Operacionais - Outras	95	283
Despesas não Operacionais	(1.420)	(1.421)
Perdas de Capital	(469)	(469)
Despesas de Provisões não Operac. - Outras	(33)	(33)
Outras Despesas não Operacionais	(918)	(919)
Resultado não Operacional	(971)	(784)

Notas Explicativas

i. Resultado com Resseguro

	Banestes Consolidado
	31/03/2025
Resultado com Resseguro	(170)
Receitas com Resseguro	(170)
Indenizações de Sinistros	48
Variação com IBNR	(218)

j. Administração de Fundos de Investimentos - O Sistema Financeiro BANESTES gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimentos de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimentos em favor dos investidores. As Demonstrações Financeiras desses fundos não estão incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A BANESTES DTVM S.A. passou a ser a responsável pela administração dos fundos de investimento, que antes eram administrados pelo BANESTES S.A. O patrimônio líquido de cada fundo está apresentado a seguir:

Fundos	31/03/2025
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	114.408
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	169.349
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.728.670
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	44.753
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	114.090
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.571.514
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	442.015
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	167.510
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	259.530
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	53.547
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.495
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	243.273
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	348.942
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	37.386
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	136.288
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	8.706
FUNSES FIC FIM	773.995
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.315
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	18.748
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	16.000
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	13.737
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5.289
Banestes Reserva Climatica FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	950.666
Total	9.228.226

k. Resultados Recorrentes / Não recorrentes

No primeiro trimestre de 2025, não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

Notas Explicativas

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 04 de junho de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 04 de junho de 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Marinete Andrião Francischetto
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Damaris Rafaela R. M. Perozini
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
Mário Zan Barros (Coordenador)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br

Notas Explicativas

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	2
2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	3
3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	4
4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	6

Notas Explicativas

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.356.607	1.388.546
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	482.547	398.683
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	11.397.033	14.232.497
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		11.397.033	14.232.497
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	23.226.487	19.378.369
Créditos a Instituições Financeiras		7.828.931	4.454.961
Empréstimos e Recebíveis		11.553.308	11.285.113
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		3.844.248	3.638.295
Operações de Seguros		27.662	27.602
Outros Ativos	13	583.389	592.409
Ativos Fiscais Diferidos	12	372.552	308.518
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	47.468	46.404
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	217.272	163.966
Ativos Intangíveis	16	400.451	379.917
Total do Ativo		38.111.468	36.916.911

PASSIVO	Notas	31/03/2025	31/12/2024
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	10.178.158	8.917.652
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	22.674.586	22.841.860
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	1.305.174	1.125.357
Passivos de Impostos Correntes		20.909	5.363
Passivos de Operações de Seguros		61	3.264
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	31.508	20.460
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	19.275	29.437
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	11.515	11.515
Provisões	20	175.142	164.647
Outros Passivos	21	1.388.959	1.463.336
Passivos Fiscais Diferidos	12a	20.781	20.472
Patrimônio Líquido			
Capital Social	35	1.600.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(20.067)	(31.477)
Reservas de Lucros		745.022	745.025
Prejuízos Acumulados		(39.555)	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.285.400	2.313.548
Total do Patrimônio Líquido		2.285.400	2.313.548
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		38.111.468	36.916.911

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre	
		31/03/2025	31/03/2024
Receitas Financeiras		1.208.780	1.225.994
Despesas Financeiras		(863.385)	(880.537)
Margem Financeira	23	345.395	345.457
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		85.002	78.829
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(38.799)	(38.142)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	46.203	40.687
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	14.425	1.054
Resultado de Seguros e Previdência	26	39.085	39.935
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	27	43.581	(85.538)
Despesa de Pessoal	28	(154.038)	(125.020)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		7.746	5.208
Provisões	29	(12.571)	(5.505)
Despesas Tributárias	30	(30.098)	(27.890)
Outras Despesas Administrativas	31	(93.390)	(102.945)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	32	(18.517)	10.189
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		187.821	95.632
Impostos Correntes	12	(43.895)	(37.486)
Impostos Diferidos	12	(32.271)	9.478
Lucro Líquido do Trimestre	33	111.655	67.624
Resultado do Trimestre Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		111.655	67.624
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		315.912	315.912
Ações Ordinárias		231.006	231.006
Ações Preferenciais		84.906	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	33	0,35	0,21

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO Em milhares de reais

	Notas	Trimestre	
		31/03/2025	31/03/2024
Lucro Líquido do Trimestre		111.655	67.624
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	11.410	7.080
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação			
Efeito em Impostos	10	(9.244)	(7.052)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		11.410	7.080
Resultado Abrangente do Trimestre		123.065	74.704
Resultado Abrangente do Trimestre Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		123.065	74.704

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(21.600)	(21.600)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(21.600)	(21.600)
Resultado Abrangente Total	-	-	7.080	67.624	74.704
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	67.624	67.624
Outros Resultados Abrangentes	-	-	7.080	-	7.080
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	7.080	-	7.080
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	(15)	-	15	-
Outras movimentações	-	(15)	-	15	-
Saldos Finais em 31 de março de 2024	1.600.000	526.919	964	46.039	2.173.992

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.022	(31.477)	-	2.313.545
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Resultado Abrangente Total	-	-	11.410	111.655	123.065
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	111.655	111.655
Outros Resultados Abrangentes	-	-	11.410	-	11.410
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	11.410	-	11.410
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	(128.710)	(128.710)
Outras movimentações	-	-	-	(128.710)	(128.710)
Saldos Finais em 31 de março de 2025	1.600.000	745.022	(20.067)	(39.506)	2.285.400

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO Em milhares de reais

	Notas	Trimestre	
		31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		245.626	(418.468)
Lucro Líquido do Trimestre Ajustado		(340.565)	(516.094)
Lucro Líquido do Trimestre		111.583	67.623
Ajustes ao Lucro		(452.148)	(583.717)
Depreciação e Amortização	15-16	25.892	25.283
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	27	43.581	85.538
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		17.291	1.155
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		400.103	(540.416)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		106.794	(178.918)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		1.943	1.151
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		12.571	5.485
Ajuste de Provisão - Outras		(951)	(11.003)
Despesas de Impostos Correntes		43.897	37.487
Despesas com Impostos Diferidos		32.269	(9.479)
Varição Líquida nos Ativos e Passivos		586.191	97.626
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(32.974)	(22.087)
Reservas no Banco Central		(17.483)	(444.363)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		(77.833)	1.742
Empréstimos e Recebíveis		(448.297)	(550.206)
Operações de Seguros		(60)	(1.398)
Outros Ativos		99.712	4.222
Depósitos de Clientes		(167.274)	552.163
Recursos de Instituições Financeiras		1.260.506	639.395
Títulos de Dívida Emitidos		179.506	(64.026)
Impostos Pagos		(124.345)	(16.217)
Passivos de Operações de Seguros		(3.203)	1.068
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		10.520	(10.498)
Passivos para Sinistros Ocorridos		(9.634)	6.198
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		-	326
Passivo de Arrendamento		16.435	(7.203)
Outros Passivos e Provisões		(99.696)	8.510
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		3.069.719	925.720
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(34)	-
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(47.750)	(140.297)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		3.271.154	188.341
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(227.483)	(16.047)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		97.839	820.290
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(8.318)	(5.338)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	3.658	17.444
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(22.213)	(11.517)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	(2.712)	9.853
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(49.723)	(13.922)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	12.627	11.843
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(37.728)	(23.613)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	17	5
Juros Recebidos		80.385	88.678
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos		(22.200)	(28.400)

Notas Explicativas

Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(22.200)	(28.400)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.293.145	478.852
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.396.353	1.814.140
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	7.689.498	2.292.992

Notas Explicativas

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1.	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	12
4.	USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	31
5.	GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	34
6.	SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	49
7.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	50
8.	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	51
9.	DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	51
10.	ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	52
11.	ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	55
12.	ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	56
13.	OUTROS ATIVOS	57
14.	ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	58
15.	ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	58
16.	ATIVOS INTANGÍVEIS	58
17.	RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	59
18.	DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	59
19.	TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	60
20.	PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	60
21.	OUTROS PASSIVOS	63
22.	OPERAÇÕES DE SEGUROS	63
23.	MARGEM FINANCEIRA	64
24.	RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	65
25.	RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	65
26.	RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	65
27.	RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS	66
28.	DESPESAS DE PESSOAL	66
29.	PROVISÕES	66
30.	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	66
31.	OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	67
32.	OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	67
33.	RESULTADO POR AÇÃO	68
34.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68
35.	ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	69
36.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	70
37.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	71
38.	RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	72
39.	AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao Trimestre findo em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria a BANESTES Loteria S.A. que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2025 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 04 de junho de 2025 (Nota 42).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

Notas Explicativas

c. Base para Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			31/03/2025	31/12/2024
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100,00%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100,00%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. **Adoção de Novas Normas e Interpretações** - a partir de 01 de janeiro de 2025 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: uma das alterações tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Outra alteração foi realizada para requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumariem os requerimentos das normas IFRS. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não há impacto para o BANESTES.

Notas Explicativas

- **Alteração ao IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** Evidenciação: O IASB passa a exigir que as entidades forneçam informações sobre acordos financeiros com fornecedores, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras avaliem seus efeitos no passivo, nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez. Essa alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **Alteração ao IFRS 16 - Arrendamentos:** Esclarece os critérios adotados pelo vendedor-arrendatário na avaliação da responsabilidade de locação originada de uma transação de sale and leaseback, assegurando que o vendedor-arrendatário não registre qualquer valor do ganho ou perda associados ao direito de uso mantido. A alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguros:** IFRS 17 - Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco

e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros

- **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem

Notas Explicativas

como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. A alteração entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e não houveram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- **Data de reconhecimento**

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Notas Explicativas

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

• Avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

• Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas Explicativas

• c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 63.568 em 31 de março de 2025 (R\$ 47.683 em 31

Notas Explicativas

de março de 2024).

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais
- (iii) quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. **Reclassificação de instrumentos financeiros**

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Notas Explicativas

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no trimestre.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoadada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da

Notas Explicativas

carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Notas Explicativas

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Notas Explicativas

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default porffolio - LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como "Outras Despesas" no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda".

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor

Notas Explicativas

recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como "Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado".

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2025 e 2024
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Notas Explicativas

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 - Ativo

Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

Notas Explicativas

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de

Notas Explicativas

caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No primeiro trimestre de 2025, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Notas Explicativas

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de

Notas Explicativas

resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 47,28%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 61,94%, enquanto que para os seguros de danos o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 76,69%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 84,10%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a poderação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a

Notas Explicativas

valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm

Notas Explicativas

níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente trasladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou *swaps* interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são

Notas Explicativas

divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devessem ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como "Receitas de Prestação de Serviços e Comissões".

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em "Provisões".

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de março de 2025, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 0 (R\$ 37 em 31 de dezembro de 2024).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o

Notas Explicativas

fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como “Despesas de Pessoal” na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição,

Notas Explicativas

emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como "Outras Despesas", dentre os quais se destacam:

Notas Explicativas

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%; ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem

Notas Explicativas

principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

• Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não

Notas Explicativas

podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

Durante o período findo em 31 de março de 2025 o BANESTES efetuou a revisão da estimativa da provisão para risco de crédito, decorrente de novas informações disponíveis nesse período e da experiência adquirida ao longo dos últimos anos, desde a divulgação da Resolução CMN nº4.966/2021. Este processo de revisão considerou também a avaliação da perda esperada de crédito por especialistas contratados pela Administração, a revisão periódica do SFB dessas estimativas e avaliação das melhores práticas do mercado, bem como a evolução contínua dos processos do Banco. Dessa forma, o BANESTES revisitou premissas e critérios, tais como: ajustes nas regras de alocação em estágio 2 (incluindo regras de aumento significativo de risco) e estágio 3; aplicação da PD 12 meses em contratos rotativos em estágio 1 e 2; ajustes no cálculo de PD Vida; ajuste no cálculo de LGD para contratos de financiamento imobiliário.

Esta mudança não se relaciona com períodos anteriores. O montante do efeito da mudança da estimativa para período findo em 31 de março de 2025 é de R\$ 4.801.

- **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Notas Explicativas

• Provisões e Passivos Contingentes

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

• Plano Benefício Pós-Emprego

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas

Notas Explicativas

associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade

Notas Explicativas

da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	31/03/2025	31/12/2024
Alienação Fiduciária	291.661	315.918
Aval/ Fiança/ Caução	16.854	28.272
Cessão/ Consignação	36.340	94.948
Hipoteca/ Penhor	244.405	128.231
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	3.385	164
Total	592.645	567.533

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	31/03/2025	31/12/2024
Imóveis	36.936	38.154
Veículos	12.172	9.742
Outros	14	14
Subtotal	49.122	47.910
Provisão p/ Desvalorização	(1.654)	(1.506)
Valor Líquido	47.468	46.404

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	11.402.985	-	-	11.402.985	14.246.788	-	-	14.246.788
Letras Fin. do Tesouro - LFT	10.352.570	-	-	10.352.570	12.886.108	-	-	12.886.108
Notas Fin. do Tesouro - NTN	86.567	-	-	86.567	190.688	-	-	190.688
Debêntures	900.280	-	-	900.280	1.090.514	-	-	1.090.514
Letras Financeiras	-	-	-	-	20.466	-	-	20.466
Cotas de Fundos	63.568	-	-	63.568	59.012	-	-	59.012
Total	11.402.985	-	-	11.402.985	14.246.788	-	-	14.246.788

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	7.832.482	-	-	7.832.482	4.456.847	-	-	4.456.847
Aplicações no mercado aberto	7.463.380	-	-	7.463.380	4.120.718	-	-	4.120.718
Aplicações em depósitos interfinanceiros	369.102	-	-	369.102	336.129	-	-	336.129
Instrumento de Dívida e Patrimônio	3.848.217	-	-	3.848.217	3.640.278	-	-	3.640.278
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.677.892	-	-	1.677.892	1.629.174	-	-	1.629.174
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	492.174	-	-	492.174	502.551	-	-	502.551
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	61.865	-	-	61.865	70.023	-	-	70.023
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	54.217	-	-	54.217	60.989	-	-	60.989
Debêntures	723.783	-	-	723.783	719.124	-	-	719.124
Letras financeiras	592.712	-	-	592.712	628.170	-	-	628.170
Nota Comercial	245.574	-	-	245.574	30.244	-	-	30.244
Outros	-	-	-	-	3	-	-	3
Créditos a clientes	10.208.645	1.354.992	551.456	12.115.093	10.960.026	276.701	522.000	11.758.727
Créditos a clientes	10.208.645	1.354.992	551.456	12.115.093	10.960.026	276.701	522.000	11.758.727
Riscos potenciais	191.217	29.628	348.680	569.525	187.615	34.631	251.368	473.614
Limites a clientes	191.217	29.628	348.680	569.525	187.615	34.631	251.368	473.614
Total	22.080.561	1.384.620	900.136	24.365.317	19.244.766	311.332	773.368	20.329.466
Exposição total	33.483.546	1.384.620	900.136	35.768.302	33.491.554	311.332	773.368	34.576.254
(-) Provisão para perdas de ativos financeiros	(194.211)	(28.086)	(347.008)	(569.305)	(191.483)	(34.632)	(251.368)	(477.483)
(=) Exposição líquida	33.289.335	1.356.534	553.128	35.198.997	33.300.071	276.700	522.000	34.098.771

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	482.547	398.683
Cotas de fundos de investimento	482.547	398.683
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	63.568	59.012
Cotas de fundos de investimento	63.568	59.012

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e

Notas Explicativas

definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

Aumento significativo no risco de crédito e “cura”

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de “cura” que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro

Notas Explicativas

retornar ao status de inadimplência após "cura".

Definição de inadimplência e "cura"

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados

ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da

Notas Explicativas

provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default - PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento

Notas Explicativas

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade

Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	-

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	31/03/2025	31/12/2024
A	1.754.667	743.786
B	1.611.880	2.016.567
C	4.277.863	2.142.517
D	3.415.247	1.674.494
E	480.024	2.375.820
F	23.955	2.805.543
G	551.456	-
Total	12.115.092	11.758.727

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Notas Explicativas

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	6.20% a.m.
	Inadimplência PF - últimos 10 meses	3.70% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	6.80% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	3.68% a.m.
	Desocupação - últimos 3 meses	6.20% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	6.20% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	2.33% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 31 de março de 2025, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Desocupação	Base	3,2860%	0,00%
	Piora 1%	3,3237%	1,15%
	Melhora 1%	3,2486%	-1,14%
Inadimplência PF	Base	3,2860%	0,00%
	Piora 1%	3,3153%	0,89%
	Melhora 1%	3,2569%	-0,89%

Pessoa Física - Crédito Consignado		PD	% relativo
Desocupação	Base	4,0843%	0,00%
	Piora 1%	4,1127%	0,69%
	Melhora 1%	4,0562%	-0,69%
PIB	Base	4,0843%	0,00%
	Piora 1%	3,9722%	-2,74%
	Melhora 1%	4,1996%	2,82%

Pessoa Física - Produtos Parcelados		PD	% relativo
Inadimplência PF	Base	11,2566%	0,00%
	Piora 1%	11,6515%	3,51%
	Melhora 1%	10,8748%	-3,39%
Desocupação	Base	11,2566%	0,00%
	Piora 1%	11,3384%	0,73%
	Melhora 1%	11,1754%	-0,72%

Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Inadimplência PJ	Base	4,7400%	0,00%
	Piora 1%	4,9351%	4,11%
	Melhora 1%	4,5519%	-3,97%

Notas Explicativas

Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	8,3272%	0,00%
	Piora 1%	8,5583%	2,78%
	Melhora 1%	8,1023%	-2,70%
PIB	Base	8,3272%	0,00%
	Piora 1%	7,7870%	-6,49%
	Melhora 1%	8,9049%	6,94%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;

Notas Explicativas

- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	31/03/2025				31/12/2024			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	59.125.871	18.981.840	6.369.573	33.774.458	59.647.611	19.229.342	6.409.670	34.008.599
Passivos não Derivativos	41.045.511	21.217.082	2.969.213	16.859.216	40.663.742	19.906.028	2.864.426	17.893.288
Depósitos de Instit. Financeiras	10.174.537	10.174.537	-	-	8.909.354	8.775.682	133.672	-
Depósitos de Clientes	28.933.852	10.836.931	2.300.757	15.796.164	30.123.850	10.948.307	2.075.445	17.100.098
Emissão de Títulos	1.604.436	677	563.381	1.040.378	1.383.055	43.411	565.661	773.983
Outros passivos financeiros	332.686	204.937	105.075	22.674	247.483	138.628	89.648	19.207

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Notas Explicativas

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado - Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII):

Notas Explicativas

	31/03/2025				31/12/2024			
	Mínimo	Média	Máximo	31/05/2025	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2024
VaR PRE	-	-	-	-	-	-	-	-
VaR Trading	1.096	1.844	3.289	1.987	1.096	1.844	3.289	3.289
Banking (EVE)	80.122	336.521	470.709	77.043	80.122	336.521	470.709	80.122
VaR Global	81.434	117.918	181.643	181.643	81.434	117.918	181.643	181.643

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	395	-	-	395
Total	395	-	-	395
Posição Líquida	395	-	-	395

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	31/03/2025			31/12/2024		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(4.272)	(106.251)	(211.583)	(2.246)	(55.675)	(110.280)
IPCA	(1.291)	(31.131)	(60.392)	(330)	(7.249)	(12.648)
Dólar	(4)	(99)	(197)	(9)	(233)	(466)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	11.307.460	14.136.715
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	482.561	398.685
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de trading	394	933

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa Prefixada de Juros	(888)	(21.659)	(42.399)
Índices de Preços	(341)	(7.394)	(12.918)
Moedas	(4)	(99)	(197)
Fundos	(4.333)	(108.329)	(216.659)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Notas Explicativas

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito - RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	31/03/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado	2.271.952	2.357.214
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(426.385)	(382.803)
(-) Ativos Intangíveis	(385.479)	(365.944)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(35.205)	(13.464)
(-) Créditos Tributários	(5.701)	(3.395)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	96.497	-
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	1.942.064	1.974.411
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.246.941	11.733.546
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.067.647	2.354.758
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAmpad)	1.084	2.565
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	518	540
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.316.190	14.091.409
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	361.821	414.690
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	13,57%	14,01%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	77.043	80.122

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

Notas Explicativas

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros e Outros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Trimestre por Segmento

Em 31 de março de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	333.435	11.960	-	345.395
Resultado de Prestação de Serviços (1)	49.023	(327)	(2.493)	46.203
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	14.391	3.102	(3.068)	14.425
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	39.111	(26)	39.085
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	43.584	(3)	-	43.581
Despesas de Pessoal (1)	(144.674)	(9.364)	-	(154.038)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	-	7.746	-	7.746
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	34.261	-	(34.261)	-
Provisões	(7.588)	(4.982)	-	(12.570)
Despesas Tributárias	(23.703)	(6.395)	-	(30.098)
Outras Despesas Administrativas (2)	(90.903)	(5.006)	2.519	(93.390)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(18.546)	77	(49)	(18.518)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	189.280	35.919	(37.378)	187.821
Impostos Correntes e Diferidos	(61.899)	(14.267)	-	(76.166)
Resultado Líquido do Trimestre	127.381	21.652	(37.378)	111.655
Resultado do Trimestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	127.381	21.652	(37.378)	111.655
Total do Ativo	38.495.480	520.325	(904.337)	38.111.468
Passivo	36.020.051	202.745	(396.728)	35.826.068

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2024:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	337.055	8.402	-	345.457
Resultado de Prestação de Serviços (1)	50.063	(7.372)	(2.004)	40.687
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	1.054	-	-	1.054
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	39.960	(25)	39.935
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	-	-	-	-
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(85.544)	6	-	(85.538)
Despesas de Pessoal (1)	(117.440)	(7.580)	-	(125.020)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	132	5.076	-	5.208
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	30.796	-	(30.796)	-
Provisões	(5.369)	(136)	-	(5.505)
Despesas Tributárias	(23.685)	(4.205)	-	(27.890)
Outras Despesas Administrativas (2)	(100.359)	(4.811)	2.225	(102.945)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	9.414	968	(193)	10.189
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	96.117	30.308	(30.793)	95.632
Impostos Correntes e Diferidos	(17.533)	(10.475)	0	(28.008)
Resultado Líquido do Trimestre	78.584	19.833	(30.793)	67.624
Resultado do Trimestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	78.584	19.833	(30.793)	67.624
Total do Ativo	42.850.445	435.888	(679.613)	42.606.720
Passivo	40.548.598	128.823	(244.622)	40.432.799

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com imóveis.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

Notas Explicativas

	31/03/2025			31/12/2024		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	482.547	482.547	-	398.683	398.683
Cotas de Fundos de Investimento	-	482.547	482.547	-	398.683	398.683
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	11.335.639	67.345	11.402.984	14.162.962	83.826	14.246.788
Cotas de Fundos de Investimento	-	63.568	63.568	-	59.012	59.012
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	10.439.136	-	10.439.136	13.076.796	-	13.076.796
Títulos de Dívida de Emissores Privados	896.503	3.777	900.280	1.086.166	24.814	1.110.980

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	31/03/2025				31/12/2024			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	3.844.248	3.803.936	2.776.241	1.027.695	3.638.295	3.586.986	2.701.446	885.540
Créditos a Inst. Financeiras	7.828.931	7.828.931	-	7.828.931	4.454.961	4.454.961	-	4.454.961
Empréstimos e Recebíveis	11.553.308	11.553.308	-	11.553.308	11.285.113	11.285.113	-	11.285.113
Depósitos de Clientes (1)	22.674.586	22.282.278	-	22.282.278	22.841.860	22.464.175	-	22.464.175
Recursos de Inst.Financeiras(2)	10.178.158	10.030.514	-	10.030.514	8.917.652	8.917.652	-	8.917.652
Títulos de Dívida Emitidos	1.305.174	1.300.264	-	1.300.264	1.125.357	1.125.357	-	1.125.357

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Disponibilidades	198.163	169.584
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	7.463.336	4.120.768
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.883.317	1.411.307
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.821.917	576.302
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.758.102	2.133.159
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	27.999	106.000
Aplicações Voluntárias no Banco Central	27.999	106.000
Total	7.689.483	4.396.352

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

Notas Explicativas

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	112.771	101.973
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	923.261	922.293
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	94.413	88.696
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	27.999	106.000
Total		1.158.444	1.218.962

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

31/03/2025					
Categoria/Papel	sem vencido.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	14.578	300.245	167.724	482.547
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	14.578	300.245	167.724	482.547
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	63.568	76.650	1.386.749	9.870.065	11.397.032
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	638.591	9.800.545	10.439.136
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	76.739	749.325	74.216	900.280
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	63.568	-	-	-	63.568
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(89)	(1.167)	(4.696)	(5.952)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	9.811.511	1.695.305	166.363	11.673.179
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	9.510.375	505.424	48.614	10.064.413
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	224.130	368.582	-	592.712
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	82.955	822.846	117.773	1.023.574
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(5.949)	(1.547)	(24)	(7.520)

31/12/2024					
Categoria/Papel	sem vencido	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	59.012	2.977.294	1.034.402	10.161.789	14.232.497
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.952.530	30.596	10.093.670	13.076.796
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	10.182	10.284	-	20.466
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	59.012	-	-	-	59.012
Debêntures	-	16.095	1.001.008	73.411	1.090.514
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.513)	(7.486)	(5.292)	(14.291)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	6.002.495	1.903.848	186.913	8.093.256
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	5.343.500	931.789	47.177	6.322.466
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	620.961	373.584	-	994.543
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	40.881	599.409	139.824	780.116
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(2.847)	(934)	(88)	(3.869)

Notas Explicativas

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2024	Ganho	Perda	Transferido para Resultado por Alienação	PDD	Saldo
		Não Realizado				31/03/2025
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(31.478)	(95.458)	115.645	(9.205)	429	(20.067)

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Títulos e Valores Mobiliários	(5.918)	(34)	-	(5.952)	(14.291)	-	-	(14.291)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(4.866)	-	-	(4.866)	(6.056)	-	-	(6.056)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(45)	-	-	(45)	(90)	-	-	(90)
Debêntures	(1.007)	(34)	-	(1.041)	(8.135)	-	-	(8.135)
Letras Financeiras	-	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Total	(5.918)	(34)	-	(5.952)	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(3.898)	-	-	(3.898)	(2.103)	-	-	(2.103)
Aplicações no Mercado Aberto	(3.552)	-	-	(3.552)	(1.937)	-	-	(1.937)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(346)	-	-	(346)	(166)	-	-	(166)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(3.622)	-	-	(3.622)	(1.766)	-	-	(1.766)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(789)	-	-	(789)	(766)	-	-	(766)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(287)	-	-	(287)	(288)	-	-	(288)
Títulos Públicos Federais - CVS	(29)	-	-	(29)	(33)	-	-	(33)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(76)	-	-	(76)	(29)	-	-	(29)
Debêntures	(1.171)	-	-	(1.171)	(338)	-	-	(338)
Letras Financeiras	(836)	-	-	(836)	(295)	-	-	(295)
Nota Comercial	(434)	-	-	(434)	(17)	-	-	(17)
Total	(7.520)	-	-	(7.520)	(3.869)	-	-	(3.869)

d. Movimentação do *Impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 31 de março de 2025:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)
Novos ativos financeiros originados	(470)	-	-	(470)
Estorno de provisão de operações liquidadas	7.871	-	-	7.871
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	938	-	-	938
Saldos em 31 de março de 2025	(5.952)	-	-	(5.952)

Notas Explicativas

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Novos ativos financeiros originados	(109)	-	-	(109)
Estorno de provisão de operações liquidadas	51	-	-	51
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.694)	-	-	(1.694)
Saldos em 31 de março de 2025	(3.855)	-	-	(3.855)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)
Novos ativos financeiros originados	(592)	-	-	(592)
Estorno de provisão de operações liquidadas	78	-	-	78
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.385)	-	-	(1.385)
Saldos em 31 de março de 2025	(3.665)	-	-	(3.665)

Em 31 de dezembro de 2024:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)
Novos ativos financeiros originados	8.728	-	-	8.728
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.175)	-	-	(11.175)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(891)	-	-	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Novos ativos financeiros originados	10.572	-	-	10.572
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.461)	-	-	(11.461)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	19	-	-	19
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)
Novos ativos financeiros originados	2.975	-	-	2.975
Estorno de provisão de operações liquidadas	(387)	-	-	(387)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.132)	-	-	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	31/03/2025	31/12/2024
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	203.114	123.623
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	203.114	123.623
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	67.773	121.328
Títulos de Renda Fixa - Públicos	67.773	121.328

Notas Explicativas

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	31/03/2025			31/12/2024		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	688.565	(35.946)	652.619	688.544	(31.568)	656.976
Crédito comercial	3.344.778	(117.993)	3.226.785	3.268.183	(154.327)	3.113.856
Imobiliário	2.922.102	(39.706)	2.882.396	2.828.256	(43.756)	2.784.500
Industrial	2.598	(139)	2.459	7.345	(147)	7.198
Pessoal	3.925.640	(159.435)	3.766.205	3.776.547	(62.968)	3.713.579
Renegociação	292.385	(183.959)	108.426	326.693	(164.154)	162.539
Rural	939.025	(24.607)	914.418	863.159	(16.694)	846.465
Total	12.115.093	(561.785)	11.553.308	11.758.727	(473.614)	11.285.113

Movimentação do Impairment

Em 31 de março de 2025:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	187.613	34.633	251.368	473.614
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(57.927)	25.306	-	(32.621)
Estágio 1 para o Estágio 3	(3.503)	-	33.181	29.678
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(11.562)	45.416	33.854
Estágio 2 para o Estágio 1	2.222	(9.059)	-	(6.837)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	195	(3.830)	(3.639)
Estágio 3 para o Estágio 1	3	-	(86)	(83)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	22.358	490	14.411	37.259
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	57.071	(8.216)	65.440	114.295
Estorno de provisão de contratos liquidados	(21.147)	(3.698)	(58.890)	(83.735)
Total dos movimentos com impactos no resultado	186.690	28.085	347.010	561.785
Perda Esperada em 31 de março de 2025	186.690	28.085	347.010	561.785

Em 31 de dezembro de 2024:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024	75.556	216.786	197.194	489.536
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(1.261)	9.765	-	8.504
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.077)	-	41.150	40.073
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(32.345)	76.330	43.985
Estágio 2 para o Estágio 1	27.863	(129.048)	-	(101.185)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	492	(2.237)	(1.745)
Estágio 3 para o Estágio 1	1.373	-	(28.612)	(27.239)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	89.134	5.108	79.814	174.056
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	3.733	(3.967)	1.766	1.532
Estorno de provisão de contratos liquidados	(7.708)	(32.158)	(114.037)	(153.903)
Total dos movimentos com impactos no resultado	187.613	34.633	251.368	473.614
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2024	187.613	34.633	251.368	473.614

Notas Explicativas

Composição por vencimento

	31/03/2025	31/12/2024
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	12.115.093	11.758.727
Prestações Vencidas	149.505	85.214
A partir de 15 dias	149.505	85.214
Prestações a Vencer	11.965.588	11.673.513
Até 90 dias	3.513.383	1.167.441
De 91 a 360 dias	4.042.358	2.237.452
Acima de 360 dias	4.409.847	8.268.620

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	31/03/2025		31/12/2024	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	88.279	88.279	624.952	624.952
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(22.070)	(17.656)	(156.238)	(124.990)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	5.625	4.500	37.925	30.340
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.467	6.214	32.860	24.389
Adições (exclusões) de caráter permanente	(8.516)	(3.346)	(1.838)	9.518
Adições (exclusões) de caráter temporário	(10.160)	(7.847)	(450)	(363)
Total dos Valores Devidos	(26.654)	(18.135)	(87.741)	(61.106)
Realização da Reserva de Reavaliação	3	3	691	553
Incentivos Fiscais	888		4.332	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(25.763)	(18.132)	(82.718)	(60.553)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(180)	(174)	(498)	(384)
Ativo Fiscal Diferido	(17.845)	(14.072)	(12.730)	(10.050)
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(43.788)	(32.378)	(95.946)	(70.987)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 40,55% e 29,29% para o primeiro trimestre de 2025 e 2024, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	201.223	238.200	(273.473)	165.950
Ações Trabalhistas	28.552	1.985	(539)	29.998
Ações Cíveis	27.308	1.965	(1.035)	28.238
Contingências Fiscais	17.691	5.959	(3.773)	19.877
Outras Contingências	14.315	7.697	(3.550)	18.462
Ajustes de IFRS*	(11.556)	177.063	(178.097)	(12.590)
Total de Adições Temporárias	277.533	432.869	(460.467)	249.935
Crédito Tributário Não Corrente	1.528	3.394	(4.922)	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	279.061	436.263	(465.389)	249.935
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	-	101.824	-	101.824
Ajustes ao Valor de Mercado - VJORA	29.457	8.486	(17.150)	20.793
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	29.457	110.310	(17.150)	122.617
Total Geral dos Créditos Tributários	308.518	546.573	(482.539)	372.552
Total dos Créditos Tributários Ativos	308.518	546.573	(482.539)	372.552

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

Notas Explicativas

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de <i>Leasing</i>	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	20.284	608	(254)	20.638
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo - Tít. Disp. P/Venda	39	-	(39)	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)	-	(6)	(701)
Total Geral dos Débitos Tributários	19.628	608	(299)	19.937

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2025	10.688	9.465	-	-	20.153
2026	41.527	33.222	-	-	74.749
2027	37.293	28.860	-	-	66.153
2028	25.829	20.664	-	-	46.493
2029	22.656	18.125	-	-	40.781
2030 a 2034	69.013	55.210	-	-	124.223
Total	207.006	165.546	-	-	372.552
Valor Presente	155.712	124.621	-	-	280.333
Valor Presente em 31/03/2024	160.814	129.034	-	-	289.848

13. OUTROS ATIVOS

	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais dados em Garantia	202.130	195.558
Depósitos Trabalhistas	45.982	41.297
Depósitos Cíveis	53.216	52.177
Depósitos Fiscais (Nota 20)	100.486	99.978
Depósitos de Sinistros	2.101	1.710
Outros Depósitos	345	396
Impostos e Contribuições a Compensar	12.530	14.370
Pagamentos a Ressarcir	34.566	30.943
Serviços Prestados a Receber	2.889	3.106
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.971	6.536
Adiantamentos para Pagamentos	21.669	26.303
Arrendamentos Operacionais a Receber	-	14
Despesas Antecipadas	67.564	68.024
Participações Pagas Antecipadamente	93	18.083
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	122.419	112.534
Devedores Diversos - País	106.269	109.008
Outros Ativos	8.289	7.930
Total	583.389	592.409

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	31/03/2025	31/12/2024
Relações Interfinanceiras		122.419	112.534
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	13.766	4.612
Sistema Financeiro da Habitação		100.677	100.459
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	3.930	3.711
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	108.461	108.462
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.976	7.463
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		122.419	112.534

Notas Explicativas

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/03/2025	31/12/2024
Custo de aquisição		
Saldo no Início Do Trimestre	47.910	65.707
Aquisições	8.318	45.883
Alienações / Baixas	(7.106)	(63.819)
Transferências	-	139
Total	49.122	47.910
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Trimestre	(1.506)	(1.888)
Desvalorização	(3.596)	(15.372)
Baixas / Alienações	3.448	15.754
Total	(1.654)	(1.506)
Resultado Líquido	47.468	46.404

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2024	4.050	61.259	33.447	120.262	25.177	8.029	80.989	333.213
Aquisições	-	2.026	3.959	30.733	12.722	110	22.213	71.763
Alienações/ Baixas	-	(617)	-	(164)	(12.626)	-	-	(13.407)
Transferências	-	-	(421)	414	7	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2025	4.050	62.668	36.985	151.247	25.280	8.139	103.202	391.569
Depreciação								
Saldo em 31/12/2024	(2.407)	(32.688)	(19.010)	(90.361)	(14.758)	(6.323)	(815)	(166.362)
Depreciação do Trimestre	(17)	(1.289)	(389)	(2.137)	(329)	(103)	(4.451)	(8.715)
Baixas/ Alienações	-	617	-	163	-	-	-	780
Saldo Final em 31/03/2025	(2.424)	(33.360)	(19.399)	(92.335)	(15.087)	(6.426)	(5.266)	(174.297)
Saldo Líquido Final em 31/03/2025	1.626	29.308	17.586	58.910	10.193	1.713	97.936	217.272
Saldo Líquido em 31/12/2024	1.643	28.571	14.437	29.901	10.419	1.706	80.174	166.851

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2024	214.350	12.127	293.682	85.971	606.130
Aquisições	2.135	-	26.600	8.993	37.728
Transferências	9.739	-	-	(9.756)	(17)
Saldo Final em 31/03/2025	226.224	12.127	320.282	85.208	643.841
Depreciação					
Saldo em 31/12/2024	(110.230)	(7.933)	(108.050)	-	(226.213)
Amortização do Trimestre	(3.922)	(219)	(13.036)	-	(17.177)
Baixas / Alienações	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2025	(114.152)	(8.152)	(121.086)	-	(243.390)
Saldo Líquido Final em 31/03/2025	112.072	3.975	199.196	85.208	400.451
Saldo Líquido em 31/12/2024	104.120	4.194	185.632	85.971	379.917

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

Notas Explicativas

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/03/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
No País:	10.178.158	8.917.652		
Depósitos à Vista	563	911		
Operações Compromissadas	9.834.509	8.691.325	11,32% e 14,15% a.a.	12,02% e 12,15% a.a.
Obrigações por Repasses:	210.542	192.895		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	202.862	185.557		
BNDES	-	-		
Finame	7.680	7.338		
Depósitos Interfinanceiros	132.544	32.521	14,15% e 100%	10,50% e 12,15% a.a.
Total	10.178.158	8.917.652		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	563	911		
Exigível a Prazo	10.177.596	8.916.741		
Até 1 ano	10.152.934	8.892.949		
De 1 a 5 anos	24.662	23.792		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	10.178.159	8.917.652		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/03/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Depósitos à Vista	1.012.495	983.072		
Depósitos a Prazo	17.036.439	17.214.632	2,00% e 100% CDI	2,00% e 100,00% CDI
Depósitos de Poupança	4.625.652	4.644.156	1,14% e 1,34%	0,52% e 0,63% a.m.
Outros	-	-		
Total	22.674.586	22.841.860		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	9.734.832	9.681.063		
Exigível a Prazo	12.939.754	13.160.797		
Até 1 ano	1.699.325	1.642.960		
De 1 a 5 anos	10.689.626	10.930.847		
Acima de 5 anos	550.803	586.990		
Total	22.674.586	22.841.860		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/03/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Letras de Crédito Imobiliário	599.430	573.341	80,00% e 97,00%	80,00% e 96,00% CDI
Letras de Agronegócio	705.744	552.016	80,00% e 97,00% CDI	80,00% e 96,00% CDI
Total	1.305.174	1.125.357		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	-	42.824		
De 91 a 360 dias	529.616	514.529		
Acima de 360 dias	775.558	568.004		
Total	1.305.174	1.125.357		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que deveriam ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	31/03/2025					31/12/2024				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.517	60.807	39.890	433	164.647	64.611	66.184	45.070	314	176.179
Constituições/Atualizações	4.417	4.354	5.708	325	14.804	23.464	6.225	2.777	811	33.277
Pagamentos/Reversões	(1.198)	(2.251)	(308)	(552)	(4.309)	(24.558)	(11.602)	(7.957)	(692)	(44.809)
Saldo Atual	66.736	62.910	45.290	206	175.142	63.517	60.807	39.890	433	164.647

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória,

Notas Explicativas

baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 72,69% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31 de março de 2025, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 66.734 (R\$ 62.500 em 31/03/2024) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 42.623 (R\$ 36.884 em 31/03/2024) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.359 (R\$ 3.840 em 31/03/2024).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza - Fiscal	31/03/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	15.397	60.170	10.487	60.336
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	26.467	36.601	26.059	36.037
Honorários - Diversas Ações	3.426	-	3.344	-
Outros	-	3.715	-	3.605
Total	45.290	100.486	39.890	99.978

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

Notas Explicativas

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 66.735 (R\$ 25.553 em 31/03/2024).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 305.761 (R\$ 340.220 em 31/03/2024) sendo que as mais relevantes representam R\$ 39.556 (R\$ 30.436 em 31/03/2024).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 14.753 (R\$ 21.484 em 31/03/2024) referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

Notas Explicativas

21. OUTROS PASSIVOS

	31/03/2025	31/12/2024
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	96.029	77.650
Impostos a Recolher	45.217	40.897
Obrigações por Aquisição de Bens	58.392	58.427
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	119.411	138.578
Obrigações Sociais e Estatutárias	11.783	91.595
Pagamentos a Efetuar	116.075	125.839
Receita Diferida	-	3.437
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.035	11.999
Relações Interfinanceiras	572.263	586.531
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-	37
Credores por Recursos a Liberar	60.955	79.876
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	90.310	27.292
Obrigações por Transações de Pagamentos	33	33
Obrigações por Convênios Oficiais	39.853	35.927
Credores Diversos - País	124.738	142.719
Outros Passivos	51.865	42.499
Total	1.388.959	1.463.336
Total Passivo Circulante	1.277.297	1.368.102
Total Passivo Não Circulante	111.662	95.234

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	31/03/2025	31/12/2024
até 1 ano	22.404	24.981
de 1 ano a 5 anos	52.666	45.025
acima de 5 anos	20.959	7.644
Total	96.029	77.650

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em março de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	49.886	46.084	95.970
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(20.204)	(8.222)	(28.426)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(94)	-	(94)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	15.125	8.307	23.432
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(33.130)	(46.704)	(79.834)
Saldo Final em 31/03/2025	118.749	(87.241)	31.508

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	180.694	173.843	354.537
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(58.458)	(31.537)	(89.995)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(333)	-	(333)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	47.982	31.575	79.557
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	32.669	(372.966)	(340.297)
Saldo Final em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460

Notas Explicativas

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em março de 2025:

	Ramo
Movimentação do grupo de contas	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2024	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/03/2025	11.515

Em dezembro de 2024:

	Ramo
Movimentação do grupo de contas	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2023	8.951
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	2.564
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2024	11.515

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em março de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	36.347	23.087	59.434
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(20.936)	(19.223)	(40.159)
Saldo Final Ajustado	15.411	3.864	19.275

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.718	20.682	54.400
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(20.304)	(4.659)	(24.963)
Saldo Final Ajustado	13.414	16.023	29.437

23. MARGEM FINANCEIRA

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	182.721	75.349
Créditos a Instituições Financeiras	16.451	24.961
Empréstimos e Recebíveis	460.531	379.757
Títulos de Investimento	531.798	733.478
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	16.954	10.489
Outras Receitas Financeiras	325	1.960
Total	1.208.780	1.225.994
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(308.079)	(413.383)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(554.842)	(466.257)
Depósitos Especiais	(157)	(127)
Outras Despesas Financeiras	(307)	(770)
Total	(863.385)	(880.537)
Margem Financeira	345.395	345.457

Notas Explicativas

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	28.144	28.369
Cartões de Crédito/ Débito	19.593	15.416
Administração de Fundos de Investimentos	6.735	7.580
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	3.472	-
Arrecadações e Convênio	5.521	5.755
Tranferência de Fundos e Recursos	-	2.897
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	-	3.823
Cobrança	3.857	3.619
Corretagem de seguros	-	5.022
Serviços de Custódia	206	181
Outras Receitas de Prestação de Serviços	17.474	6.167
Total	85.002	78.829
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(23.400)	(22.019)
Cartões de Crédito	(12.582)	(9.112)
Correspondente Bancário	(3.882)	(4.240)
Informação Cadastral	(938)	(841)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(5.998)	(7.826)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(3.640)	(6.461)
Despesas de Corretagem de Seguros	(6.920)	(4.814)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(889)	(824)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(3.950)	(4.024)
Total	(38.799)	(38.142)
Resultado Líquido	46.203	40.687

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	1.054
Fundos de Investimento	14.425	-
Total	14.425	1.054
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	-
Total	-	-
Resultado Líquido	14.425	1.054

26. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	40.786	51.944
Pessoas	50.586	46.023
Total	91.372	97.967
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(34.930)	(43.003)
Pessoas	(17.357)	(15.029)
Total	(52.287)	(58.032)
Resultado de Seguros e Previdência	39.085	39.935

Notas Explicativas

27. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	212.616	29.773
Total	212.616	29.773
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(167.338)	(115.692)
Outras Provisões	(1.697)	381
Total	(169.035)	(115.311)
Resultado Líquido	43.581	(85.538)

28. DESPESAS DE PESSOAL

	31/03/2025	31/03/2024
Salários	(94.164)	(70.823)
Encargos Sociais Obrigatórios	(23.990)	(23.074)
Benefícios	(24.407)	(20.495)
Participações Estatutárias no Lucro	(8.169)	(7.787)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(2.396)	(2.017)
Treinamento	(616)	(512)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(78)	(95)
Remuneração do Conselho Fiscal	(218)	(217)
Total	(154.038)	(125.020)

29. PROVISÕES

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Reversão de Provisões Cíveis	1.683	3.671
Reversão de Provisões Fiscais	225	-
Reversão de Provisões Outras	-	155
Total	1.908	3.826
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(4.417)	(6.792)
Contingências Cíveis	(4.354)	(1.562)
Contingências Fiscais	(5.708)	(891)
Contingências Outras	-	(86)
Total	(14.479)	(9.331)
Resultado das Provisões	(12.571)	(5.505)

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/03/2025	31/03/2024
Contribuição ao Cofins	(21.393)	(18.812)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(4.638)	(4.296)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.606)	(3.085)
IPTU	(408)	(455)
Outras	(53)	(1.242)
Total	(30.098)	(27.890)

Notas Explicativas

31. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/03/2025	31/03/2024
Depreciações e Amortizações	(25.892)	(25.283)
Serviços Técnicos Especializados	(15.041)	(18.347)
Processamento de Dados	(13.291)	(15.674)
Segurança e Vigilância	(6.119)	(6.130)
Manutenção e Conservação de Bens	(5.023)	(5.967)
Comunicação	(4.229)	(3.182)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(8.476)	(10.945)
Transporte	(2.701)	(2.931)
Água, Energia e Gás	(1.801)	(1.811)
Serviços de Terceiros	(3.908)	(3.898)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(1.943)	(1.151)
Viagens	(306)	(718)
Materiais	(448)	(799)
Aluguéis(1)	(1.594)	(3.357)
Seguros	(89)	(8)
Contribuições Filantrópicas	(181)	(79)
Outras Despesas Administrativas	(2.348)	(2.665)
Total	(93.390)	(102.945)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

32. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	31/03/2025	31/03/2024
Outras Receitas		
Ganho de Capital	-	178
Recuperação de Encargos e Despesas	681	512
Atualizações Monetárias	2.761	3.144
Depósitos Judiciais	2.741	3.135
Outras Atualizações	20	9
Receitas de Aluguéis	281	-
Reversão de Provisões Operacionais	2.984	12.818
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	1.246	-
Variações Cambiais Ativas	176	280
Outras Receitas Operacionais	44	840
Outras Rendas Não Operacionais	850	273
Total	9.023	18.045
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(6.036)	(5.763)
Despesas com Cartões	(1.479)	(1.904)
Perda de Capital	(469)	-
Ressarcimento de Custos	(1.440)	-
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	-	(5)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(3.618)	(1.117)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(276)	(270)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(448)	(409)
Despesa com Processos Cíveis	(34)	(4)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(458)	(378)
Despesa com Regulação de Seguros	(188)	(173)
Variações Monetárias Passivas	(12)	(6)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(66)
Despesa Financeira de Arrendamento	(1.944)	-
Outras Despesas Operacionais	(11.136)	2.315
Outras Despesas Não Operacionais	-	(76)
Total	(27.540)	(7.856)
Resultado Líquido	(18.517)	10.189

Notas Explicativas

33. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de março de 2025 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 111.655 (R\$ 67.674 em 2024), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,35 em 31 de março de 2024 e R\$ 0,21 em 31 de março de 2024.

34. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Base de Cálculo:		
Lucro do Trimestre BRGAAP	54.542	70.479
Reserva Legal	(2.727)	(3.509)
Base de cálculo	51.815	66.970
Total Dividendos e JSCP do Trimestre	22.500	21.600
Juros sobre o Capital Próprio	22.500	21.600
Dividendos	-	-

Notas Explicativas

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no trimestre findo em 31 de março de 2025 no montante de R\$ 22.500 (R\$ 21.600 em 2024), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 165 (R\$ 157 em 2024), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 22.335 (R\$ 21.443 em 2024), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2024.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2025 e 2024:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos do Trimestre	22.500	(165)	22.335	0,071222172

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2024	21.600	(157)	21.443	0,068373285
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos do Trimestre	21.600	(157)	21.443	0,068373285

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 26/04/2024 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 17 de dezembro de 2024, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o exercício de 2025. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

35. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento VGBL, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

Notas Explicativas

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	31/03/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	114.408	136.493
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	169.349	159.790
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.728.670	1.335.200
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	44.753	50.102
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	114.090	131.077
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.571.514	3.294.832
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	442.015	465.154
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	167.510	158.328
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	259.530	1.175.512
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	53.547	57.672
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.495	7.511
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	243.273	235.518
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	348.942	339.546
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	37.386	70.603
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	136.288	147.617
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	8.706	8.317
FUNSES FIC FIM	773.995	735.744
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.315	2.217
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	18.748	18.167
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	16.000	18.361
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	13.737	12.560
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5.289	5.136
BANESTES Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	950.666	-
Total	9.228.226	8.565.457

36. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES,

referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017.

No primeiro trimestre de 2025 as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100%

Notas Explicativas

da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R\$ 3.747 (R\$ 3.369 em 2024). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (deficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

Os exercícios encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 31 de março de 2025 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 22.500 (R\$ 21.600 em 2024).

Notas Explicativas

Transação	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(6.938)	(6.660)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.938)	(6.660)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(47.864)	(11.891)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(47.864)	(11.891)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.426.589)	(5.683.336)	(175.266)	(180.112)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.426.589)	(5.683.336)	(175.266)	(180.112)
Demais Transações (3):	110.505	111.303	3.397	3.403
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(243)	235
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	110.505	111.303	3.640	3.168

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	31/03/2025				31/03/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	407	1.989	218	78	254	1.747	217	95
Participação nos resultados	43	150	-	-	31	104	-	-
Benefícios pós-emprego	-	59	-	-	-	106	-	-
Totais:	450	2.198	218	78	285	1.957	217	95

38.RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/03/2024
BRGAAP	2.271.952	2.357.214	54.542	68.287
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM - PDD	(7.122)	(110.797)	103.675	(13.315)
Contratos de Arrendamento	-	3	-	3.397
Efeito Fiscal	(2.021)	44.907	(46.928)	4.434
Outros	22.591	22.221	366	4.821
IFRS	2.285.400	2.313.548	111.655	67.624
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	13.448	(43.666)	57.113	(663)

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Notas Explicativas

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

39. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 04 de junho de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 04 de junho de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Marinete Andrião Francischetto
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Dâmaris Rafaela Rizzi Mação Perozini
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
Mário Zan Barros (Coordenador)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMENTÁRIOS DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS GUIDANCE 1º TRIMESTRE DE 2025

O *guidance* BANESTES contém declarações prospectivas, as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em expectativas e premissas da administração e em informações disponíveis no mercado até a presente data.

Indicadores	2025	2025 1º Trimestre Real (%)
	Guidance Projeção (%)	
Carteira de crédito Ampliada ¹	6 - 10	14,8
Depósito Total ²	5 - 9	-1,4
Provisão de Crédito/Carteira de Crédito Ampliada ³	1,9 - 2,3	1,5
Margem Financeira Líquida ⁴	3 - 7	9,4
Despesas Operacionais ⁵	10 - 14	6,6
Serviços e Seguridade ⁶	6 - 10	16,8

Obs.: As variações estão baseadas em 12 meses.

¹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito Bacen), de TVM privado (debêntures, notas promissórias e comerciais, CDBs - certificado de depósitos bancários, letras financeiras, letras de crédito imobiliário, letras de crédito do agronegócio, CRIs - certificado de recebíveis imobiliários e FIDCs - fundo de investimento em direitos creditórios) e garantias prestadas (fianças e avais).

² Trata-se do total dos saldos de depósitos à vista, poupança, a prazo, interfinanceiros e outros depósitos.

³ Trata-se da relação do resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Resolução nº 4.966/2021 do CMN) e TVM privado nos últimos 12 meses e o saldo da carteira de crédito ampliada.

⁴ Trata-se do total da receita da intermediação financeira descontado as despesas da intermediação financeira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

⁵ Trata-se do total das despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

⁶ Trata-se do total das receitas com serviços e tarifas, de prêmios retidos, variações das provisões técnicas, sinistros retidos, despesas de comercialização de seguros e resultado líquido de resseguro.

O BANESTES vem evoluindo diante de um cenário de desafios, acompanhando o crescimento do crédito no estado e o avanço tecnológico do mercado bancário e financeiro, com aumento dos investimentos destinados a transformação digital. Ao final do primeiro trimestre do ano, o *guidance* teve desempenho melhor que o previsto em todos os indicadores, com exceção do Depósito Total. A seguir detalhamos a performance de cada um deles:

- i. A Carteira de Crédito Ampliada apresentou resultado acima do esperado (+14,8% em 12 meses), com destaque para o desempenho dos créditos rural (+58,1% em 12 meses), comercial (+24,7% em 12 meses) e imobiliário (+24,1% em 12 meses) que representam 76,1% do crescimento da carteira;
- ii. Em Depósito Total, observou-se um desempenho abaixo do projetado, com uma redução de 1,4% quando comparado ao mesmo período de 2024, destacam-se a saída de recursos dos depósitos a vista (-10,1% em 12 meses) e dos recursos dos depósitos a prazo (-2,8% em 12 meses), atenuados em contrapartida pelos depósitos de poupança que elevaram-se 8,0% no mesmo comparativo;
- iii. Na relação entre Provisão de Crédito e Carteira de Crédito Ampliada, o indicador foi positivo, ficando abaixo do intervalo projetado, sugerindo uma melhor qualidade da carteira de crédito do que a prevista, considerando os efeitos da implantação da resolução 4.966. O crescimento da carteira de crédito ampliada (+14,8% em 12 meses) ajudou a absorver a elevação no risco de crédito (+18,4% em 12 meses);

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- iv. A Margem Financeira Líquida superou a projeção, atingindo +9,4% em doze meses contra uma expectativa máxima de 7,0%. Nas receitas da intermediação o aumento das rendas com crédito (+23,1% em 12 meses), compensou a queda de 10,6% em doze meses nas receitas com tesouraria. Outras influências importantes no indicador foram as quedas de 2,1% nas despesas de captação e de 5,3% nas despesas para provisões de crédito, ambas em doze meses;
- v. As Despesas Operacionais cresceram 6,6% em doze meses, abaixo da projeção mínima de 10,0% o que aponta para uma gestão de custos eficiente. Nas despesas de pessoal houve um crescimento de 24,5% em doze meses em virtude dos impactos gerados pelo PDV - Plano de Desligamento Voluntário, em contrapartida, as outras despesas administrativas tiveram queda de 11,3% em doze meses; e
- vi. O indicador Serviços e Seguridade apresentou um bom desempenho (+16,8% em 12 meses), destaque para os prêmios retidos (+19,6% em 12 meses), as receitas com serviços e tarifas (+9,4% em 12 meses) e pela redução das despesas de comercialização de seguros e sinistros retidos (-10,9% em 12 meses).

O BANESTES permanece atento em relação aos riscos e desafios presentes na economia nacional e internacional, comprometendo-se a buscar soluções que ajudem a mitigar os impactos negativos sobre sua estrutura de capital e seus resultados.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas do
BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo
Vitória - ES

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras demais notas explicativas.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Ênfase

Demonstrações financeiras intermediárias individuais comparativas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.b.I às informações financeiras intermediárias individuais, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 352 do BACEN. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banestes, cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão reconciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se as sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Banestes, nesta

data e sobre as quais emitimos relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, não contendo qualquer modificação, com data de 04 de junho de 2025.

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Aos Administradores e Acionistas do
BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo
Vitória – ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Rio de Janeiro, 04 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao período findo em 31 de março de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 04 de junho de 2025.

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro Efetivo

Dâmaris Rafaela Rizzi Mação Perozini
Conselheira Suplente

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro Efetivo

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro Efetivo

Tamires Endringer Depes
Conselheira Efetiva

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Analisamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao período findo em 31 de março de 2025, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Informações Contábeis, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 04 de junho de 2025

Mário Zan Barros
Christiano Santos Corrêa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao período findo em 31 de março de 2025 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 04 de junho de 2025

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de Finanças

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Vitória (ES), 04 de junho de 2025

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de Finanças